

B O L E T I M

MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA



2.º SUPLEMENTO AO BOLETIM MUNICIPAL N.º 1221

SUMÁRIO

RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deliberações

144.ª Reunião / 95.ª Sessão Extraordinária - Realizada em 2017/06/06

- Deliberação n.º 179/AML/2017 - Voto n.º 1/144 - Voto de Pesar pelo falecimento de Armando Silva Carvalho - Subscrito pelo Grupo Municipal do PCP
pág. 1612 (10)

- Deliberação n.º 180/AML/2017 - Recomendação n.º 13/140 - Lisboa Cidade sem Lixo - Subscrita pelo Grupo Municipal do PSD
pág. 1612 (11)

- Deliberação n.º 181/AML/2017 - Recomendação n.º 3/143
- Nova Versão - Plano Pavimentar Lisboa - Subscrita pelo Grupo Municipal do CDS-PP
pág. 1612 (11)

- Deliberação n.º 182/AML/2017 - Proposta n.º 118/2017 - Execução do «Acordo entre Acionistas» celebrado com a ASSIMO SGPS, S.A., e a comissão liquidatária da EPUL - Empresa Pública de Urbanização de Lisboa, nos termos da proposta - Subscrita pelo Senhor Vereador Manuel Salgado
pág. 1612 (11)

- Deliberação n.º 183/AML/2017 - Recomendação n.º 2/143 - Recomendação resultante do Parecer da 1.ª Comissão Permanente sobre a Proposta n.º 118/CM/2017 - Subscrita pela 1.ª Comissão Permanente
pág. 1612 (20)

- Deliberação n.º 184/AML/2017 - Proposta n.º 200/2017

- Desafetação do domínio público para o domínio privado do Município da parcela de terreno com a área de 153 m², sita na designada Azinhaga do Monturo, nos termos da proposta - Subscrita pelo Senhor Vereador Manuel Salgado
pág. 1612 (20)

- Deliberação n.º 185/AML/2017 - Proposta n.º 258/2017

- Apreciação da parte deliberativa da Proposta n.º 258/2017 da competência da Assembleia Municipal, relativa à afetação ao domínio público municipal de uma parcela de terreno e ao lançamento de uma hasta pública para a alienação de ativos municipais, nos termos da proposta - Subscrita pelo Senhor Vereador Manuel Salgado
pág. 1612 (22)

- Deliberação n.º 186/AML/2017 - Proposta n.º 277/2017

- Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia dos Olivais, nos termos da proposta - Subscrita pelo Senhor Vereador José Sá Fernandes
pág. 1612 (61)

- Deliberação n.º 187/AML/2017 - Recomendação n.º 1/144

- Recomendação resultante do Parecer conjunto das 1.ª e 5.ª Comissões Permanentes sobre a Proposta n.º 277/CM/2017 - Subscrita pelas 1.ª e 5.ª Comissões Permanentes
pág. 1612 (71)

- Deliberação n.º 188/AML/2017 - Proposta n.º 287/2017

- Segunda Alteração ao Contrato de Concessão de Serviço Público de Transporte Coletivo à Superfície de Passageiros da CARRIS - Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, S.A., nos termos da proposta - Subscrita pelo Senhor Vereador João Paulo Saraiva
pág. 1612 (71)

RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deliberações

144.ª Reunião / 95.ª Sessão Extraordinária - Realizada em 2017/06/06

- Deliberação n.º 179/AML/2017:

- Voto n.º 1/144 - Voto de Pesar pelo falecimento de Armando Silva Carvalho

Subscrito pelo Grupo Municipal do PCP.

Aprovado por unanimidade.

Armando Silva Carvalho

Faleceu no passado dia 1 de junho, o poeta, ficcionista e tradutor Armando Silva Carvalho, um dos nomes mais marcantes da literatura portuguesa, com um estilo original, único e inconfundível.

Nascido em 28 de março de 1938, em Olho Marinho, Armando Silva Carvalho era licenciado em Direito e trabalhou como publicitário, advogado e jornalista, tendo a sua obra sido distinguida com importantes prémios literários, desde o Prémio Fernando Namora ao Prémio de Poesia do Pen Clube.

Foi um dos poetas incluídos na Antologia de Poesia Universitária de 1959, a par de Fiamma Hasse Pais Brandão, Ruy Belo e Luiza Neto Jorge, Gastão Cruz, Maria Teresa Horta e Casimiro de Brito, entre outros. Estreou-se na poesia com o livro «Lírica Consumível», em 1965, tendo obtido o Prémio Revelação da Sociedade Portuguesa de Escritores.

Em 1977 publicou «Portuguex», obra de ficção marcada pelo humor, pelo sarcasmo e pela observação crítica da realidade social. Deixou colaboração dispersa pelas mais importantes publicações portuguesas, caso de «Colóquio/letras», «Diário de Lisboa» ou «Hifen». Foi tradutor de obras fundamentais de Marguerite Duras, Beckett, Jean Genet, E. E. Cummings e Stephane Mallarmé, entre outros. No quadro da sua obra destaca-se o livro «O Irmão do Meio», escrito em parceria com Maria Velho da Costa, e a sua obra está traduzida para castelhano, russo, francês, inglês, sueco, letão, alemão, italiano e holandês.

Associado da Sociedade Portuguesa de Autores (SPA) desde 26 de novembro de 1980, o poeta foi distinguido pela SPA, no passado dia 22 de março, pelo seu livro «A Sombra do Mar», apontado pela crítica como uma das suas obras mais relevantes.

O seu nome foi já indicado pela SPA à Academia Sueca como candidato ao Prémio Nobel da Literatura. Em 2001 recebeu o Prémio Fernando Namora com o livro «O Homem que Sabia a Mar». Em 1969 foi incluído na antologia «Líricas Portuguesas», da responsabilidade de António Ramos Rosa.

O Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sessão de 6 de junho de 2017, delibere:

- Manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento de Armando Silva Carvalho, guardando um minuto de silêncio;
- Apresentar as suas mais sentidas condolências e a solidariedade perante a dolorosa perda à sua Família.

O Documento encontra-se disponível para consulta no site da AML (<http://www.am-lisboa.pt/303000/1/007747.000133/index.htm>).

Tema 4 - Ambiente e Qualidade de Vida

Subtema: Qualidade de vida

- Deliberação n.º 180/AML/2017:

- Recomendação n.º 13/140 - Lisboa Cidade sem Lixo

Subscrita pelo Grupo Municipal do PSD.

Aprovada por maioria, com a seguinte votação: Favor: PS, PSD, CDS-PP, MPT, PAN, PNPN e 5 IND - Contra: PCP, BE e PEV.

Teor da Deliberação:

A Assembleia deliberou (recomendar à CML):

«Reorganizar-se por forma a assegurar que nos dias supra referidos não exista uma substancial redução do nível de serviço e consequente acumulação de lixo nas ruas.»

O Documento encontra-se disponível para consulta no site da AML (<http://www.am-lisboa.pt/302000/1/007481.000072/index.htm>).

Tema 5 - Descentralização e Obras Municipais

Subtema: Obras Municipais

- Deliberação n.º 181/AML/2017:

- Recomendação n.º 3/143 - Nova Versão - Plano Pavimentar Lisboa

Subscrita pelo Grupo Municipal do CDS-PP.

Aprovada por maioria, com a seguinte votação: Favor: PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN e PNPN - Contra: 5 IND.

Teor da Deliberação:

A Assembleia deliberou (recomendar à CML que):

- «1 - Apresente à Assembleia Municipal de Lisboa a data prevista de início e conclusão das obras de pavimentação previstas no Plano Pavimentar Lisboa 2015-2020;
- 2 - Sejam incluídas as Ruas Andrade Corvo e Martens Ferrão (lado nascente), Sousa Martins e São Pedro de Alcântara na próxima fase de investimento no plano;
- 3 - Efetue o levantamento das artérias que apresentam piso em avançado estado de degradação;
- 4 - Todas as intervenções sejam alvo de informação pública, através das redes digitais e suporte física para moradores, comerciantes e serviços envolventes, sobre prazos e percursos alternativos, bem como conhecimento prévio destes dados às 5.ª e 8.ª Comissões Permanentes da Assembleia Municipal.»

O Documento encontra-se disponível para consulta no site da AML (<http://www.am-lisboa.pt/302000/1/007695.000073/index.htm>).

- Deliberação n.º 182/AML/2017:

- Proposta n.º 118/CM/2017 - Execução do «Acordo entre Acionistas» celebrado com a ASSIMO SGPS, S. A., e a comissão liquidatária da EPUL - Empresa Pública de Urbanização de Lisboa, nos termos da proposta

Subscrita pelo Senhor Vereador Manuel Salgado.

Aprovada por maioria, com a seguinte votação: Favor: PS, PNPN e 5 IND - Contra: PSD, PCP, BE e PEV/PAN - Abstenção: CDS-PP e MPT.

Proposta n.º 118/2017

Assunto: Aprovar submeter à Assembleia Municipal a execução do «Acordo entre Acionistas» celebrado com a ASSIMO SGPS, S. A., e a comissão liquidatária da EPUL - Empresa Pública de Urbanização de Lisboa, mediante a entrega de um prédio municipal sito na Rua Morais Soares, 168, 170, tornejando para a Rua Carlos Mardel, 1, à JARDINS EXPO - Promoção Imobiliária, S. A., e transferência para o Município de Lisboa do Lote de terreno 2002/002, sito no Largo Honório Barreto

Pelouro: Vereador Manuel Salgado.

Serviço: Direção Municipal de Gestão Patrimonial (DMGP).

Considerando que:

I - DOS ANTECEDENTES

a) A JARDINS EXPO, S. A., é uma sociedade de promoção imobiliária cujo capital é detido em 55 % pela ASSIMO, SGPS, S. A., sendo os restantes 45 % da EPUL - Empresa Pública de Urbanização de Lisboa, doravante designadas, respetivamente, por JEXPO, ASSIMO e EPUL;

b) A Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, veio criar um novo quadro regulatório, mais restrito, relativo à constituição ou manutenção de empresas municipais ou de participações dos municípios e/ou de empresas municipais em sociedades comerciais;

c) Nos termos do disposto no artigo 68.º da Lei n.º 50/2012, resultou a necessidade imperativa de a EPUL alienar a sua participação acionista na JEXPO;

d) A obrigação prevista no novo quadro normativo implicava, porém, que existissem entidades interessadas na aquisição daquela participação, mas, posteriormente à publicação e entrada em vigor da Lei, não se encontraram interessados na mencionada aquisição;

e) Face à inexistência de tais interessados, os Acionistas ASSIMO e EPUL procuraram uma solução de consenso, tendo concluído que a figura mais adequada e consentânea com os objetivos em causa seria a da amortização das ações da EPUL, com a decorrente extinção de tais ações e a correspondente redução do capital social da Sociedade, tendo a EPUL direito a haver da Sociedade a compensação correspondente ao valor económico da dita participação;

f) Entretanto, e por força da Deliberação n.º 61/AM/2013, tomada pela Assembleia Municipal a 28 de maio de 2013, o Município de Lisboa sucedeu, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2015, na posição jurídica de acionista até aí detida pela EPUL;

g) Em 19 de dezembro de 2014, a ASSIMO e os Liquidatários da EPUL subscreveram o «Acordo entre Acionistas» que visou, essencialmente, definir e regular a forma e mecanismo de extinção da participação social da EPUL, acordo esse que levou também em conta o facto de o Município de Lisboa suceder no acervo de direitos e obrigações da EPUL por força da citada deliberação (Anexo I);

h) Suplementarmente, o «Acordo entre Acionistas» teve, ainda, como finalidade e objeto definir e regular a resolução de outras questões essenciais que se colocavam na vida da JEXPO, designadamente: *i.* o conflito judicial com o Condomínio do Lote RTB 5.2 e o arresto do Lote RTB 6.1, sito na Rotunda das Olaias, para garantia dos créditos daquele Condomínio; *ii.* o conflito entre a JEXPO e o Município, tendo por objeto o referido Lote RTB 6.1; *iii.* a extinção e devolução de uma garantia bancária de 644.830,09 euros que a JEXPO entregou ao Município em março de 2006;

i) O dito Acordo veio, de forma coerente e integrada, dar satisfação à forma de resolução desses problemas, porquanto:

1 - No tocante à extinção da participação societária da EPUL, se definiu que a solução seria a amortização das ações detidas pela EPUL, sendo que tal amortização gera o dever de a sociedade pagar à EPUL o valor que, por acordo, se determinou para essa participação, no montante de 611.065,38 euros (seiscentos e onze mil sessenta e cinco euros e trinta e oito centavos);

2 - Dadas as limitações da tesouraria da JEXPO, se acordou que esse pagamento seria feito mediante transferência, a favor da EPUL (ou do Município quando este sucedesse na posição contratual da EPUL) do Lote RTB 6.1, ao qual as Partes atribuíram o valor acordado de 1.690.750 euros (um milhão seiscentos e noventa mil setecentos e cinquenta euros) - valor determinado em relatório de avaliação pela empresa externa certificada Prime Yield (Anexo II);

3 - Na medida em que o valor do Lote excede o valor das ações amortizadas, também se convencionou que o valor desse diferencial, de 1.079.684,62 euros (um milhão setecentos e setenta e nove mil seiscentos e oitenta e quatro euros e sessenta e dois centavos), seria pago pela EPUL (ou pelo Município) à sociedade mediante um pagamento parcial em dinheiro e o restante em imóveis, mediante permuta;

4 - Na data da celebração do Acordo, a EPUL adiantou à sociedade a quantia de 150.000 euros (cento e cinquenta mil euros) com vista à viabilização de um acordo com o Condomínio do Lote RTB 5.2, para exoneração plena de todas as responsabilidades da sociedade face a tal Condomínio, com a decorrente extinção da execução e cancelamento do arresto decretado sobre o Lote RTB 6.1;

5 - O crédito da EPUL (agora, do Município), no montante de 150.000 euros, será objeto de compensação com o montante em dinheiro a afetar pelo Município ao reembolso do diferencial (tornas) acima referido no ponto 3.

j) Nos termos do mesmo «Acordo entre Acionistas» e em consonância com o previsto na Cláusula 9.^a, por força das disposições do Plano de Recuperação de A. Silva & Silva - Imobiliário e Serviços, S.A., aprovado e homologado no quadro do PER (Processo Especial de Revitalização) requerido por aquela entidade, o projeto de transmissão do Lote RTB 6.1 à EPUL

(agora, Município) deverá ser comunicado aos credores da dita Sociedade, para que os mesmos, querendo, exerçam o direito de preferência na aquisição;

k) Na eventualidade de algum dos credores da A. Silva & Silva - Imobiliário e Serviços, S.A., virem a exercer o direito de preferência, e conforme prevê o n.º 2., alíneas *a)* e *b)* da referida Cláusula 9.^a, a compensação a pagar à EPUL pela amortização das ações será integralmente paga em dinheiro, ficando sem efeito a permuta do Lote RTB 6.1 por ativos imobiliários da EPUL, acrescendo ao valor daquela compensação o pagamento em dinheiro destinado ao reembolso da quantia que a EPUL pagou ao Condomínio do Lote RTB 5.2, no montante de 150.000 euros;

l) Na aludida data de 19 de dezembro de 2014 foi celebrado o acordo com o Condomínio do Lote RTB 5.2, pelo qual o mesmo, dando quitação do recebimento da verba de 150.000 euros, considera inteiramente cumpridas as obrigações da JEXPO, obrigando-se, em contrapartida, a desistir do procedimento executivo em curso e a solicitar o cancelamento do arresto decretado sobre o Lote RTB 6.1, facto que concretizou (Anexo III);

m) Importa, assim, executar todos os procedimentos necessários à celebração do contrato que viabilizará toda esta operação, data na qual se considerará extinta a participação societária da EPUL (atualmente da titularidade do Município) e cumpridas todas as obrigações recíprocas estipuladas no «Acordo entre Acionistas»;

n) Nos termos do n.º 5 da Cláusula 6.^a do mencionado Acordo, se estipulou a data de 30 de junho de 2015 como data limite para tal objetivo;

II - DA CONCRETIZAÇÃO DO «ACORDO ENTRE ACCIONISTAS»

o) Por vicissitudes várias, desde a data da assinatura do Acordo, a 19 de dezembro de 2014 e até junho de 2015, não foi possível determinar os ativos municipais adequados ao cumprimento do acordado;

p) A 2 de junho de 2015, a JEXPO convocou o Município para uma Assembleia-geral anual da sociedade a ter lugar no dia 24 de junho de 2015, na sede da empresa, cuja Ordem dos Trabalhos previa no ponto quinto deliberar sobre a amortização de ações da titularidade do Acionista Município, por acordo com o respetivo titular, incluindo a identificação das ações a amortizar e os termos e condições da amortização e da respetiva compensação ao titular das ações amortizadas (Anexo IV);

q) De acordo com o exarado na Ata número trinta e sete da Assembleia-geral, a fls. 40 e seguintes (Anexo V), foi aprovada, por unanimidade, a amortização do lote de 198.000 (cento e noventa e oito mil) ações pertencentes ao Município de Lisboa, nos termos e condições acima descritos nos Considerandos *i)* e *j)*;

r) Tendo em vista concretizar o deliberado na Assembleia-geral, foram apresentados à JEXPO dois ativos municipais sitos na Rua Morais Soares, 168, 170, tornejando para a Rua Carlos Mardel, 1 e na Rua das Fontainhas, 22, 22-A e 24;

s) A JEXPO, por carta datada de 14 de outubro de 2016, comunicou ao Município que confirmava a sua disponibilidade para concretizar a permuta do Lote RTB 6 com os dois imóveis municipais, desde que houvesse acordo final sobre o valor dos mesmos (Anexo VI);

t) Na mesma carta, a JEXPO apresentou dois relatórios de avaliação interna para os imóveis municipais, os quais atribuíam o valor de 713.000 euros (setecentos e treze mil euros) para o prédio sito na Rua Morais Soares e o valor de 205.000 euros (duzentos e cinco mil euros) ao prédio sito na Rua das Fontainhas, perfazendo, assim, o valor global de 918.000 euros (novecentos e dezoito mil euros);

u) Mais informa a JEXPO, que atento o valor acordado para a compensação pelas ações amortizadas, de 611.065,30 euros e o crédito de 150.000 euros que o Município detém sobre a JEXPO, o valor líquido a pagar pelo Município, a título de tornas e corporizado nos imóveis a permutar pelo Lote RTB 6, seria no montante de 929.684,62 euros (novecentos e vinte e nove mil seiscientos e oitenta e quatro euros e sessenta e dois cêntimos), pelo que estaria ainda por liquidar, em dinheiro, o diferencial no valor de 11.684,62 euros (onze mil seiscientos e oitenta e quatro euros e sessenta e dois cêntimos), a cargo do Município;

v) Apesar da existência deste diferencial, a JEXPO manifestou a sua disponibilidade para vir a aceitar que o valor global dos dois imóveis municipais fosse convencionalmente fixado no montante de 929.684,62 euros, evitando, assim, a necessidade de acertos em dinheiro e facilitar a conclusão da transação, com vista à definitiva e célere concretização do Acordo;

w) No sentido de analisar a proposta valorativa apresentada pela JEXPO, foram solicitadas duas avaliações externas dos imóveis municipais a empresas credenciadas e certificadas pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), a EngiValor e a RightValue, as quais estimaram, respetivamente, os valores de 545.000 euros e 756.000 euros para o prédio da Rua Morais Soares e 408.000 euros e 401.100 euros para o prédio da Rua das Fontainhas (Anexos VII e VIII);

x) Entre os vários critérios possíveis para a fixação do preço de aquisição, todos eles sustentados nas análises de mercado e avaliações realizadas, é correto calcular o valor final de cada imóvel através da média aritmética da avaliação externa mais alta, com o valor proposto na avaliação interna da JEXPO, obtendo-se, assim, o montante de 734.500 euros para o prédio da Rua Morais Soares e 306.500 euros para o prédio da Rua das Fontainhas, o que perfaz a quantia global de 1.041.000 euros;

y) Em face do valor calculado para os dois prédios municipais, a JEXPO teria que liquidar, em dinheiro, ao Município, o diferencial de 111.315,38 euros (1.041.000 euros - 929.684,62 euros);

z) Perante este cenário, transmitido à JEXPO, foi acordado com esta Sociedade, que a entrega se restringiria apenas a um dos imóveis, o de valor mais elevado, sito na Rua Morais Soares, pagando o Município o diferencial, em dinheiro, de 195.184,62 euros (cento e noventa e cinco mil cento e oitenta e quatro euros e sessenta e dois cêntimos) (929.684,62 euros - 734.500 euros);

aa) O acordo firmado com a JEXPO é vantajoso para o Município, pois liberta um activo, o prédio da Rua das Fontainhas, permitindo, assim, a sua utilização em futuras operações patrimoniais;

bb) O valor a pagar em dinheiro pelo Município é manifestamente inferior ao mais baixo dos valores de avaliação do prédio da Rua das Fontainhas, o que também é indicador das vantagens para o interesse municipal decorrentes do acordo alcançado;

cc) A verba de 195.184,62 euros já se encontra devidamente cabimentada e emitida a correspondente DFD (Anexo IX);

dd) A execução do «Acordo entre Acionistas» deve obedecer ao disposto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, devendo a Câmara, sempre que o valor dos imóveis envolvidos no negócio seja superior a 557.000 euros (quinhentos e cinquenta e sete mil euros), correspondente a 1000 (mil) vezes a remuneração mínima mensal garantida, obter a respetiva autorização da Assembleia Municipal, ficando igualmente, sujeita a Visto prévio do Tribunal de Contas, que deverá apreciar a minuta do respetivo contrato.

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea i) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, submeter à apreciação da Assembleia Municipal:

1 - A execução do «Acordo entre Acionistas» celebrado com a ASSIMO, SGPS, S.A., e a comissão liquidatária da EPUL - Empresa Pública de Urbanização de Lisboa, da seguinte forma:

- a) Transferência para o Município de Lisboa do Lote de terreno 2002/002, sito no Largo Honório Barreto, na Zona RTB 6, propriedade da JARDINS EXPO - Promoção Imobiliária, S.A., descrito em sede de registo predial sob o n.º 1307 da freguesia da Penha de França, identificado a cor amarela na Planta n.º 17/018/DMGP e ao qual se atribui o valor de 1.690.750 euros (um milhão seiscientos e noventa mil setecentos e cinquenta euros) (Anexos X e XI);
- b) Dedução ao valor referido na alínea anterior da quantia de 150.000 euros (cento e cinquenta mil euros), já paga pela EPUL - Empresa Pública de Urbanização de Lisboa à JARDINS EXPO - Promoção Imobiliária, S.A., a 19 de dezembro de 2014, por adiantamento de tesouraria, com vista à viabilização de um acordo com o Condomínio do Lote RTB 5.2, sito nas Olaias, bem como da quantia de 611.065,38 euros (seiscientos e onze mil sessenta e cinco euros e trinta e oito cêntimos) referente ao valor de amortização das ações detidas pela EPUL naquela Sociedade e consequente extinção da sua participação societária;
- c) Entrega de um prédio municipal à JARDINS EXPO - Promoção Imobiliária, S.A., sito na Rua Morais Soares, 168, 170, tornejando para a Rua Carlos Mardel, 1, descrito em sede de registo predial sob os n.ºs 3704 da freguesia São Jorge de Arroios, identificado a cor verde na Planta n.º 17/017/DMGP, e ao qual se atribui o valor de 734.500 euros (setecentos e trinta e quatro mil e quinhentos euros) (Anexos XII e XIII);

- d) Pagamento do montante de 195.184,62 euros (cento e noventa e cinco mil cento e oitenta e quatro euros e sessenta e dois cêntimos), pelo Município de Lisboa, à JARDINS EXPO - Promoção Imobiliária, S. A., em dinheiro, no ato da outorga do contrato de execução do «Acordo entre Acionistas», resultante do diferencial entre o valor do Lote de terreno 2002/002, sito no Largo Honório Barreto, após dedução das quantias descritas na alínea b) supra e o valor do prédio municipal sito na Rua Morais Soares, 168, 170, tornejando para a Rua Carlos Mardel, 1;
- e) Aprovar que a minuta do contrato de execução do «Acordo entre Acionistas» corresponda às exatas condições fixadas na presente proposta, incluindo as condições de acordo que fazem parte integrante da mesma.

Condições de Acordo

Condição Primeira

O imóvel municipal sito na Rua Morais Soares, 168, 170, tornejando para a Rua Carlos Mardel, 1, a entregar à JEXPO e o Lote de terreno 2002/002, sito no Largo Honório Barreto, a transferir para o Município de Lisboa pela mesma sociedade, são entregues livres de quaisquer ónus ou encargos e devolutos de pessoas e bens no ato da outorga do contrato de execução do «Acordo entre Acionistas».

Condição Segunda

1 - De acordo com o previsto na Cláusula 9.^a do «Acordo entre Acionistas», a JEXPO obriga-se a comunicar aos credores da sociedade A. Silva & Silva - Imobiliário e Serviços, S. A., o projecto de transmissão do Lote RTB 6.1 ao Município de Lisboa, para que os mesmos, querendo, exerçam o direito de preferência na aquisição.

2 - Na eventualidade de algum dos credores da A. Silva & Silva - Imobiliário e Serviços, S. A., virem a exercer o direito de preferência, e conforme prevê o n.º 2., alíneas a) e b) da referida Cláusula 9.^a, a compensação a pagar ao Município de Lisboa pela amortização das ações será integralmente paga em dinheiro, ficando sem efeito a transmissão do Lote RTB 6.1 e a entrega do prédio municipal, acrescendo ao valor daquela compensação o pagamento em dinheiro destinado ao reembolso da quantia que a EPUL pagou ao Condomínio do Lote RTB 5.2, no montante de 150.000 euros (cento e cinquenta mil euros).

Condição Terceira

Para cumprimento do estipulado na Cláusula 8.^a do «Acordo entre Acionistas», no ato da outorga do contrato, será entregue pela JEXPO ao Município de Lisboa uma declaração pela qual a JEXPO, com carácter definitivo e irrevogável, desiste do pedido formulado contra o Município na ação administrativa comum que, com o n.º 2405/13.8BELSB, corre termos pela 5.^a U.O. do Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa.

Condição Quarta

Com a celebração do contrato de execução do «Acordo entre Acionistas», e o cumprimento da obrigação estipulada na cláusula anterior, ficarão inteiramente saldadas todas

as responsabilidades e direitos entre ambas as Acionistas e, bem assim, entre o Município de Lisboa e a JEXPO, pelo que nenhuma delas terá direito a reclamar da outra qualquer outra compensação ou quantia, seja a que título for.

Justificação do valor

A JEXPO apresentou relatório de avaliação para o prédio municipal sito na Rua Morais Soares, 168, 170, tornejando para a Rua Carlos Mardel, 1, que conduziu a um valor de mercado de 713.000 euros. O Município, posteriormente, solicitou a duas empresas de avaliações externas que conduziram aos seguintes valores de mercado:

- EngiValor - Consultoria e Avaliações de Engenharia, Ltd.^a - 545.000 euros;
- RightValue - Consultoria e Avaliação Imobiliária, Ltd.^a - 756.000 euros.

Os valores encontrados, que estão contidos num intervalo de 20%, admissíveis em qualquer avaliação imobiliária para a fixação de uma operação desta natureza são as da JEXPO e a da RightValue.

Por acordo com a Sociedade, procedeu-se à fixação de um valor final do bem a avaliar através das médias dos valores resultantes destas avaliações.

Resulta, assim, um montante final de 734.500 euros (setecentos e trinta e quatro mil e quinhentos euros), para o prédio municipal.

ANEXOS

- I. Cópia do «Acordo entre Acionistas» de 19 de dezembro de 2014.
 - II. Relatório de avaliação da Prime Yield.
 - III. Cópia do Acordo com o Condomínio do RTB 5.2.
 - IV. Carta da JEXPO de 2 de junho de 2015.
 - V. Ata número trinta e sete da Assembleia-geral anual da JEXPO, de 24 de junho de 2015.
 - VI. Carta da JEXPO de 14 de outubro de 2016.
 - VII. Avaliações externas da EngiValor.
 - VIII. Avaliações externas da RightValue.
 - IX. Cabimento e DFD.
 - X. Documentação registal do Lote de terreno 2002/002, sito no Largo Honório Barreto.
 - XI. Planta n.º 17/018/DMGP, do Lote de terreno 2002/002, sito no Largo Honório Barreto.
 - XII. Documentação registal do prédio sito Rua Morais Soares, 168, 170, tornejando para a Rua Carlos Mardel, 1.
 - XIII. Planta n.º 17/017/DMGP, do prédio sito na Rua Morais Soares, 168, 170, tornejando para a Rua Carlos Mardel, 1.
- (Processo n.º 6244/CML/17.)



Certidão On-line

Código de acesso: 11438/2017

DESCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

URBANO

DENOMINAÇÃO: Urbanização do Vale de Chelas- Zona RTB 6

SITUADO EM: Penha de França

Largo Honório Barreto- Lote 2002/002

ÁREA TOTAL: 1308,39 M2

VALOR TRIBUTÁVEL: 1.575.301,00 Euros

MATRIZ n°: 2313

FREGUESIA: Beato

COMPOSIÇÃO E CONFRONTAÇÕES:

-Lote de terreno para construção- -CONFRONTAÇÕES:-Norte e Poente,Câmara Municipal de Lisboa, Sul,Rua João Nascimento Costa,n°37, e Nascente,Largo Honório Barreto- -PROVENIÊNCIA:- Desanexado do prédio n°1306/Penha de França-

O(A) Ajudante

Maria Luisa Cristovão Godinho

INSCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

AP. 9 de 2002/08/23 - Autorização de Loteamento

-ALVARÁ DE LOTEAMENTO-LM/2002/01, de 12 de Julho de 2002- -ESPECIFICAÇÕES:-Constituídos 4 lotes de terreno designados por lotes 002,003,004 e 005,com as seguintes descrições e áreas,respectivamente:-N°1307-1308,39m2;-N°1308-2635,55m2;- N°1309-1804,5m2;-e,N°1310-1519,43m2- -DESTINO E NÚMERO MÁXIMO DE PISOS (de cada lote):- -Lote 002:- Habitação/Terciário/Estacionamento- 8 pisos acima do solo e 3 abaixo do solo; -Lote 003:- Habitação/Terciário/Estacionamento- 9 pisos acima do solo e 2 abaixo do solo; -Lote 004:- Estacionamento/Habitação-12 pisos acima do solo e 3 abaixo do solo;-e,- -Lote 005:- Estacionamento- 3 pisos abaixo do solo- -Não há lugar a cedências obrigatórias destinando-se a área remanescente do prédio, 6 791,76m2, a integrar no domínio público (arruamentos e zonas verdes)- -A execução das infra estruturas é da responsabilidade do Município- -Nos lotes 002 e 005 é estabelecida,em cada um deles,uma passagem a peões ao nível da via pública-a partir das cotas 83,40m e 86,90m no lote 002,e entre as cotas 70,60m a 67,76m no lote 005-

O Conservador

Joaquim Augusto Pereira Cabanas

OFICIOSO

AVERB. - OF. de 2003/03/19 - Rectificação

DA APRESENT. 9 de 2002/08/23 - Autorização de Loteamento

-ESPECIFICAÇÕES:-No lote 2002/002 são estabelecidas três passagens a peões ao nível da via pública com as seguintes áreas e cotas:-Parcela 2, área de 162,33m2 a partir da cota 83,40m;-

INSCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

Parcela 3, área de 136,99m2 a partir da cota de 83,40m;-e, Parcela 1, área de 49,93m2 entre as cotas 83,40m e 86,90m- - No lote 2002/005 são estabelecidas três passagens a peões ao nível da via pública com as seguintes áreas e cotas:-Par- cela 4, área de 1024,12m2 variável entre as cotas 70,60m e 67,76m;-Parcela 5, área de 307,42m2 a partir da cota 64,70m; -e, Parcela 6, área de 189,14m2 a partir da cota 62,00m-

O Conservador
Joaquim Augusto Pereira Cabanas

AP. 24 de 2004/05/13 - Aquisição
ABRANGE 6 PRÉDIOS

CAUSA : Permuta

SUJEITO(S) ATIVO(S):

** JARDINS EXPO-PROMOÇÃO IMOBILIÁRIA,SA

Sede: Rua Joaquim António de Aguiar,nº19,1º

Localidade: Lisboa

SUJEITO(S) PASSIVO(S):

** CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

-CLÁUSULA:-Condição resolutiva a favor da Câmara Municipal de Lisboa-

O Conservador
Joaquim Augusto Pereira Cabanas

AVERB. - AP. 10 de 2004/06/04 - AVERBAMENTO
DA APRESENT. 24 de 2004/05/13 - Aquisição

-Extinta a cláusula resolutiva-

O Conservador
Joaquim Augusto Pereira Cabanas

Conservatória do Registo Predial de Lisboa.

OFICIOSO

Anotação - AP. 1642 de 2014/04/03 15:06:10 UTC - Recusa

Registado no Sistema em: 2014/04/11 15:06:10 UTC

Recusada a inscrição de acção executiva.

O(A) Conservador(a)
Eduarda Eugénia Gonçalves Neves Marques

Conservatória do Registo Predial de Lisboa.

OFICIOSO

Anotação - OF. de 2014/04/28 16:11:10 UTC - Notificação

Registado no Sistema em: 2014/04/28 16:11:10 UTC

DA APRESENT. 1642 de 2014/04/03 - Recusa

DATA DA NOTIFICAÇÃO: 2014/04/28

O(A) Ajudante, por delegação
Maria do Céu Gonçalves da Silva




Propriedade a Transmitir à C.M.L.
Área 1.308,39m²



CONFRONTAÇÕES

NORTE: Largo Honório Barreto
SUL: C.M.L. e Predio nº 37 da Rua do João do Nascimento Costa
NASCENTE: Largo Honório Barreto
POENTE: C.M.L.

C.M.L.  O Des / Top. Carlos Figueiredo OTécnico Teresa Felício A Chefe de Divisão Caurina Milhãro		D.M.G.P. Direcção Municipal de Gestão Patrimonial DIVISÃO DE OPERAÇÕES PATRIMONIAIS		Desenho N Arquivo N 17/018/DMGP Planta da cidade 13 L Escala 1:1000	
PLANTA DA PROPRIEDADE A TRANSMITIR À C.M.L. POR JARDINS EXPO - PROMOÇÃO IMOBILIÁRIA, SA		Local LARGO HONÓRIO BARRETO		Ver. Substitui: Proc. E 25/2012, 6244-CML/2017 Proc. CML 25/2012, 6244-CML/2017 Data 15 / 03 / 2017	





Certidão On-line

Código de acesso: 14822/2017

DESCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

URBANO

SITUADO EM: São Jorge de Arroios
Rua Morais Soares

ÁREA TOTAL: 172,6 M2

MATRIZ n.º: 2286-P

COMPOSIÇÃO E CONFRONTAÇÕES:

Edifício de cave, rés-do-chão, 4 andares e quintais - Norte: Rua Carlos Mardel n.º 5/5A; Sul: Rua Morais Soares; Nascente: Rua Carlos Mardel; Poente: Rua Morais Soares, n.º 172 - Formado pela anexação da área de 32,60m2 desanexada do n.º 3603 São Jorge de Arroios e do n.º 3341 São Jorge de Arroios.

O(A) Conservador(a)

Ana Paula dos Santos Mealha Guerreiro Belmarço

INSCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

AP. 10 de 1973/04/04 - Aquisição

CAUSA : Compra

SUJEITO(S) ATIVO(S) :

** CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

SUJEITO(S) PASSIVO(S) :

** JOÃO ANTÓNIO GOMES DA COSTA SARDINHA E MULHER DÁLIA PINA GARCIA VERÍSSIMO SARDINHA

** JOSÉ DA SILVA

** MARIA FLORA GOMES DA COSTA OLIVEIRA E MARIDO ALVARO DE OLIVEIRA

** MÁRIO MANUEL GOMES DA COSTA OLIVEIRA E MULHER MARIA EUGÉNIA GOMES DA COSTA E SILVA DE OLIVEIRA

** OLÍVIA NATÉRCIA GOMES DA COSTA SARDINHA

** RENATO GOMES DA COSTA SARDINHA E MULHER MARIA JOSÉ FOLGADO RAMOS SARDINHA

Reprodução da insc. 50383 do G-75.

Reprodução da insc. da Ap. 10 de 1973/04/04, que incide sobre o n.º 3341 São Jorge de Arroios

O(A) Conservador(a)

Ana Paula dos Santos Mealha Guerreiro Belmarço

Conservatória do Registo Predial de Lisboa.

AP. 1029 de 2010/06/14 18:17:37 UTC - Aquisição

Registado no Sistema em: 2010/09/30 18:17:37 UTC

SUJEITO(S) ATIVO(S) :

INSCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

** MUNICIPIO DE LISBOA

NIPC 500051070

CAUSA: Desafectação do domínio público para o domínio privado.

Reprodução da insc. da Ap. 1029 de 2010/06/14, que incide sobre o n.º 3603 São Jorge de Arroios

O(A) Conservador(a)

Ana Paula dos Santos Mealha Guerreiro Belmarço

REGISTOS PENDENTES

Não existem registos pendentes.

- Deliberação n.º 183/AML/2017:

Tema 1 - Finanças, Património e Recursos Humanos

Subtema: Património

- Recomendação n.º 2/143 - Recomendação Resultante do Parecer da 1.ª Comissão Permanente sobre a Proposta n.º 118/CM/2017

Subscrita pela 1.ª Comissão Permanente.

Aprovada por maioria, com a seguinte votação: Favor: PS, PCP, BE, PEV, PNPN e 5 IND - Contra: PSD - Abstenção: CDS-PP, MPT e PAN.

Teor da Deliberação:

A Assembleia deliberou:

«Recomendar à Câmara Municipal que o lote de terreno sito no Largo Honório Barreto fique em domínio público municipal, atendendo ao histórico deste lote que atualmente é um espaço verde.»

O Documento encontra-se disponível para consulta no site da AML (<http://www.am-lisboa.pt/302000/1/007666.000069/index.htm>).

- Deliberação n.º 184/AML/2017:

- Proposta n.º 200/CM/2017 - Desafetação do domínio público para o domínio privado do Município da parcela de terreno com a área de 153 m², sita na designada Azinhaga do Monturo, nos termos da proposta

Subscrita pelo Senhor Vereador Manuel Salgado.

Aprovada por unanimidade.

Proposta n.º 200/2017

Assunto: Aprovar submeter à apreciação da Assembleia Municipal a desafetação do domínio público para o domínio privado do Município da parcela de terreno com a área de 153 m², sita na designada Azinhaga do Monturo

Pelouro: Património.

Serviço: Direção Municipal de Gestão Patrimonial (DMGP).

Considerando que:

a) Foi solicitado pela Divisão de Apoio Socioeducativo, do Departamento da Educação, o registo da Escola Básica Quinta dos Frades, 31, sita na Rua Luís Freitas Branco;

b) Se verificou que o limite da escola referida na alínea anterior abrange uma parcela inserida em domínio público, com a área de 153 m², designada por Azinhaga do Monturo (Anexo I);

c) Para que seja possível proceder ao registo e à inscrição na matriz da escola em questão é necessária a desafetação do domínio público para o domínio privado da parcela de terreno com a área de 153 m², não resultando do facto qualquer prejuízo para o local;

d) Importa continuar o esforço de regularização cadastral e registal das propriedades municipais, promovendo os competentes atos de registo quando estes inexistem e adequando-os às verdadeiras e efetivas características, natureza e função dos prédios.

Tenho a honra de propor que a Câmara delibere, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, submeter à apreciação da Assembleia Municipal:

- A desafetação do domínio público para o domínio privado municipal da parcela de terreno com a área de 153 m², sita na designada Azinhaga do Monturo, na freguesia do Lumiar, identificada a cor rosa na Planta n.º 17/015/DMGP (Anexo II) e à qual se atribui, para efeitos meramente fiscais, o valor de 765 euros (setecentos e sessenta e cinco euros) resultante de um valor simbólico de 5 euros / m².

Confrontações da parcela a desafetar:

Norte - CML;

Sul - CML;

Nascente - Rua Luís Freitas Branco;

Poente - JF Lumiar.

Justificação do valor

Estando em causa a desafetação de uma parcela de terreno, para efeitos de regularização patrimonial, atribui-se o valor unitário de 5 euros/m², valor tacitamente aceite apenas para efeitos fiscais, resultando deste modo o valor simbólico de 765 euros (setecentos e sessenta e cinco euros), para a parcela de terreno em questão, com a área de 153 m².

ANEXOS

I - Planta de Proveniências da Divisão de Cadastro (Desenho 001/ /AG/DMGP/01.17).

II - Planta n.º 17/015/DMGP.

(Processo n.º 6171/CML/17.)

Nota: O Anexo I, não publicado, encontra-se arquivado na DACM.

- Deliberação n.º 185/AML/2017:

-Proposta n.º 258/CM/2017-Apreciação da parte deliberativa da Proposta n.º 258/2017 da competência da Assembleia Municipal, relativa à afetação ao domínio público municipal de uma parcela de terreno e ao lançamento de uma hasta pública para a alienação de ativos municipais, nos termos da proposta

Subscrita pelo Senhor Vereador Manuel Salgado.

Votação na CML:

Aprovada por maioria, com a seguinte votação: Favor: 8 PS e 3 IND - Contra: 3 PSD, 1 CDS-PP e 2 PCP.

Votação na AML:

Aprovada por maioria, com a seguinte votação: Favor: PS, PNPV e 5 IND - Contra: PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT e PAN.

Proposta n.º 258/2017

Assunto: Aprovar e submeter à apreciação da Assembleia Municipal o lançamento de uma hasta pública para a alienação de ativos municipais e a afetação ao domínio público municipal de uma parcela de terreno

Pelouro: Vereador Manuel Salgado.

Serviço: DMGP.

Considerando que:

- 1) O Orçamento municipal para 2017 e as Grandes Opções do Plano para o triénio 2016-2019 apostam na continuidade da política de gestão dinâmica do património municipal enquanto condição da sua valorização e rentabilização;
- 2) A rentabilização e valorização dos ativos imobiliários municipais assentam, desde logo, na identificação dos ativos suscetíveis de alienação e na definição do melhor momento para que sejam colocados no mercado, orientados para o cumprimento dos objetivos de desenvolvimento e satisfação do interesse público;
- 3) O Município de Lisboa é proprietário de um conjunto de ativos - parcelas/lotas de terreno, frações autónomas e edifícios - que reúnem condições para ser colocados no mercado imobiliário, uma vez que não são necessários para a instalação ou funcionamento de serviços municipais, nem estão afetos ao cumprimento de programas municipais específicos de natureza habitacional, ou outros programas setoriais devidamente aprovados, nem se julgam necessários à execução de estudos ou planos de natureza urbanística;
- 4) O atual contexto de mercado é adequado para renovar a oferta de terrenos e edificado, prosseguindo assim a aposta na rentabilização e promoção dos ativos imobiliários municipais e a captação de novos interessados em investir em Lisboa, ajudando no crescimento da economia, com a criação de novos negócios e mais emprego;

5) A maioria das frações autónomas a alienar se destinam a serviços e que as restantes frações autónomas habitacionais, se inserem em edifícios em que o Município é detentor de apenas uma fração, resultando daí um avultado encargo mensal/anual com despesas de condomínio que urge cessar;

6) Nas últimas hastas públicas realizadas pelo Município de Lisboa, no decurso do mês de março de 2017, foi possível alienar algumas parcelas de terreno que não tiveram procura no leilão realizado no decurso de 2014, apontando assim para um cenário de retoma do interesse na aquisição de parcelas de terreno destinadas ao desenvolvimento de projetos de construção de nova habitação e novos escritórios;

7) As últimas hastas públicas mostraram ainda a existência de interessados em desenvolver novos projetos nas zonas periféricas da cidade, comprovando que não só as zonas históricas apresentam procura mas que este interesse se tem deslocado do centro, sendo disso exemplo as anteriores alienações na Avenida de Berlim e na Rua de Campolide;

8) A Câmara aprovou, em reunião de 30 de novembro de 2016, a consulta pública do Projeto de Regulamento do Património Imobiliário do Município de Lisboa, acolhendo assim as Recomendações n.ºs 1/83 e 4/82 da Assembleia Municipal, sendo certo que as condições de realização da presente alienação já acompanham integralmente o aí plasmado;

9) De acordo com as avaliações imobiliárias promovidas, o valor base de licitação dos ativos imobiliários identificados no Anexo I, que se junta - frações autónomas habitacionais, frações autónomas não habitacionais, parcela e lotes de terreno - é inferior a 557.000 euros (quinhentos e cinquenta e sete mil euros), pelo que a compete à Câmara aprovar a sua alienação;

10) De acordo com as avaliações imobiliárias promovidas, o valor base de licitação dos ativos indicados no Anexo II, que se junta - fração autónoma não habitacional e parcelas de terreno - é superior a 557.000 euros (quinhentos e cinquenta e sete mil euros), devendo, neste caso, a Câmara submeter à aprovação da Assembleia Municipal a respetiva alienação;

11) As avaliações imobiliárias consideraram os estudos urbanísticos efetuados para cada uma dos ativos municipais em venda (cf. Anexo III, que se junta), e os respetivos valores base de licitação identificados nos Anexos I e II, foram apurados, para o melhor uso e a máxima edificabilidade, cf. relatórios de avaliação que se juntam como Anexo IV;

12) Quanto aos lotes de terreno, o respetivo valor base de licitação corresponde à média aritmética, arredondada, das duas avaliações imobiliárias efetuadas por empresas credenciadas e certificadas pela CMVM e já refletem o valor das compensações urbanísticas devidas;

13) As peças do procedimento, constituídas pelo Programa de Concurso e o Caderno de Encargos, cumprem os procedimentos legais e regulamentares em vigor, garantindo ainda a adequada publicidade e o mais amplo acesso aos procedimentos de alienação, de modo a promover a mais ampla e efetiva concorrência, cf. Anexos V e VI;

Considerando ainda que:

14) Uma das parcelas a alienar, com a área de 7711 m² integra o prédio urbano sito na Rua Conselheiro Lopo Vaz, cuja descrição predial n.º 4339 da freguesia de Santa Maria dos Olivais se encontra desatualizada, porquanto o remanescente da área do prédio está, há muito, integrado no domínio público sem que até à data, se tenha formalizado a sua afetação, sendo agora necessário promover a afetação ao domínio público municipal para que a realidade registral seja idêntica à realidade factual;

Nestes termos:

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal, ao abrigo da alínea h) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprove:

- a) Alienação, em hasta pública, dos ativos imobiliários, devidamente identificados no Anexo I e nas Plantas de Localização, juntas como Anexo VIII;
- b) Aprovar os valores base de licitação indicados no Anexo I, apurados de acordo com as avaliações imobiliárias realizadas para o efeito (cf. Justificação de Valor), as quais consideraram o melhor uso e a máxima edificabilidade permitida;
- c) Aprovação das peças escritas e desenhadas da hasta pública, concretamente, Programa de Concurso e o respetivo Caderno de Encargos, nos termos dos Anexos V e VI, que se juntam e se dão por integralmente reproduzidos;
- d) Aprovar a constituição da Comissão da hasta pública, nomeando os seguintes membros:

Presidente da Comissão:

- Dr. António Furtado (diretor da Direção Municipal de Gestão Patrimonial).

Vogais efetivos:

- Dr.ª Maria Teresa Felício (Direção Municipal de Gestão Patrimonial);
- Dr. Gonçalo Lencastre (Divisão de Operações Patrimoniais).

Vogais suplentes:

- Ana Isabel Sá Pereira (Central de Compras Municipal);
- Dr.ª Isabel Guerreiro (Direção Municipal de Gestão Patrimonial - Chefe da Divisão de Gestão de Contratos).

- e) Delegar na Comissão da hasta pública os poderes necessários para promover a retificação de todos os erros e omissões, realizar esclarecimentos, por iniciativa própria ou a pedido dos interessados, bem como prorrogar os prazos de entrega dos documentos que habilitam os candidatos a participar na hasta pública sempre que tal seja necessário.

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo da disposição conjugada do artigo 33.º, n.º 1, alínea cc) e do artigo 25.º, n.º 1, alínea q) e da alínea i), todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à apreciação da Assembleia Municipal:

- a) A afetação ao domínio público municipal da parcela de terreno sita na Rua Conselheiro Lopo Vaz, com a área de 14.848 m², que ainda integra o prédio descrito no registo predial sob o n.º 4339, da freguesia de Santa Maria dos Olivais, em sede de registo predial, devidamente identificada a cor cinzenta na Planta n.º 17/030/DMGP (conforme Anexo VII que se junta), área que se encontra efetivamente sujeita a uso público;
- b) Alienação, em hasta pública, dos ativos imobiliários devidamente identificados no Anexo II e nas Plantas de Localização, juntas como Anexo VIII;
- c) Aprovar os valores base de licitação indicados no Anexo II, apurados de acordo com as avaliações imobiliárias realizadas para o efeito (cf. Justificação de Valor), as quais consideraram o melhor uso e a máxima edificabilidade permitida;
- d) Aprovação das peças escritas e desenhadas da hasta pública, concretamente, Programa de Concurso e o respetivo Caderno de Encargos, nos termos dos Anexos V e VI, que se juntam e se dão por integralmente reproduzidos;
- e) Aprovar a constituição da Comissão da hasta pública, nomeando os seguintes membros:

Presidente da Comissão:

- Dr. António Furtado (diretor da Direção Municipal de Gestão Patrimonial).

Vogais efetivos:

- Dr.ª Maria Teresa Felício (Direção Municipal de Gestão Patrimonial);
- Dr. Gonçalo Lencastre (Divisão de Operações Patrimoniais).

Vogais suplentes:

- Ana Isabel Sá Pereira (Central de Compras Municipal);
- Dr.ª Isabel Guerreiro (Direção Municipal de Gestão Patrimonial - Chefe da Divisão de Gestão de Contratos).

- f) Delegar na Comissão da hasta pública os poderes necessários para promover a retificação de todos os erros e omissões, realizar esclarecimentos, por iniciativa própria ou a pedido dos interessados, bem como prorrogar os prazos de entrega dos documentos que habilitam os candidatos a participar na hasta pública sempre que tal seja necessário.

JUSTIFICAÇÃO DE VALORES

1. Introdução:

Para a determinação do Valor Atual de Mercado das propriedades, foram considerados os relatórios de avaliação elaborados por entidades externas, certificadas pela Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

O procedimento adotado consistiu na solicitação de 2 (duas) avaliações externas independentes para cada um dos ativos imobiliários a serem integrados na hasta pública (terrenos e frações autónomas).

Optou-se por manter as avaliações dos dois lotes de terreno sito na Quinta dos Alcoutins, que foram avaliadas há menos de um ano por empresas credenciadas pela Comissão de Mercados de Valores Mobiliários.

Optou-se por manter o valor base de licitação de três parcelas de terreno que têm integrado as últimas Hastas Públicas e ficado desertas, a saber, Rua Horta e Silva, Rua Dom Jerónimo Osório e Rua Gregório Lopes, todas na zona ocidental de Lisboa.

Por fim, decidiu-se ainda manter o valor base de licitação da fração sita na Rua Bento Jesus Caraça que foi colocada em Hasta Pública em 2015 por um valor abaixo do que agora resulta das avaliações e que ficou deserta.

2. Relatórios de avaliações externas

2.1. Avaliações externas

Foram recebidos os relatórios de avaliação, confirmado que cumprem os normativos internacionais no campo da avaliação imobiliária e que as suas conclusões de valor estão sustentadas num estudo prévio de mercado que considere a conjuntura atual.

Foi igualmente confrontada a informação constante nos relatórios de avaliação, com a dos estudos urbanísticos produzidos pelos serviços de Urbanismo, em concreto, no que se refere aos parâmetros aí constantes e aos cenários de desenvolvimento futuro que correspondem à Máxima e Melhor Utilização dos terrenos.

2.2. Validação das avaliações externas:

Analizados todos os relatórios em questão, e considerando os valores da nossa base de dados dos direitos de preferência, os valores de hastas realizadas anteriormente e os valores de prospeção de mercado, concluímos que se encontram tecnicamente corretos e defensáveis, apresentando, na sua globalidade, divergências máximas inferiores aos 20%, estimativas que apresentam um grau de convergência e confiança bastante aceitável.

Concretamente foi confirmado que:

- ☐ As metodologias de avaliação são adequadas para a natureza dos imóveis em avaliação e encontram-se devidamente justificadas;
- ☐ Os pressupostos urbanísticos correspondem aos parâmetros transmitidos, no que se refere à superfície de pavimento e ao tipo de utilização possível;
- ☐ Os valores estimados, e os cálculos base encontram-se nos valores de mercado;
- ☐ Foi feita uma abordagem considerando a Máxima e Melhor Utilização para os terrenos e edifícios para reabilitar.

Em relação a este último aspeto refira-se que os estudos que consideram o melhor aproveitamento económico para os terrenos, são baseados nas informações urbanísticas.

Introduz-se uma cláusula de melhor aproveitamento urbanístico nas condições da hasta pública, já que a possibilidade de existir, no futuro, um aumento da superfície de pavimento em relação ao previsto inicialmente, obriga a rever os valores dos ativos na proporção do eventual aumento da área de construção.

3. Critérios de fixação do valor para a hasta

O valor base para a hasta pública foi fixado, atendendo que as diferenças relativas entre os valores de avaliação são reduzidas, resulta da média aritmética dos relatórios de avaliação externos.

No entanto, esta regra foram excecionadas as frações autónomas sitas nas Residências do Martim Moniz e na Rua Bento de Jesus Caraça, conforme explicação abaixo indicada.

3.1. Terrenos:

Informação sobre o imóvel						Análise dos Valores		
Localização	Usos Possíveis	Área de Construção Acima do Solo (m2)	Externa			Diferença relativa	Média aritmética	Conclusão de Valor
			UON	SOUND VALOR	RIGHT VALUE	GAREN		
Av. Conselheiro Lopo Vaz	Habitação/ Serviços/ Turismo	11.565,00	6065000		5818000		4,07%	5.941.500,00 €
Rua do Vale	Habitação	256,10		270000	290000		-7,41%	280.000,00 €

Do resultado das avaliações para os terrenos aptos para construção, verificamos uma diferença de 4% e 7,5%, para o terreno a Av. Conselheiro Lopo Vaz e para a Rua do Vale, situando-se bem abaixo do intervalo de confiança exigível, inferior a 20%, e portanto, com um nível de consistência muito alto e que oferece confiança sobre as conclusões de valor.

3.2. Frações autónomas

Relativamente às frações autónomas, verificou-se uma diferença de valores entre as avaliações apresentadas pelas empresas externas, na ordem dos 18 %, intervalo inferior aos 20%, que consideramos razoável.

Atendendo que a fração localizada na Rua Bento Jesus Caraça, 50 r/ch ficou deserta em hasta pública realizada em 2015, mantemos o mesmo valor (€90.000), em vez de se aplicar a média das duas avaliações (€104.450), o que implicaria a um aumento de 16 % e a possibilidade de novamente a fração não vir a ter interessados.

Quanto à fração autónoma sita nas Residências do Martim Moniz, da média aritmética das duas avaliações externas resulta um valor de 3.910€/m2, conduzindo a um valor de €312.800,00.

Da consulta à base de dados do Município de Lisboa/Direitos de Preferência resulta a seguinte prospeção:

Prospeção Mercado - Direitos de Preferência					
(Emprendimentos Martim Moniz)					
Ano	Fração	Abp(m2)	Valor Participado (€)	Valor Unitário (€/m2)	Média Vu [€/m2]
2015	D	97	270.000 €	2783,95 €/m2	3214,95 €/m2
2015	BI	119	320.000 €	2689,91 €/m2	
2015	AB	89	330.000 €	3707,99 €/m2	
2015	AB	89	329.607 €	3703,94 €/m2	
2015	AG	135	500.000 €	3703,97 €/m2	
2015	AU	88	238.000 €	2704,95 €/m2	
2015	OQ	78	290.000 €	3717,99 €/m2	
2016	S	161	565.000 €	3509,93 €/m2	
2016	R	130	360.000 €	2769,92 €/m2	
2016	X	125	357.000 €	2856,90 €/m2	

Verificamos assim que apartamentos com áreas entre 80 a 100m2, i.e., comparável com o ativo em venda, apresentam um valor unitário médio de 3.325€/m2. Nestas circunstâncias, assume-se que o valor apresentado pela empresa GAREN é o que espelha melhor o mercado pelo que se coloca este valor como base de licitação – €280.100,00 (3.502€/m2).

FRAÇÕES AUTÓNOMAS												
Informação sobre o imóvel				Análise dos Valores Externos						Conclusão		
		CML		Externa								
Localização	Descrição	Área Bruta Privativa (m2)	Valor	Ano	UON	GAREN	Diferença relativa	Média aritmética	Conclusão de Valor	Valor Base para a Hasta (arredondado)	Valor Unitário (€/m2)	Crítérios de fixação do valor base
Residências do Martim Moniz, Edifício 6, 4.º E	Habitação	80,00	160400	2012	345520	280.100,00 €	18,93%	312.810,00 €	280.100,00 €	280.100,00 €	3.501,25 €	Valor da Avaliação mais alta
R Bento Jesus Carapa, 50, r/c dto.	Habitação	68,30	90000	2015	113400	95.500,00 €	15,78%	104.450,00 €	90.000,00 €	90.000,00 €	1.317,72 €	Manter o mesmo valor que foi colocado em hasta pública em 2015 e não foi licitado
Edifício CONFEPLE - Fração K	Serviços	211,28	395600	2013	477600	390.900,00 €	18,15%	434.250,00 €	434.250,00 €	434.300,00 €	2.055,57 €	Média aritmética dos valores
Edifício CONFEPLE - Fração I	Serviços	108,37	262600	2013	287181	233.000,00 €	18,87%	260.090,50 €	260.090,50 €	260.100,00 €	2.400,11 €	Média aritmética dos valores
Edifício CONFEPLE - Fração M	Serviços	306,80	573800	2013	693100	567.600,00 €	18,11%	630.350,00 €	630.350,00 €	630.400,00 €	2.054,76 €	Média aritmética dos valores

Em resumo, salvo as exceções devidamente assinaladas, os critérios de fixação dos valores base para a hasta pública foram os seguintes:

Tipo de imóvel	Determinação do valor	Valor base para a Hasta
TERRENOS PARA CONSTRUÇÃO	2 Avaliações externas	Média aritmética das 2 avaliações externas
FRAÇÕES AUTÓNOMAS		
Em qualquer dos casos foram considerados critérios de prudência que possam previsivelmente potenciar a concorrência e o surgimento de muitas entidades a licitar. Verificando que as avaliações externas são já bastante prudentes nas suas estimativas, considera-se o valor base para a hasta o valor da média aritmética dessas avaliações externas.		

4. Valores base para a hasta

Com base nos critérios acima descritos, apresentam-se quadros resumo com os valores base propostos para a hasta.

TERRENOS					
Informação sobre o imóvel			Conclusão		
Localização	Usos Possíveis	Área de Construção Acima do Solo (m2)	Valor Base para a Hasta (arredondado)	Valor Unitário (€/m2)	Crítérios de fixação do valor base
Av. Conselheiro Lopo Vaz	Habituação/ Serviços/ Turismo	11.565,00	5.940.000,00 €	513,62 €	Média aritmética dos valores
Rua do Vale	Habituação	256,10	280.000,00 €	1.093,32 €	Média aritmética dos valores
R Horta e Silva	Habituação	1.120,00	880.000,00 €	785,71 €	Manutenção do anterior valor
R Dom Jerónimo Osório	Serviços/Comércio	1.367,00	660.000,00 €	482,81 €	Manutenção do anterior valor

TERRENOS						
Informação sobre o imóvel				Conclusão		
Localização	Usos Possíveis	Área de Construção Acima do Solo (m2)	Valor Base para a Hasta (arredondado)	Valor Unitário (€/m2)	Critérios de fixação do valor base	
R Gregório Lopes	Habitação	5.804,20	3.620.000,00 €	623,69 €	Manutenção do anterior valor	
Quinta dos Alcoutins, Lote 26	Habitação	340,00	370.000,00 €	1.088,24 €	Manutenção do anterior valor	
Quinta dos Alcoutins, Lote 27	Habitação	368,00	400.000,00 €	1.086,96 €	Manutenção do anterior valor	
			12.150.000,00 €			

FRAÇÕES AUTÓNOMAS						
Informação sobre o imóvel				Conclusão		
Localização	Descrição	Área Bruta Privativa (m2)	Valor Base para a Hasta (arredondado)	Valor Unitário (€/m2)	Critérios de fixação do valor base	
Residências do Martim Moniz, Edifício 6, 4.º E	Habitação	80,00	280.100,00 €	3.501,25 €	Valor da Avaliação mais alta	
R Bento Jesus Caraça, 50, r/c dto.	Habitação	68,30	90.000,00 €	1.317,72 €	Manter o mesmo valor que foi colocado em hasta publica em 2015 e não foi licitado	
Edifício CONFEPELE - Fração K	Serviços	211,28	434.300,00 €	2.055,57 €	Média aritmética dos valores	
Edifício CONFEPELE - Fração I	Serviços	108,37	260.100,00 €	2.400,11 €	Média aritmética dos valores	
Edifício CONFEPELE - Fração M	Serviços	306,80	630.400,00 €	2.054,76 €	Média aritmética dos valores	
			1.694.900,00 €			

ANEXOS

I - Identificação dos ativos imobiliários, com os respetivos valores base de alienação;

II - Identificação dos ativos imobiliários, com os respetivos valores base de alienação;

III - Fichas/estudos urbanísticos;

IV - Relatórios de avaliação;

V - Programa de Concurso;

VI - Caderno de Encargos;

VII - Planta n.º 17/030/DMGP;

VIII - Plantas de Localização.

(Processo n.º 9395/CML/2017.)

ANEXO I
PREÇOS BASE DE LICITAÇÃO ATIVOS IMOBILIÁRIOS

Nº de ordem	Morada Principal	Freg.	Descrição Predial	Artigo Matricial	Data Visita	A.B. Máx. (m2)	Preço Base de Licitação
1	Residências do Martim Moniz, Edifício 6, 4.º andar E	Santa Maria Maior	396/Socorro - EN	3114/Santa Maria Maior		80,00	280.100,00 €
2	Rua Bento Jesus Caraça, n.º 50, r/c direito	Lumiar	571/Lumiar - A	1779/Lumiar		68,30	90.000,00 €
3	Edifício CONFEELE - Rua Áurea, 193/203, Rua da Assunção, 95/107 e Rua do Crucifixo, 126/136, 1.º direito	Santa Maria Maior	3/Conceição - K	1830/Santa Maria Maior		211,28	434.300,00 €
4	Edifício CONFEELE - Rua Áurea, 193/203, Rua da Assunção, 95/107 e Rua do Crucifixo, 126/136, 2.º esquerdo	Santa Maria Maior	3/Conceição - L	1830/Santa Maria Maior		108,37	260.100,00 €
5	Rua do Vale, 24	Misericórdia	em regularização		Não aplicável	256,10	280.000,00 €
6	Quinta dos Alcoutins, lote 26	Lumiar	2159/Lumiar	3317/Lumiar	Não aplicável	340,00	370.000,00 €
7	Quinta dos Alcoutins, lote 27	Lumiar	2160/Lumiar	3318/Lumiar	Não aplicável	368,00	400.000,00 €



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

DIREÇÃO MUNICIPAL DE GESTÃO PATRIMONIAL

HASTA PÚBLICA PARA ALIENAÇÃO DE ATIVOS IMOBILIÁRIOS MUNICIPAIS

Maio/2017

PROGRAMA DE CONCURSO

1. OBJETO DA HASTA PÚBLICA

1.1. A presente hasta pública tem por objeto a alienação dos ativos imobiliários municipais constituídos por sete lotes/parcelas de terreno e cinco frações autónomas.

1.2. Os ativos imobiliários referidos no número anterior estão identificados nos Anexos I e II pela morada, descrição predial, inscrição matricial, área bruta de construção ou área bruta privativa e valor base de licitação, doravante, em conjunto, designados por “Ativos Imobiliários”.

1.3. Os Ativos Imobiliários serão alienados livres de quaisquer ónus ou encargos e de pessoas e bens.

2. CONSULTA DO PROCESSO E OBTENÇÃO DE CÓPIAS

2.1. O processo de concurso encontra-se disponível para consulta na Divisão de Relação com o Município – Atendimento Geral, sito no Campo Grande, n.º 25, Piso 0, em Lisboa, nos dias úteis entre as 08h e as 20h, desde a data da publicação do Edital de abertura até às 20 horas do dia ____ de 2017.

2.2. A cópia do processo de concurso poderá ser solicitada e levantada na morada indicada no número anterior, mediante o pagamento da quantia calculada nos termos da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais, até 2 (dois) dias antes do termo do prazo fixado para a entrega das propostas.

2.3. Os interessados poderão igualmente descarregar o processo do concurso nos sítios da Internet www.cm-lisboa.pt ou <http://cidadedeoportunidades.cm-lisboa.pt>.

2.4. É da exclusiva responsabilidade dos interessados a verificação e comparação das cópias com as peças patenteadas.

3. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO SOBRE AS PEÇAS PATENTEADAS

3.1. A entidade que preside à hasta pública é o Município de Lisboa representado pela Comissão para tal designada, instalada na Direção Municipal de Finanças – Departamento de Aprovisionamentos – Central de Compras Municipal, sita no Campo Grande, n.º 25, Piso 9, Bloco A, em 1749-099 Lisboa, com os seguintes contactos: 21 798 8558 e dmf.da.ccm@cm-lisboa.pt.

3.2. A Comissão é constituída pelos seguintes membros:

a) Presidente da Comissão:

Dr. António Furtado

(Diretor Municipal de Gestão Patrimonial)

b) Vogais efetivos:

- Dra. Maria Teresa Felicio

(Direção Municipal de Gestão Patrimonial)

- Dr. Gonçalo Lencastre

(Divisão de Operações Patrimoniais)

c) Vogais suplentes:

- Dra. Ana Isabel Sá Pereira

(Central de Compras Municipal)

- Dra. Isabel Guerreiro

(Chefe da Divisão de Gestão de Contratos).

3.3. Qualquer entidade poderá, no primeiro terço do prazo para entrega das propostas, a contar da publicação do anúncio, solicitar, por escrito àquela Comissão, para a morada indicada no número anterior, os esclarecimentos que entender por necessários.

3.4. O Município de Lisboa poderá recusar prestar os esclarecimentos solicitados se os entender absolutamente inadequados à formulação da proposta.

3.5. Todos os esclarecimentos que mereçam resposta do Município de Lisboa serão publicados em Boletim Municipal e comunicados ao respetivo requerente durante o segundo terço do prazo para entrega das propostas.

3.6. Simultaneamente com a publicação em Boletim Municipal e a comunicação dos esclarecimentos ao interessado que os solicitou juntar-se-á cópia dos mesmos às peças patenteadas.

4. DATA E HORA PARA EXAMINAR O PRÉDIO

4.1. Qualquer interessado poderá visitar os Ativos Imobiliários objeto da presente hasta pública nas datas indicadas nos Anexos I e II, entre as 10h e as 17 horas.

4.2. A Comissão da Hasta poderá, após o primeiro terço do prazo para entrega das propostas, a contar da publicação do anúncio, autorizar visitas extraordinárias aos respetivos Ativos Imobiliários mediante pré-agendamento a efetuar através do número de telefone 21 817 00 17 ou através do endereço de correio eletrónico hastas@cm-lisboa.pt

5. CONDIÇÕES DE ADMISSÃO À HASTA PÚBLICA

Apenas se podem habilitar à presente hasta pública, as pessoas singulares ou coletivas que não se encontrem em nenhuma das situações previstas no Anexo III.

6. VALOR BASE DE LICITAÇÃO

6.1. O valor base de licitação de cada Ativo Imobiliário encontra-se previsto nos Anexos I e II.

6.2. Os valores base de licitação apurados para a alienação de lotes de terreno, já refletem o valor das compensações urbanísticas devidas pela respetiva operação urbanística, sem prejuízo de o adquirente ficar obrigado a cumprir as disposições legais previstas nos instrumentos de planeamento urbanístico em vigor.

7. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DOS CANDIDATOS:

7.1. Todos os candidatos deverão apresentar obrigatoriamente os seguintes documentos, sob pena de exclusão:

- a) Declaração, sob compromisso de honra, elaborada nos termos do Anexo III;
- b) Certificado do registo criminal do candidato e, no caso de pessoas coletivas, certificado do registo criminal da pessoa coletiva e de cada membro dos órgãos de gestão (gerência, administração, direção);
- c) Código de acesso à certidão permanente do registo comercial ou fotocópia simples da certidão de registo comercial emitida pela conservatória do registo comercial, válida e atualizada;

d) Certidão comprovativa de que a situação tributária do candidato se encontra regularizada ou comprovativo da autorização conferida para que o Município de Lisboa proceda à respetiva consulta em www.portaldasfinancas.gov.pt

e) Certidão comprovativa de que a situação do candidato se encontra regularizada perante a segurança social ou comprovativo da autorização conferida para que o Município de Lisboa proceda à respetiva consulta em www.seg-social.pt

f) Em caso de representação do candidato na hasta pública em que terá lugar a licitação, procuração, elaborada nos termos do Anexo IV, ou ata do órgão social estatutariamente competente para delegar poderes num gerente ou administrador para representar isoladamente a pessoa coletiva, nos casos em que esta se obrigue pela assinatura de 2 (dois) ou mais membros do órgão de gestão.

7.2. Todos os documentos a que se referem as alíneas anteriores terão necessariamente de ser redigidos em língua portuguesa.

7.3. Os candidatos de origem estrangeira estão obrigados a apresentar os documentos exigidos aos candidatos de origem nacional, salvo se se tratar, nos termos da legislação fiscal vigente, de pessoa singular ou coletiva não residente em território nacional, caso em que ficará dispensado de apresentar os documentos referidos nas alíneas c) a e) do 7.1.

7.4. Os candidatos que, nos termos da lei fiscal, sejam considerados não residentes em território nacional, deverão apresentar, em substituição dos documentos referidos nas alíneas c) a e) do 7.1, os seguintes documentos:

a) Certificado de constituição da pessoa, acompanhado dos respetivos estatutos (*Certificate of incorporation and Articles of Association*);

b) Certidão da administração fiscal portuguesa, atestando que o candidato, pessoa singular ou coletiva, não tem residência fiscal em território nacional;

7.5. Os documentos a entregar pelos candidatos de origem estrangeira nos termos do disposto em 7.3. e 7.4., deverão ser emitidos de acordo com a legislação do respetivo Estado de origem, legalizados num Consulado Português ou de acordo com a Convenção de Haia, e traduzidos para língua portuguesa, com a respetiva tradução certificada nos termos da lei portuguesa.

8. PROPOSTA

8.1. A proposta deverá ser elaborada de acordo com o modelo junto como Anexo V, com indicação do preço oferecido, de valor igual ou superior ao preço base de licitação, sob pena de exclusão da proposta.

8.2. Cada proposta deve ser acompanhada de um cheque visado ou bancário, emitido à ordem do Município de Lisboa, no montante correspondente a 15% (quinze por cento) do valor proposto.

9. MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

9.1. Os documentos referidos em 7. supra, são apresentados em invólucro opaco e fechado, em cujo rosto se deve escrever a palavra **“DOCUMENTOS”**.

9.2. As propostas de preço são apresentadas em invólucros opacos e fechados, em cujo rosto se deve escrever a palavra **“PROPOSTA”**.

9.3. Os invólucros referidos nos números anteriores são, por sua vez, guardados num outro invólucro opaco e fechado, em cujo rosto se deve escrever a palavra **“SOBRESCRITO EXTERIOR”**, bem como a designação da hasta pública e da entidade que a lançou.

10. PROPOSTA CONDICIONADA E COM VARIANTES

Não é admitida a apresentação de propostas condicionadas ou que envolvam alterações ou variantes das cláusulas do Caderno de Encargos.

11. ENTREGA DAS PROPOSTAS

11.1. As propostas são remetidas pelo correio em envelope opaco e fechado, sob registo e com aviso de receção ou entregues por mão própria, pelos candidatos ou seus representantes, contra recibo, devendo as mesmas, em qualquer dos casos, dar entrada no Departamento de Marca e Comunicação – Divisão de Relação com o Múncipe – Atendimento Geral, sita no Campo Grande, n.º 25, Piso 0, em 1749-099 Lisboa, até às 13 horas do dia [data].

11.2. Se o envio das propostas for efetuado pelo correio ou entregue em local diferente do indicado no ponto anterior, os candidatos são os únicos responsáveis pelos atrasos que porventura se verifiquem, não constituindo motivo de reclamação o facto da entrega das propostas ocorrer já depois de esgotado o prazo fixado para a entrega das mesmas.

12. CAUSAS DE EXCLUSÃO

12.1. Constituem causas de exclusão dos candidatos:

- a) A não apresentação de um qualquer dos documentos exigidos no ponto 7.º do presente Programa;
- b) A não apresentação da proposta até à data limite fixada no n.º 1 do ponto 11.º do presente Programa;
- c) A existência de dívidas ao fisco ou à Segurança Social;
- d) A existência de dívidas ao Município de Lisboa, por período superior a 60 (sessenta) dias para além do prazo de liquidação, situação que, a ser apurada posteriormente, leva a que a adjudicação seja considerada sem efeito, sucedendo, nesse caso, o proponente com a segunda melhor proposta ou que haja licitado o segundo valor mais elevado.

12.2. Constituem causas de exclusão das propostas:

- a) A não observação do disposto nos pontos 8.º e 9.º do presente Programa;
- b) A apresentação de proposta condicionada ou que envolva alterações ou variantes das cláusulas do Caderno de Encargos;
- c) A apresentação de valores inferiores ao valor base de licitação indicados nos Anexos I e II.

13. LOCAL, DIA E HORA DO ATO PÚBLICO

13.1. O ato público realizar-se-á às 10.00 horas do dia [data], na sala de concursos do Departamento de Aprovisionamentos, sita no Campo Grande, n.º 25, Piso 1, Bloco F, em 1749-099 Lisboa.

13.2. Só podem intervir no ato público os candidatos e seus representantes que para o efeito estiverem devidamente legitimados, com poderes para o ato, bastando, para tanto, a exibição dos respetivos cartões de cidadão ou bilhetes de identidade e de procuração emitida pela sociedade ou agrupamento, elaborada nos termos do Anexo IV, da qual conste o nome e número do documento de identificação dos representantes.

14. TRAMITAÇÃO DO ATO PÚBLICO

14.1. Declarado aberto o ato público, a Comissão procede à identificação da hasta pública e à abertura dos sobrescritos exteriores recebidos, bem como os relativos aos “Documentos” mencionados no ponto 7.º, mantendo-se inviolados os invólucros das “Propostas” a que alude o ponto 9.2 do presente Programa.

14.2. A Comissão procede, depois, à leitura da lista de candidatos elaborada de acordo com a ordem de entrada das propostas entregues.

14.3. Seguidamente, a Comissão procede à identificação dos candidatos e dos seus representantes.

14.4. As “Propostas” são guardadas num invólucro opaco e fechado, que deve ser assinado pelos membros da Comissão.

14.5. De seguida, interrompe-se o ato público para a Comissão proceder, em sessão privada, à análise dos documentos de habilitação apresentados pelos candidatos.

14.6. A Comissão rubrica os documentos mencionados no número anterior, e procede à sua análise, deliberando sobre a admissão ou exclusão dos proponentes, sendo que são excluídos os proponentes que se enquadrem numa das situações previstas no ponto 12.º do presente Programa.

14.7. Reaberto o ato público, a Comissão transmite as deliberações tomadas, dando-se continuidade àquele ou fixando-se dia e hora para a continuação do mesmo.

14.8. Depois, a Comissão procede à abertura dos invólucros das “Propostas” a que se refere o artigo 8.º, deliberando sobre a admissão ou exclusão dos candidatos, devendo ser excluídos os que não cumpram o disposto no ponto 8.º do presente Programa.

14.9. De imediato, é aberta a praça iniciando-se a licitação a partir do valor mais elevado apresentado nas Propostas admitidas.

14.10. No ato público da praça, procede-se à licitação verbal entre os candidatos, que podem ser os próprios ou seus representantes devidamente legitimados com poderes bastantes para o efeito, nos termos constantes da alínea f) do ponto 7.1 do presente Programa.

14.11. Os lanços não poderão ser inferiores a €5.000,00 (mil euros) para ativos com valor base de licitação inferior ou igual a €500.000,00 (quinhentos mil euros) e a €10.000,00 (dez mil euros) para ativos com valor base de licitação superior a €500.000,00 (quinhentos mil euros).

14.12. A licitação termina quando tiver sido anunciado por três vezes o lanço mais elevado e este não for coberto.

15. ADJUDICAÇÃO PROVISÓRIA

15.1. A Comissão deverá proceder à adjudicação provisória a quem tenha apresentado o valor mais elevado até ao encerramento do ato público, devendo o adjudicatário proceder, nesse momento, ao pagamento da diferença entre o valor correspondente aos 15% (quinze por cento) do preço da arrematação e o valor do cheque visado que acompanhou a proposta.

15.2. O adjudicatário deverá proceder ao pagamento de mais 15% (quinze por cento) do valor adjudicado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da receção da notificação da adjudicação definitiva.

15.3. O não cumprimento por parte do adjudicatário provisório do preceituado nos números anteriores, tornará a adjudicação nula e de nenhum efeito, perdendo este a totalidade do valor entregue ao Município de Lisboa.

15.4. Os cheques que acompanham as propostas dos candidatos a quem não for efetuada a adjudicação provisória serão entregues aos candidatos ou seus representantes, com poderes para o efeito, após o encerramento do ato público, sem direito a qualquer compensação ou juros.

16. NÃO ADJUDICAÇÃO

16.1. Não há lugar a adjudicação quando:

- a) Não tenha sido apresentada qualquer proposta;
- b) Todas as candidaturas ou todas as propostas tenham sido excluídas;
- c) A licitação não for igual ou superior aos valores base de licitação indicados para os Ativos Imobiliários indicados nos Anexos I e II;
- d) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento após o termo do prazo fixado para a apresentação das propostas;
- e) Circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, relativas aos pressupostos da Hasta Pública, o justifiquem.

16.2. A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, deve ser notificada a todos os candidatos.

16.3. No caso da alínea d) do número anterior, dar-se-á início a um novo procedimento no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação da decisão de não adjudicação.

17. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

Todos os candidatos estão obrigados a manter as suas propostas, designadamente os preços resultantes das suas licitações, pelo prazo de sessenta dias, contado a partir da data do ato público.

18. ADJUDICAÇÃO DEFINITIVA

A decisão de adjudicação definitiva ou de não adjudicação compete ao Presidente da Câmara Municipal ou do Vereador com competência delegada, devendo o interessado ser notificado no prazo de 8 (oito) dias úteis a contar do despacho de adjudicação definitiva.

19. MINUTA DO CONTRATO

O adjudicatário definitivo fica obrigado a pronunciar-se sobre a minuta do contrato escrito no prazo de 8 dias úteis a contar da data da receção da respetiva minuta, findo o qual, se o não fizer, a mesma se considerará aprovada.

20. TRAMITAÇÃO SUBSEQUENTE

20.1. O contrato de transmissão da propriedade do Ativo Imobiliário deverá ser celebrado no prazo máximo de 30 dias a contar da data da aprovação da respetiva minuta.

20.2. O Município de Lisboa notificará por escrito o adjudicatário definitivo da data da celebração do respetivo contrato, com a antecedência mínima de 8 dias.

20.3. No caso de o adjudicatário definitivo não comparecer na data prevista para a celebração do contrato, sem motivo justificado, perderá o valor da totalidade das quantias entregues ao Município de Lisboa.

21. REABERTURA DO PROCEDIMENTO

21.1. Nas situações em que o anterior adjudicatário tenha faltado, sem motivo justificável, à celebração do contrato, poderá a Comissão da Hasta Pública proceder à adjudicação provisória do Prédio ao candidato que tenha licitado o segundo valor mais elevado, desde que a diferença entre o valor arrematado e o segundo lance mais elevado não seja superior a €5.000,00 (cinco mil euros) ou a €10.000,00 (dez mil euros), conforme o Ativo Imobiliário em apreço.

21.2. Nos casos em que a hasta fique deserta, por não ter sido recebida qualquer candidatura relativamente a um dos Ativos Imobiliários, a Comissão da Hasta publicará anúncio em Boletim Municipal a informar que qualquer interessado poderá apresentar, no prazo máximo de 30 dias a contar da data da referida publicação, uma proposta de aquisição do respetivo Ativo em carta fechada, devendo tal candidatura respeitar integralmente os termos e condições de alienação aprovados, designadamente o valor base de alienação, bem como dos documentos de habilitação previstos em 7.º supra, bem como fixar, desde logo, a data para a abertura das propostas recebidas, no local indicado em 13.1.

21.3. Caso seja apresentada mais do que uma candidatura para o mesmo Ativo Imobiliário, abrir-se-á licitação entre os respetivos proponentes, logo após a abertura das cartas fechadas.

21.4. Encerrado o ato público, a Comissão promoverá a imediata adjudicação provisória do Ativo Imobiliário ao proponente ou arrematante, aplicando-se, a partir deste momento, o disposto nos pontos 15 e seguintes do presente Programa de Concurso.

21.5. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o Município de Lisboa poderá recorrer a nova hasta pública, nos termos aprovados pela Câmara Municipal, designadamente nas seguintes situações:

- a) A hasta pública fique deserta;
- b) Não houver lugar à adjudicação definitiva;
- c) A adjudicação venha a ser anulada;
- d) Caso o adjudicatário falte, sem motivo justificável, à celebração do contrato de compra e venda.

22. ENCARGOS

São encargos dos candidatos as despesas inerentes à elaboração das propostas e, no caso do adjudicatário definitivo, os custos e emolumentos relativos à celebração do contrato de compra e venda.

23. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

À presente hasta pública é aplicável o Regulamento do Património, aprovado pelo Despacho do Presidente da Câmara de 6 de Janeiro de 1968, na redação dada pela Deliberação n.º 105/AM/2005, publicada no Boletim Municipal n.º 604, de 15 de Setembro de 2005 e subsidiariamente o Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na redação atual e demais legislação em vigor.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

DIREÇÃO MUNICIPAL DE GESTÃO PATRIMONIAL

CADERNO DE ENCARGOS

1. OBJETO

1. A presente hasta pública tem por objeto a alienação dos ativos imobiliários municipais constituídos por sete parcelas/lotas de terreno e cinco frações autónomas.

1.2. Os ativos imobiliários referidos no número anterior estão identificados nos Anexos I e II pela morada, descrição predial, inscrição matricial, área bruta de construção ou área bruta privativa e valor base de licitação, doravante, em conjunto, designados por “Ativos Imobiliários”.

1.3. Os Ativos Imobiliários serão alienados livres de quaisquer ónus ou encargos e de pessoas e bens.

1.4. Cada Ativo Imobiliário será transmitido no estado em que se encontrar à data da celebração do respetivo contrato.

1.5. Todas as operações de limpeza, demolição de construções existentes ou remoção de entulho são da inteira responsabilidade do adquirente, sem que possa ser imputado qualquer custo ao Município de Lisboa.

2. PAGAMENTO

2.1. O adjudicatário deverá proceder ao pagamento do valor correspondente a 15% (quinze por cento) do valor da adjudicação no ato público, nos termos do ponto 15.1 do Programa.

2.2. O adjudicatário deverá proceder ao pagamento de mais 15% (quinze por cento) do valor adjudicado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da notificação da adjudicação definitiva, nos termos do ponto 15.2 do Programa.

2.3. Para efeitos do disposto no número anterior, na data da celebração do contrato de compra e venda, por documento particular autenticado ou escritura notarial, será imediatamente promovido o registo predial de aquisição do Ativo Imobiliário a favor do adquirente, com reserva de propriedade a favor do Município de Lisboa.

3. MAIS-VALIA URBANÍSTICA

3.1. O Município deverá ser ressarcido de eventual mais-valia urbanística decorrente do aumento da área de construção ou da área bruta privativa indicadas nos Anexos I e II para o respetivo Ativo Imobiliário, no âmbito da aprovação do respetivo projeto de licenciamento.

3.2. Para efeitos do disposto no número anterior, a mais-valia urbanística é apurada nos seguintes termos:

$$\text{Valor unitário da mais-valia (m2/€)} = \frac{\text{Valor arrematado (€)}}{\text{Total da área de construção ou área bruta privativa indicada nos Anexos I e II (m}^2\text{)}}$$

Valor da mais-valia = Valor unitário da mais-valia (€/m²) X de aumento de área de construção ou área bruta privativa (m²)

4. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

4.1. O Ativo Imobiliário será entregue ao adquirente no estado em que se encontra e livre de pessoas e bens e sem quaisquer ónus ou encargos.

4.2 Sempre que o Ativo Imobiliário seja um Edifício e seja legalmente exigido, o Município de Lisboa entregará ao adquirente o respetivo certificado energético.

4.3. O Município de Lisboa transmitirá a propriedade de cada Ativo Imobiliário no estado em que se encontrar à data de outorga do contrato de compra e venda, não se responsabilizando por qualquer eventual desconformidade face ao que o próprio comprador retirou da visita ao local.

4.4. Os serviços de urbanismo do Município de Lisboa deverão proceder ao controlo prévio das operações urbanísticas nos prazos legalmente previstos no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, nos casos aplicáveis.

4.5. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o Município de Lisboa designará técnicos habilitados na área do urbanismo para apoiar os promotores no âmbito do licenciamento e criará uma “Via Rápida” para a apreciação destes projetos.

5. CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

É expressamente proibida a transmissão da posição de adjudicatário.

6. ENCARGOS E DESPESAS

Todos os encargos legais e despesas decorrentes da transmissão do Ativo são da responsabilidade dos respetivos adquirentes.

7. REGRAS DE INTERPRETAÇÃO

As divergências que existam entre os documentos relativos à hasta pública e o contrato de compra e venda devem ser interpretados da seguinte forma:

- a) Em primeiro lugar, aplica-se as normas imperativas da lei e do Caderno de Encargos;
- b) Em segundo lugar, aplicam-se as disposições do contrato de compra e venda, na sua versão final, que não colidam com as disposições imperativas da lei e do Caderno de Encargos.

ANEXO I

Listagem dos Ativos Imobiliários

ANEXO III

MINUTA DE DECLARAÇÃO

1 — [Nome, número fiscal de contribuinte, número de cartão de cidadão, bilhete de identidade ou passaporte e respetiva data de validade, estado civil e domicílio ou, no caso de ser uma pessoa coletiva, a denominação social, sede, objeto social, nome dos titulares dos corpos sociais e de outras pessoas com poderes para a obrigarem, indicação do número de pessoa coletiva, da conservatória do registo comercial onde se encontra registada e do respetivo capital social), devidamente representada pelo seu [gerente, administrador ou procurador] [Nome, número de cartão de cidadão, bilhete de identidade ou passaporte e respetiva data de validade, estado civil e domicílio], com poderes para o ato tendo tomado conhecimento das peças do procedimento de hasta pública lançada e publicitada pelo Município de Lisboa com o n.º _____, vem por este meio apresentar a respetiva candidatura, juntando em anexo, para o efeito, os seguintes documentos:

(2):

a) ...

b) ...

...

2 — Para o efeito declara, sob compromisso de honra, que:

- a) Não se encontra em estado de insolvência, de liquidação, de cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga nem tem o respetivo processo pendente;

- b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (3) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (4)] (5);
- c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (6) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (7)] (8);
- d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (9);
- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (10);
- f) Se encontra em situação regularizada relativamente a dívidas por impostos, contribuições e taxas ao Município de Lisboa;
- g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, no artigo 45.º da Lei n.º 18/2003, de 11 de Junho, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos (11);
- h) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho (12);
- i) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão -de -obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (13);
- j) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes (14) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes (15)] (16):
- i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
- ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
- iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
- iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a exclusão da candidatura apresentada.

(local), ... (data), ..

[assinatura (17)].

- (1) Aplicável apenas a candidatos que sejam pessoas coletivas.
- (2) Enumerar todos os documentos que constituem a candidatura, para além desta declaração, indicados no programa do procedimento.
- (3) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Declarar consoante o candidato seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (6) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (8) Declarar consoante o candidato seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (9) Declarar consoante a situação.
- (10) Declarar consoante a situação.
- (11) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (13) Declarar consoante a situação.
- (14) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (16) Declarar consoante o candidato seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (17) Nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 168.º

Notas:

- a) Caso o candidato pretenda licitar mais do que um dos Ativo Imobiliário objeto da presente hasta pública será bastante um exemplar desta declaração.
- b) Em caso de candidatura conjunta a um mesmo Ativo Imobiliário cada co-candidato deverá elaborar e assinar um exemplar destas declarações.

ANEXO IV

PROCURAÇÃO

_____ (identificação do concorrente), [(1) representado neste ato por _____, com poderes para o efeito], constitui seu bastante procurador _____ (nome, estado civil e nacionalidade do procurador), titular do cartão de cidadão/ bilhete de identidade/passaporte n.º _____, a quem confere a totalidade dos poderes necessários para o/a representar na hasta pública promovida pelo Município de Lisboa, com o n.º _____.

Nos poderes de representação aqui atribuídos incluem-se, em especial, os de participar e intervir no ato público do concurso, entre outros, solicitando esclarecimentos, participando em decisões comuns, apreciando documentos, tomando conhecimento de atos ou factos, aceitando notificações, deduzindo reclamações, interpondo recursos e, muito especialmente o poder de, no momento e condições definidas no Programa de Concurso, licitar em nome do representado, formulando lanços que consistem em propostas de pagamento pelo candidato de uma quantia a pagar ao Município de Lisboa, nos termos definidos no Programa de Concurso e no Caderno de Encargos.

O limite máximo do número e valor dos lanços que o procurador tem poderes para propor ao Município de Lisboa, é absolutamente secreto entre o representado e o procurador, não podendo nem devendo ser do conhecimento do Município, pelo que, em caso algum, o representado poderá invocar abuso de representação, ficando válida e definitivamente vinculado à intervenção e proposta do procurador, como se estivesse ele próprio a intervir. Mais se confere poderes ao mandatário para, em caso de não adjudicação provisória, proceder ao levantamento do cheque visado, no valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor de aquisição proposto.

A constituição desta procuração e o exercício de qualquer dos poderes aqui conferidos significam a expressa e irretratável declaração de que o procurador é suficientemente capaz de entender e querer, exigida pela natureza do negócio jurídico em que intervém, especialmente tendo em consideração que a tramitação do processo é em língua portuguesa.

Data

(Assinatura suficiente para obrigar o candidato, reconhecidas legalmente nessa qualidade)

(1) Aplicável apenas a candidatos que sejam pessoas coletivas.

Nota: Caso o candidato pretenda licitar mais do que um dos Ativos Imobiliários objeto da presente hasta pública será bastante um exemplar desta procuração.

ANEXO V

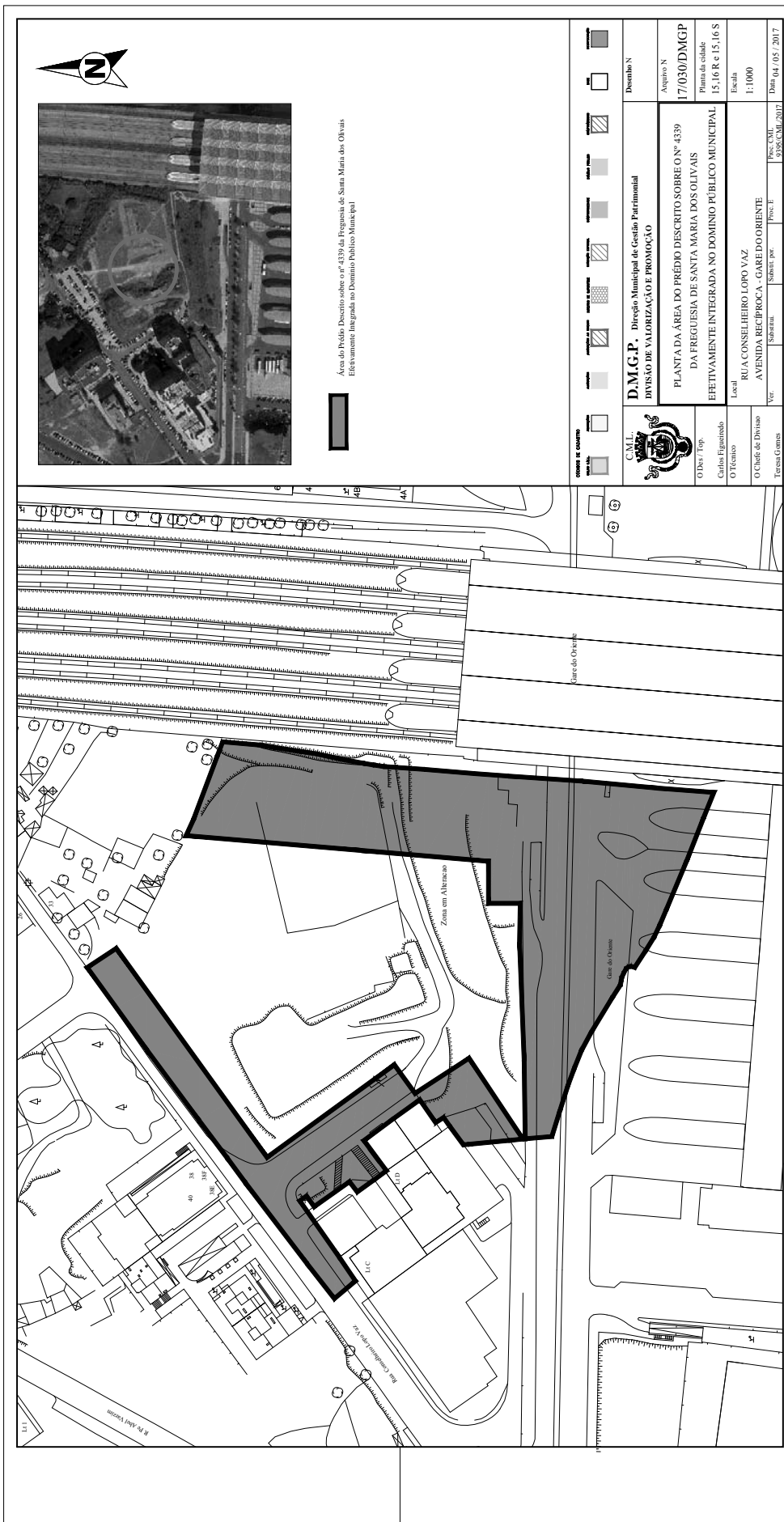
MINUTA DA PROPOSTA

_____ abaixo-assinado, com residência em _____, por si ou na qualidade de [gerente/administrador/procurador, _____, com sede em _____, matriculada no registo comercial sob o número de Pessoa Coletiva _____, com o capital social de _____, devidamente mandatado e com poderes para o efeito, oferece para a aquisição do [parcela de terreno/prédio urbano sito na _____, descrito no registo predial sobre o número _____ da freguesia de _____, inscrito na matriz predial da freguesia de _____ sob o artigo _____, a que se refere a hasta pública n.º [n.º], de acordo com o respetivo Programa e Caderno de Encargos, cujos termos e condições tomou pleno e integral conhecimento, o montante de _____ (extenso e numerário).

_____, ____ de _____ de 2017

_____ (Assinatura)

Nota: Caso o candidato pretenda licitar mais do que um dos Ativos Imobiliários objeto da presente hasta pública deverá emitir e assinar um exemplar desta declaração por Ativo Imobiliário a que se candidata.

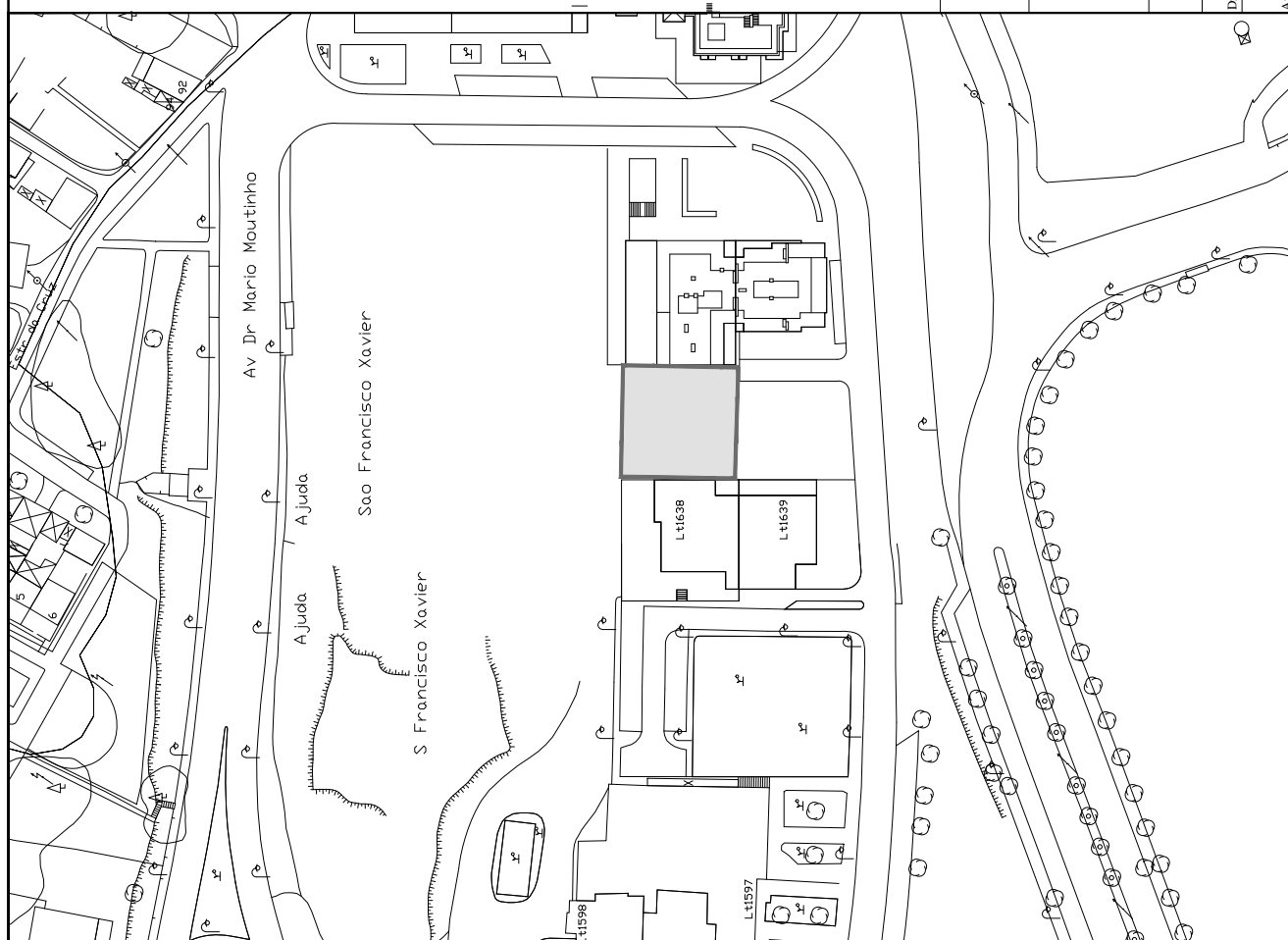




LOTE A ALIENAR PELA C.M.L.
Área Registada647,30m2

PROVENIÊNCIA

Companhia Central de Urbanização
Escritura em 08/05/1940 Des. Nº Tombo 432



CÓDIGO DE QUANTO <input type="checkbox"/> Lote a alienar <input type="checkbox"/> Lote a alienar		ALUGUEIRO <input type="checkbox"/> Alugueiro	ALUGUEIRO A RENDITA <input type="checkbox"/> Alugueiro a rendita	RENTA DE SERVIÇO <input type="checkbox"/> Renta de serviço	CONDIÇÃO ESPECIAL <input type="checkbox"/> Condição especial	COMPRASIMILAR <input type="checkbox"/> Comprasimilar	USO DE PAVIMENTO <input type="checkbox"/> Uso de pavimento	COMUNICADO <input type="checkbox"/> Comunicado	DESENHO <input type="checkbox"/> Desenho
D.M.G.P. Direção Municipal de Gestão Patrimonial DIVISÃO DE OPERAÇÕES PATRIMONIAIS									
PLANTA DO LOTE A ALIENAR PELA C.M.L. EM HASTA PÚBLICA									
C.M.L. 									
O Des. A. Jorge		O Técnico Dr.ª Teresa Gomes		A Chefe de Divisão A. Catarina Milhã		Ver. Substitui:		Proc. E. Proc. CML: 9395/CML/147	
Local RUA GREGÓRIO LOPES		Substitui: RUA GREGÓRIO LOPES		Proc. E. Proc. CML: 9395/CML/147		Proc. E. Proc. CML: 9395/CML/147		Data 04/05/2017	



Área registrada1.794,00m2

① David Henriques Cabral

Escritura em 08/04/1948 Des. N° 5262 Tombo 1526

② Manuel Gomes e mulher

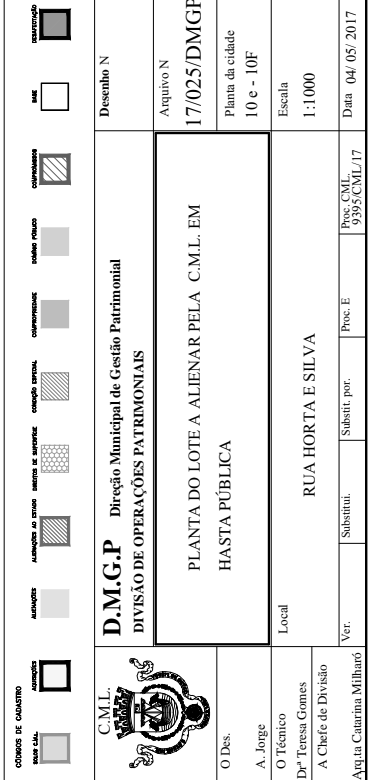
Escritura em 12/02/1942 Des. N° 3094 B Tombo 655

③ Manuel de Oliveira e mulher

Escritura em 10/05/1941 Des. Nº 5262 Tombo 3094

④ José Gabriel e mulher

Escritura em 22/07/1948 Des. Nº 5262 Tombo 1562




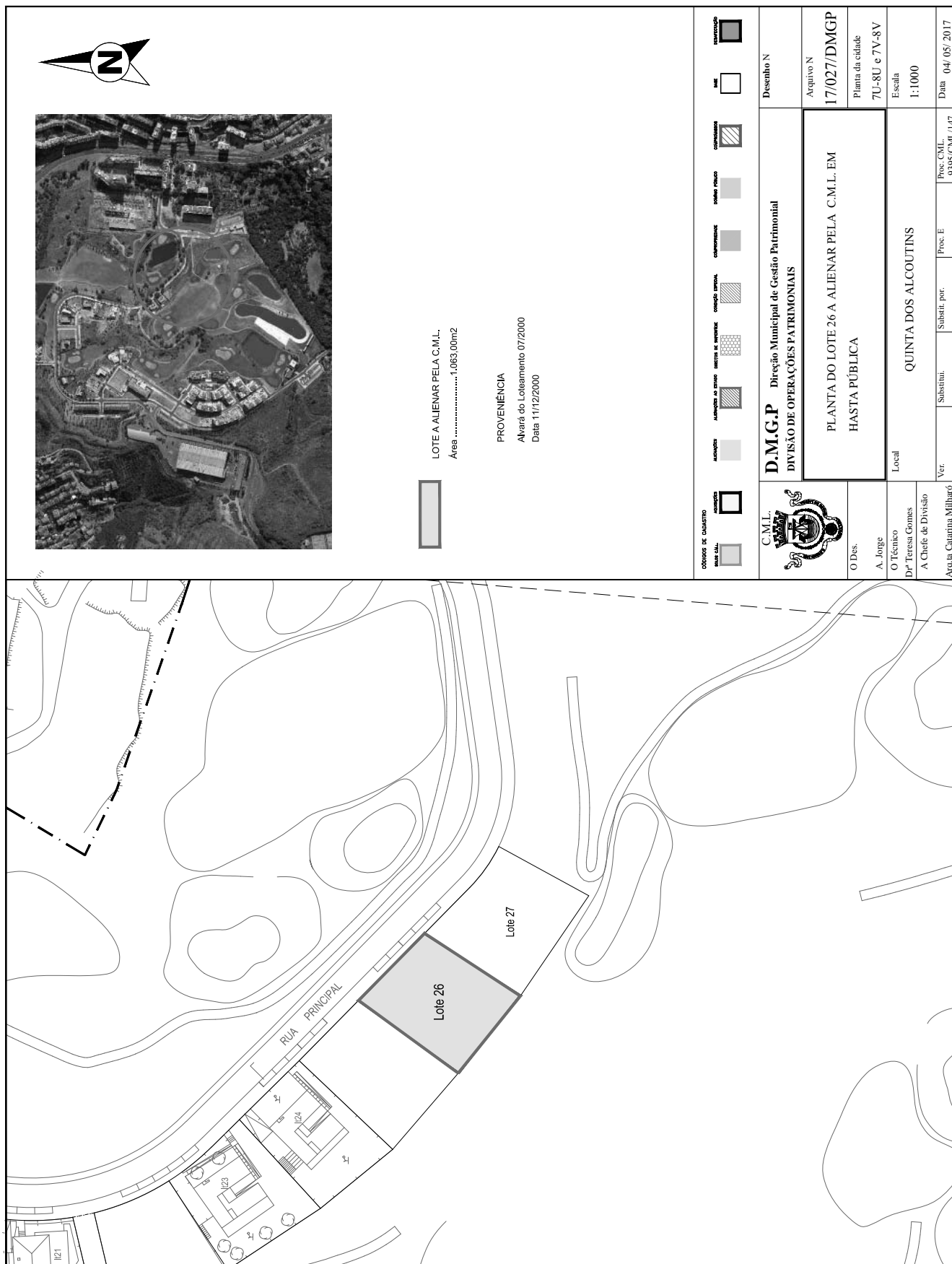


LOTE A ALIENAR PELA C.M.L.
Área428,00m²

PROVENIÊNCIA
Jaime Cadaval
Escritura em 07/01/1939 Des. Nº 5406 Tombo 161



		D.M.G.P Direção Municipal de Gestão Patrimonial DIVISÃO DE OPERAÇÕES PATRIMONIAIS		Desenho N Arquivo N	
O Des. A. Jorge O Técnico Dr. Teresa Gomes A Chefe de Divisão Anja Catarina Milharó		PLANTA DO LOTE A ALIENAR PELA C.M.L. EM HASTA PÚBLICA		17/026/DMGP Planta da cidade 10 e - 10F Escala 1:1000	
Local RUA DOM JERÓNIMO OSÓRIO		Ver. Substitui.		Pnc. E 9395/CML/147	
Data 04/05/2017					







LOTE A ALIENAR PELA C.M.L.

Área Registada 73,70m²

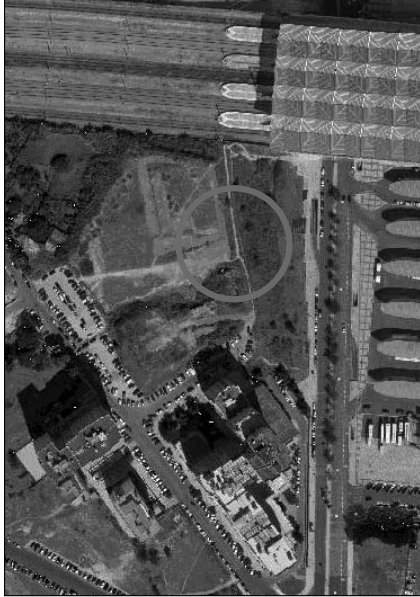
PROVENIÊNCIA

João Coelho e outros

Sentença em 09/12/1999 Des. Nº 98/1102 Tombo 10044



		D.M.G.P Direção Municipal de Gestão Patrimonial DIVISÃO DE OPERAÇÕES PATRIMONIAIS		Desenho N Arquivo N 17/029/DMGP	
O Des. A. Jorge O Técnico D ^a Teresa Gomes A Chefe de Divisão Aqta Catarina Milhãré		Local RUA DO VALE, 24 Substitui. Substit. por. Proc. E Proc. CML. 9995/CML/147		Planta da cidade 10F Escala 1:1000 Data 04/05/2017	




PROPRIEDADE A ALIENAR PELA C.M.L.
Área medida em planta: 7.711,40m²

PROVENIÊNCIA
AMÉLIA BASTOS
Escritura em 1009/1941 Des.º 3853 (Tombo 623)

NORTE: C.M.L.
SUL: Terrenos Particulares
NASCENTE: C.M.L.
POENTE: C.M.L.



C.M.L.  O Des. / Top. Carlos Figueiredo O Técnico Carlos Figueiredo O Chefe de Divisão Teresa Gomes		D.M.G.P. - Direção Municipal de Gestão Patrimonial DIVISÃO DE VALORIZAÇÃO E PROMOÇÃO PLANTA DA PROPRIEDADE A ALIENAR PELA C.M.L. EM HASTA PÚBLICA		Desenho N Arquivo N 17/031/DMGP Planta da cidade 15,16 R e 15,16 S Escala 1:1000	
Ver.	Substitui.	Substit. por.	Poss. E	Poss. CML	Data
				9395CML/2017	04 / 05 / 2017

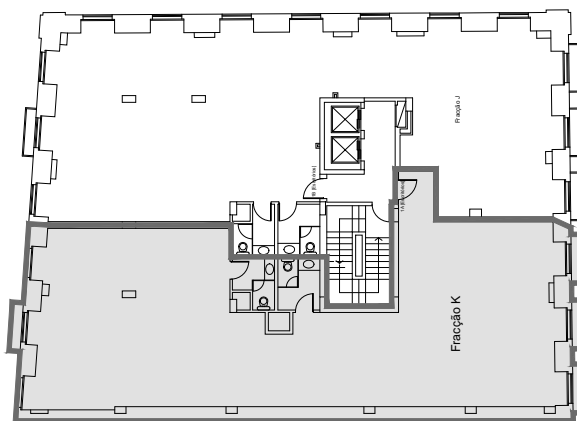
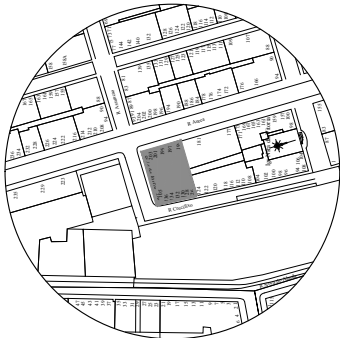





Fracção "K" a Alienar pela C.M.L.
Fracção k área.....211,28m2

PROVENIÊNCIA

ISABEL LEITÃO REBELO MAMA E OUTROS
Escritura em 20/03/2001 (Tombo 8140)



PLANTA DO 1º ANDAR

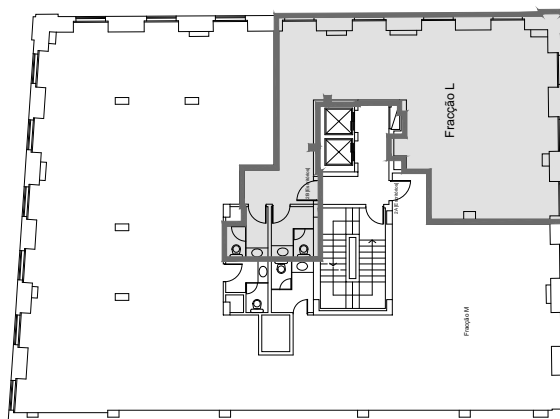
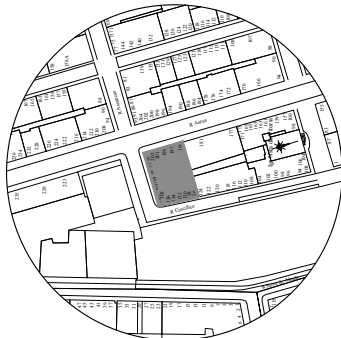
C.M.L.  O Des / Top. Carlos Figueiredo O Técnico		D.M.G.P. Direcção Municipal de Gestão Patrimonial DIVISÃO DE VALORIZAÇÃO E PROMOÇÃO		Desenho N Arquivo N 17/032/DMGP Planta da cidade 11 F Escala 1:200 1:100	
Local RUA DA ASSUNÇÃO RUA ÁUREA RUA DO CRUCIFIXO		PLANTA DA FRACÇÃO "K" A ALIENAR PELA C.M.L. EM HASTA PÚBLICA		Ver. Substit. por. Proc. E. Proc. CML 34/2000 9395/CML/2017	
Ver. Substit. por. Proc. E. Proc. CML 34/2000 9395/CML/2017		Ver. Substit. por. Proc. E. Proc. CML 34/2000 9395/CML/2017		Ver. Substit. por. Proc. E. Proc. CML 34/2000 9395/CML/2017	




Fracção "L" a Aliénar pela C.M.L.
Fracção L área.....108,37m²

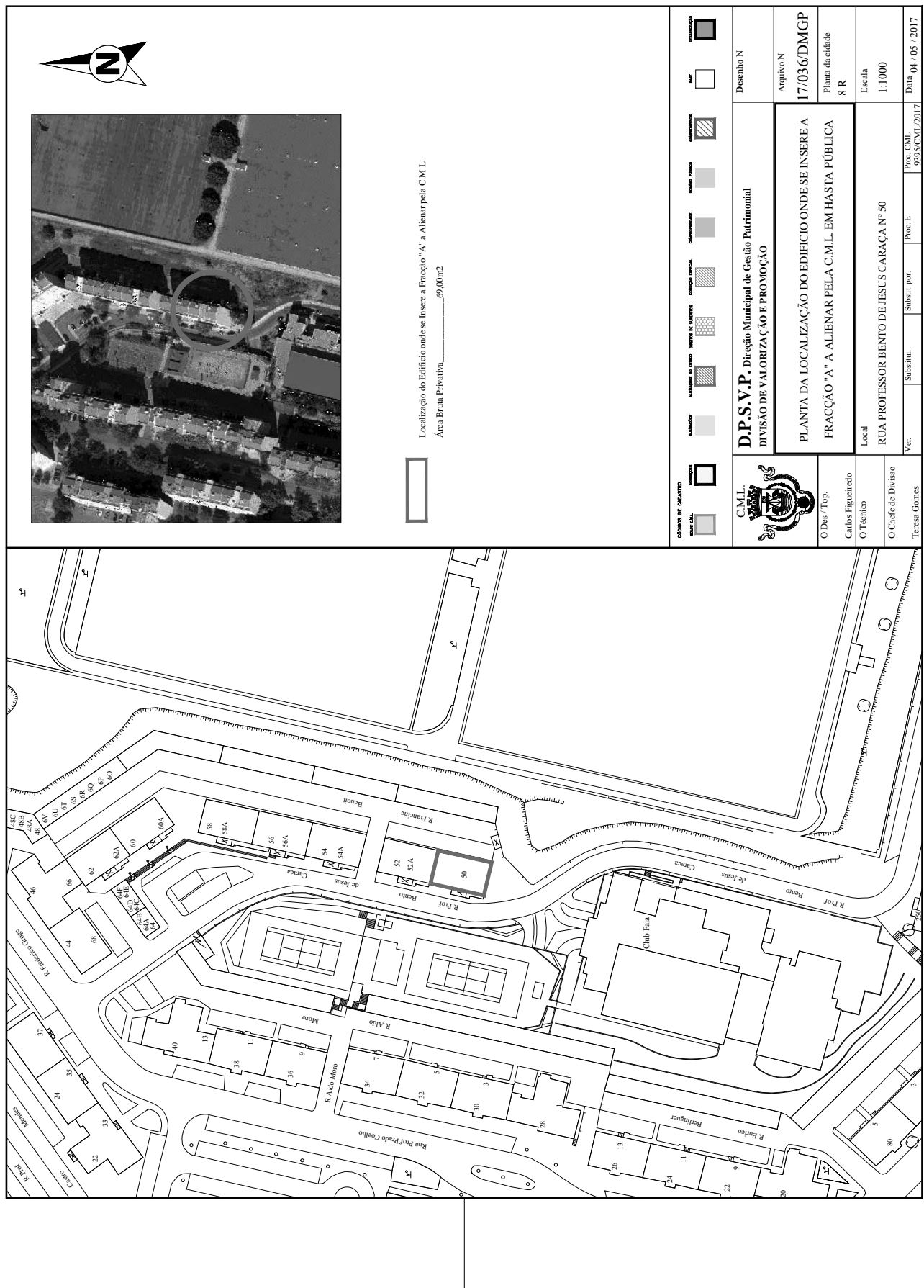
PROVENIÊNCIA

ISABEL LEITÃO REBELO MAIA E OUTROS
Escritura em 24/0/2001 (Tombo 8140)



PLANTA DO 2º ANDAR

		D.M.G.P. Direção Municipal de Gestão Patrimonial DIVISÃO DE VALORIZAÇÃO E PROMOÇÃO		Desenho N Arquivo N	
O Des / Top. Carlos Figueiredo O Técnico		PLANTA DA FRACÇÃO "L" A ALIENAR PELA C.M.L. EM HASTA PÚBLICA		17/033/DMGP Planta da cidade 1:1 F	
Local RUA DA ASSUNÇÃO RUA ÁUREA RUA DO CRUCIFIXO		Ver. Substitui. Substit. por. Proc. E Proc. CML 34/2000 9395/CML/2017		Data 04 / 05 / 2017	



Nota: Os Anexos II, III e IV, não publicados, encontram-se arquivados na DACM.

- Deliberação n.º 186/AML/2017:

- Proposta n.º 277/CM/2017 - Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia dos Olivais, nos termos da proposta

Subscrita pelo Senhor Vereador José Sá Fernandes.

Aprovada por unanimidade.

Proposta n.º 277/2017

Assunto: Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a celebração de Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia dos Olivais, bem como aprovar a respetiva minuta de contrato

Pelouro: Estrutura Verde e Energia.

Serviço: DMEVAE/DEV.

Considerando que:

A) A Junta de Freguesia dos Olivais serve cerca de 51 000 fregueses, numa superfície de cerca de 801 hectares;

B) A Reorganização Administrativa de Lisboa veio passar competências para as Juntas de Freguesia, nos termos do artigo 12.º da Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro;

C) O Parque Hortícola dos Olivais foi objeto de requalificação, tendo aí sido instalado um atelier, um bar e instalações sanitárias públicas;

D) É do interesse da Câmara Municipal de Lisboa garantir a utilização daqueles equipamentos, por forma a garantir a segurança e a animação da zona respetiva e ainda a sua preservação;

E) A Junta de Freguesia dos Olivais tem programado para o espaço agora reabilitado inúmeras atividades de natureza social e lúdica, tornando-se o quiosque e o atelier equipamentos essenciais de apoio às mesmas, pelo que pretende que os três equipamentos fiquem sob sua gestão;

F) A Junta de Freguesia dos Olivais equaciona proceder à concessão de exploração de algum ou de todos dos equipamentos;

G) A Câmara Municipal de Lisboa reconhece os argumentos explanados pela Junta de Freguesia dos Olivais;

H) A Câmara Municipal de Lisboa tem competência para a criação, construção e gestão de instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal, nos termos do disposto na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

I) A Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, enquanto órgãos do município e da freguesia, podem contratualizar delegação de competências, em todos os domínios, cuja negociação e concretização é livre, podendo fundamentadamente variar em função da especificidade de cada caso concreto, por força do disposto nos artigos 120.º a 123.º, 135.º e 136.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

J) Uma articulação entre a Câmara de Lisboa de Lisboa e a Junta de Freguesia dos Olivais, enquanto órgãos das respetivas autarquias locais, assumindo-se como um garante indissociável da prossecução do interesse público e da melhoria

da qualidade de vida das populações locais, tem enquadramento legal nos termos dos artigos 116.º e seguintes da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

K) No atual quadro jurídico a delegação de competências entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia deve ser contratualizada através de contratos interadministrativos, ao abrigo do disposto nos artigos 120.º e seguintes da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

L) Nesta medida a Junta de Freguesia dos Olivais e a Câmara Municipal de Lisboa pretendem contratualizar uma delegação de competências para efetivar a cedência da gestão do atelier, do quiosque, com a área de esplanada que se encontra definida no Anexo 1, e das instalações sanitárias públicas instaladas no Parque Hortícola dos Olivais;

M) A proposta de contratualização vertente respeita os princípios gerais consagrados no artigo 121.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, entre outros, a prossecução do interesse público;

N) A Câmara Municipal pode submeter a autorização da Assembleia Municipal propostas de celebração de contratos de delegação de competências, nos termos previstos na alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

O) A delegação de competências nos termos do artigo 116.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, concretiza-se através de celebração de um contrato tipificado no artigo 120.º do mesmo diploma legal;

P) A concretização da delegação de competências tem como objetivo a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, nos termos do artigo 118.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Q) Incumbe à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre os Municípios e as Juntas de Freguesia, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

R) A fim da Junta de Freguesia poder concessionar a exploração dos equipamentos torna-se forçoso que o prazo de vigência do presente contrato seja superior ao da duração do mandato do órgão deliberativo do Município;

S) O prazo que tem sido considerado adequado para as concessões de exploração de quiosques, enquanto estabelecimentos de bebidas, é o de 12 anos;

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa, delibere submeter à Assembleia Municipal nos termos das disposições conjugadas na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º e na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º e nos artigos 116.º e seguintes, todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o seguinte:

1) Autorizar a celebração do Contrato de Delegação de Competências entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Junta de Freguesia dos Olivais para a gestão do atelier, do quiosque municipal e das instalações sanitárias públicas instalados no Parque Hortícola dos Olivais;

2) Aprovar a respetiva minuta do contrato, ora anexa, que faz parte integrante da presente proposta, nos termos e condições consignados na mesma minuta.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS
ENTRE
O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DOS OLIVAIS

Entre:

MUNICÍPIO DE LISBOA, pessoa coletiva n.º 500051070, na Praça do Município, concelho de Lisboa, neste ato representada pelo Senhor Vereador José Sá Fernandes, que outorga no uso da competência para celebrar protocolos na área de gestão dos pelouros que lhe foi subdelegada pelo Despacho n.º 42/P/2015, publicado no 4.º Suplemento do Boletim Municipal n.º 1110, de 28 de maio de 2015, alterado pelo Despacho n.º 142/P/2015, publicado no 2.º Suplemento do Boletim Municipal n.º 1139, de 17 de dezembro de 2015, adiante designado por **CML ou Primeiro Outorgante**,

E

FREGUESIA DOS OLIVAIS, pessoa coletiva com o n.º....., com sede na Rua General Silva Freire, Lote C, freguesia dos Olivais, concelho de Lisboa, aqui representada pela Exma. Senhora Dra. Rute Sofia Lima, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia dos Olivais, com poderes para o ato, e adiante designada por **Junta de Freguesia dos Olivais ou Segunda Outorgante**,

Considerando que:

- A) A Junta de Freguesia dos Olivais serve cerca de 51 000 fregueses, numa superfície de cerca de 801 hectares, e a Reorganização Administrativa de Lisboa veio passar competências para as juntas de freguesias, nos termos do artigo 12.º da Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro;
- B) O Parque Hortícola dos Olivais foi objeto de requalificação, tendo aí sido instalado um atelier, um bar e instalações sanitárias públicas;

- C) É do interesse da Câmara Municipal de Lisboa garantir a utilização daqueles equipamentos, por forma a garantir a segurança e a animação da zona respetiva e ainda a sua preservação;
- D) A Junta de Freguesia dos Olivais tem programado para o espaço agora reabilitado inúmeras atividades de natureza social e lúdica, tornando-se o quiosque e o atelier equipamentos essenciais de apoio às mesmas, pelo que pretende que os três equipamentos fiquem sob sua gestão;
- E) A Junta de Freguesia dos Olivais equaciona proceder à concessão de exploração de algum ou de todos dos equipamentos;
- F) A Câmara Municipal de Lisboa reconhece os argumentos explanados pela Junta de Freguesia dos Olivais;
- G) A Câmara Municipal de Lisboa tem competência para a criação, construção e gestão de instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal, nos termos do disposto na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- H) A Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, enquanto órgão do município e da freguesia podem contratualizar delegação de competências, em todos os domínios, cuja negociação e concretização é livre, podendo fundamentadamente variar em função da especificidade de cada caso concreto, por força do disposto nos artigos 120.º a 123.º, 135.º e 136.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- I) Uma articulação entre a Câmara de Lisboa de Lisboa e a Junta de Freguesia dos Olivais, enquanto órgãos das respetivas autarquias locais, assumindo-se como um garante indissociável da prossecução do interesse público e da melhoria da qualidade de vida das populações locais, tem enquadramento legal nos termos do artigo 116.º e seguintes da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- J) No atual quadro jurídico a delegação de competências entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia deve ser contratualizada através de contratos interadministrativos, ao abrigo do disposto no artigo 120.º e seguintes da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- K) Nesta medida a Junta de Freguesia dos Olivais e a Câmara Municipal de Lisboa pretendem contratualizar uma delegação de competências para efetivar a cedência da gestão do atelier, do quiosque, com a área de esplanada que se encontra definida no Anexo 1, e das instalações sanitárias públicas instaladas no Parque Hortícola dos Olivais;

- L) A proposta de contratualização vertente respeita os princípios gerais consagrados no artigo 121.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, entre outros, a prossecução do interesse público;
- M) A Câmara Municipal pode submeter a autorização da Assembleia Municipal propostas de celebração de contratos de delegação de competências, nos termos previstos na alínea m), n.º 1, do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- N) A delegação de competências nos termos do artigo 116.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, concretiza-se através de celebração de um contrato tipificado no artigo 120.º do mesmo diploma legal;
- O) A concretização da delegação de competências tem como objetivo a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis, nos termos do artigo 118.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- P) Incumbe à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre os Municípios e as Juntas de Freguesia, nos termos da alínea k), n.º 1, do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- Q) A fim da Junta de Freguesia poder concessionar a exploração dos equipamentos torna-se forçoso que o prazo de vigência do presente contrato seja superior ao da duração do mandato do órgão deliberativo do Município;
- R) O prazo que tem sido considerado adequado para as concessões de exploração de quiosques, enquanto estabelecimentos de bebidas, é o de 12 anos;
- S) A celebração do presente contrato de delegação de competências entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia dos Olivais foi autorizada pela Deliberação da Assembleia Municipal de _____, nos termos da alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

É celebrado o presente **contrato de delegação de competências**, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 116.º e seguintes da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e publicado em Anexo I à mesma Lei, o qual se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1.^a

(Objeto do contrato)

O presente contrato tem como objeto a delegação de competências na Junta de Freguesia dos Olivais e a definição dos termos e condições da cedência de utilização a título precário do atelier, do quiosque municipal, com a área de esplanada e localização definidas no Anexo 1, e das instalações sanitárias públicas, cedidos pela primeira outorgante à segunda outorgante, que estão instalados no Parque Hortícola dos Olivais.

Cláusula 2.^a

(Competências delegadas na Segunda Outorgante)

São delegadas competências pela Primeira Outorgante na Segunda Outorgante, para que, no âmbito da cedência do atelier, do quiosque e das instalações sanitárias públicas, promova a exploração e/ou utilização dos mesmos, tendo como propósito a prossecução do interesse público.

Cláusula 3.^a

(Condições de cedência)

Os equipamentos são cedidos para utilização exatamente no estado em que se encontram.

Cláusula 4.^a

(Gratuidade da cedência)

A presente cedência não importa o pagamento de quaisquer contrapartidas financeiras pela segunda outorgante.

Cláusula 5.^a

(Duração)

1. O período de vigência do contrato de delegação de competências para a cedência dos equipamentos é de 12 (doze) anos.
2. O prazo referido no número anterior conta-se a partir da data de celebração do presente contrato.

Cláusula 6.ª

(Obrigações da Segunda Outorgante)

1. A segunda outorgante obriga-se a:

- a) Explorar ou ceder a terceiros o quiosque para o exercício de atividades do ramo alimentar;
- b) Explorar ou ceder a terceiros o atelier;
- c) Manter em bom estado de conservação os equipamentos cuja utilização é cedida, bem como a respetiva área envolvente;
- d) Executar todos os trabalhos necessários à adaptação dos equipamentos à sua funcionalidade;
- e) Garantir e assegurar a limpeza, conservação e segurança dos equipamentos, incluindo o fornecimento de todos os consumíveis necessários ao seu bom funcionamento;
- f) Assegurar o funcionamento do quiosque num horário mínimo entre as 10.00 e as 19.00 horas, permitindo-se a possibilidade de um dia de descanso semanal, desde que o mesmo não aconteça aos fins de semana ou dias feriados;
- g) Assegurar a instalação, no prazo de 30 dias a contar da data de início de exploração do quiosque, de internet sem fios, gratuita para o utilizador, com cobertura da totalidade da área ocupada pelo quiosque e respetiva esplanada;
- h) Assegurar a instalação no quiosque de mobiliário com as características definidas no Anexo 1;
- i) Dotar o quiosque e o atelier de equipamentos que permitam assegurar a separação dos resíduos na origem de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras, nomeadamente a recolha seletiva de embalagens e papel;
- j) Avisar de imediato a Câmara Municipal de Lisboa sempre que algum perigo ameace os equipamentos objeto da presente cedência, ou que terceiros se arroguem direitos sobre os mesmos;
- k) Suportar o pagamento de todos os consumos efetuados no período de cedência, nomeadamente energia elétrica, água;
- l) Celebrar os seguros indispensáveis para cobertura dos riscos de incêndio e de destruição do equipamento por causas naturais ou ação humana, que possam afetar o objeto da presente delegação de competências;

2. A manutenção e limpeza das instalações sanitárias públicas deve ser assegurada pela entidade que explorar o quiosque.

Cláusula 7.^a

(Obras)

Quaisquer obras de conservação e manutenção dos equipamentos serão executadas por conta da segunda outorgante, e ficarão, desde logo, propriedade do Município de Lisboa, sem que assista à segunda outorgante qualquer direito de retenção, compensação ou qualquer outro tipo de indemnização, seja a que título for.

Cláusula 8.^a

(Cedência posição contratual)

É da responsabilidade da segunda outorgante a cedência a terceiros da exploração dos equipamentos, nos termos da legislação em vigor.

Cláusula 9.^a

(Responsabilidade)

A segunda outorgante será responsável pela reparação de quaisquer danos decorrentes de acidentes, roubos ou situações similares, nos equipamentos e respetivas áreas envolventes cuja utilização é cedida.

Cláusula 10.^a

(Regime legal da atividade)

A segunda outorgante fica sujeita, para todos os efeitos, às disposições legais aplicáveis às atividades exercidas no local.

Cláusula 11.^a

Modificação, revogação e resolução)

1. O presente contrato pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de contratar a delegação de competências objeto do presente contrato ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas.
2. As partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato de delegação de competências.

3. O presente contrato pode ser resolvido pelo Primeiro Outorgante nos termos previstos no n.º 1.

Cláusula 12.ª

Entrada em vigor

O presente contrato entra em vigor na data da sua assinatura pelas Partes.

O presente contrato é feito em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada uma das Partes.

Paços do Concelho de Lisboa, ____ de _____ de 2017

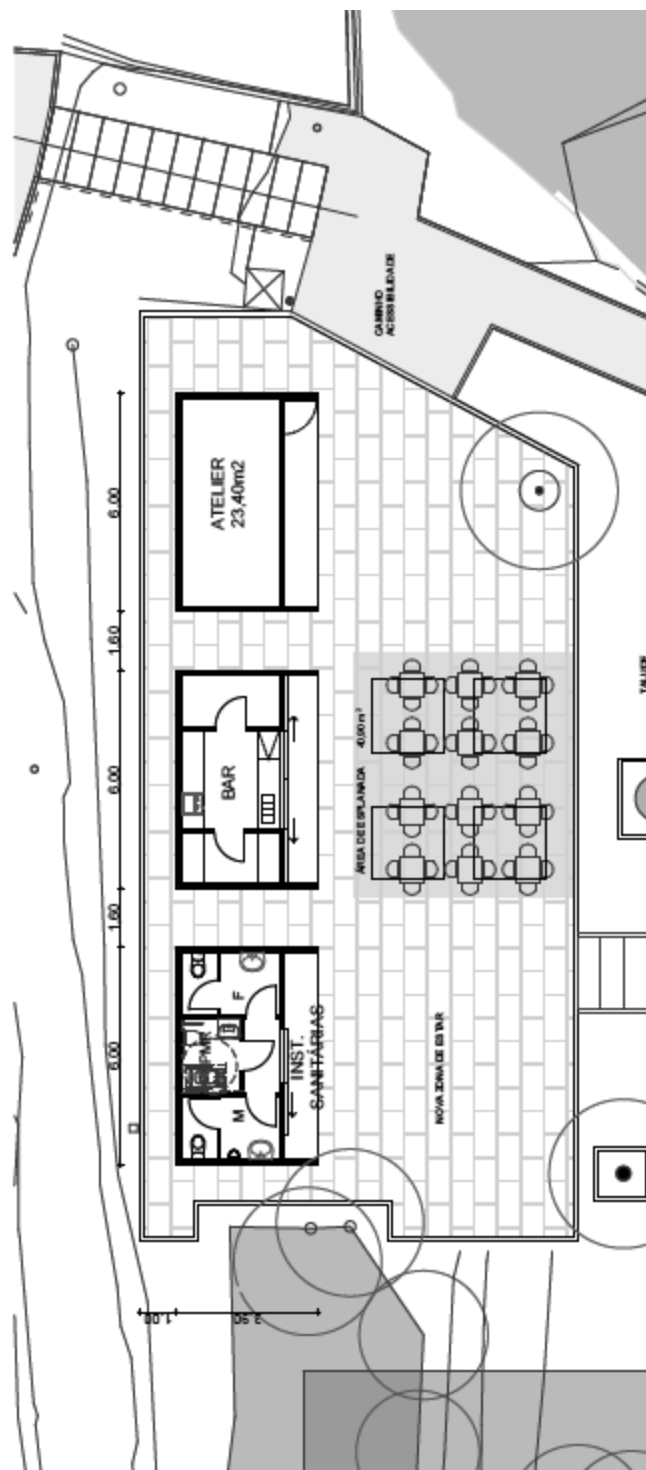
O Primeiro Outorgante,
Vereador

José Sá Fernandes

O Segundo Outorgante,
Presidente da Junta de Freguesia dos Olivais,

Rute Sofia Lima

Anexo 1





Cadeira Portuguesa



Chapéu-de-sol quadrangular ou retangular
(meramente indicativo.

As mesas serão em estrutura tubular metálica com tampo quadrado metálico, e as cadeiras com assento e encosto em chapa metálica lisa com igual estrutura. Todas estas peças terão borrachas de tamponamento nos pontos de apoio ao pavimento.

- Os elementos metálicos são todos de cor sujeita a autorização expressa e prévia da entidade concedente.

- Os guarda-sóis a colocar nas esplanadas devem possuir estrutura condizente com as mesas e cadeiras, com telas de ensombramento em cor sujeita a autorização expressa e prévia da entidade concedente. Área da esplanada e características do mobiliário a instalar.

Nota: O Anexo I, não publicado, encontra-se arquivado na DACM.

- Deliberação n.º 187/AML/2017:

Tema 1 - Finanças, Património e Recursos Humanos

Subtema: Património

- Recomendação n.º 1/144 - Recomendação resultante do Parecer conjunto das 1.ª e 5.ª Comissões Permanentes sobre a Proposta n.º 277/CM/2017

Subscrita pelas 1.ª e 5.ª Comissões Permanentes.

Aprovada por unanimidade.

Teor da Deliberação:

A Assembleia deliberou:

«Recomendar à Câmara Municipal a continuidade de implementação do número e âmbito destes Contratos interadministrativos para a execução de obras, gestão de quiosques e outras operações de interesse para as populações locais, cuidando na sua distribuição equitativa pela freguesias.»

O Documento encontra-se disponível para consulta no site da AML (<http://www.am-lisboa.pt/302000/1/007730,000069/index.htm>).

- Deliberação n.º 188/AML/2017:

- Proposta n.º 287/CM/2017 - Segunda Alteração ao Contrato de Concessão de Serviço Público de Transporte Coletivo à Superfície de Passageiros da CARRIS - Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, S. A., nos termos da proposta

Subscrita pelo Senhor Vereador João Paulo Saraiva.

Aprovada por maioria, com a seguinte votação: Favor: PS, PAN, PNPN e 5 IND - Contra: PSD, PCP, CDS-PP, PEV e MPT - Abstenção: BE.

Proposta n.º 287/2017

Aprovar submeter à Assembleia Municipal de Lisboa a Segunda Alteração ao Contrato de Concessão de Serviço Público de Transporte Coletivo à Superfície de Passageiros da CARRIS - Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, S. A.

Pelouro: Vereador João Paulo Saraiva.

Considerando que:

1 - A Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M., S.A., é titular de uma concessão de serviço público de transportes coletivos de superfície, atribuída originalmente à Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.R.L., em 31 de dezembro de 1973, com base no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 688/73, de 21 de dezembro;

2 - Por força do Decreto-Lei n.º 346/75, de 3 de julho, a titularidade das ações da então Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.R.L., foi transferida para o Estado, tendo igualmente sido determinado que este assumiria todas as situações

jurídicas que a Câmara Municipal de Lisboa detinha em relação àquela companhia, pelo que o Estado passou a deter a posição de Concedente na referida concessão;

3 - Desde então, o contexto da prestação do transporte público de passageiros sofreu diversas alterações, designadamente no que respeita ao respetivo enquadramento normativo, tanto ao nível da União Europeia como ao nível nacional, de que se destaca o Regulamento (CE) n.º 1370/2007, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2007, e a Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, que aprovou o Regime Jurídico do Serviço Público do Transporte de Passageiros, entretanto alterado pelo Decreto-Lei n.º 86-D/2016, de 30 de dezembro;

4 - Atenta a evolução ocorrida, o Decreto-Lei n.º 174/2014, de 5 de dezembro, entretanto também alterado pelo Decreto-Lei n.º 86-D/2016, de 30 de dezembro, procedeu à atualização do quadro jurídico geral da concessão de serviço público atribuída à Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S. A.;

5 - Na sequência da publicação deste diploma de dezembro de 2014, o Estado e a Carris procederam à alteração dos termos do contrato de concessão de serviço público referido no Considerando 1, por instrumento contratual assinado em 23 de março de 2015;

6 - Através do mencionado Decreto-Lei n.º 86-D/2016, de 30 de dezembro, a titularidade da totalidade do capital social da Carris foi transferida do Estado para o Município, tendo o mesmo diploma operado a cessão para este da posição contratual antes detida pelo Estado no Contrato de Concessão ora alterado, com efeitos a 1 de fevereiro de 2017;

7 - A municipalização da Carris, operada pelo já referido Decreto-Lei n.º 86-D/2016, de 30 de dezembro, recomenda que sejam revistos os termos e condições do Contrato de Concessão vigente desde 1973, na versão alterada em março de 2015;

8 - Por outro lado, a atribuição ao Município de Lisboa, pelo referido Decreto-Lei n.º 86-D/2016, de 30 de dezembro, da qualidade de autoridade de transportes relativamente ao serviço público de transporte coletivo de passageiros à superfície de passageiros de âmbito municipal que se desenvolve maioritariamente na cidade de Lisboa, explorado pela Carris ao abrigo do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transporte Coletivo de Superfície de Passageiros de 31 de dezembro de 1973 e a necessidade de serem fixadas as compensações pelo cumprimento das obrigações de serviço público impostas pelo Município de Lisboa, nessa qualidade, recomenda que o regime de tais compensações seja fixado neste contrato, considerando a dupla qualidade de autoridade de transportes e Concedente que cabe àquela;

9 - A suspensão pela Carris, nos anos de 2011 a 2016, de quaisquer investimentos na renovação da frota de autocarros e elétricos causa dificuldades muito severas no cumprimento das suas obrigações contratuais de serviço público, tornando necessário um esforço significativo na aquisição de novos veículos, que a empresa terá agora de realizar para reforçar a oferta de transporte e a qualidade do serviço prestado aos cidadãos;

10 - A Carris é uma marca reconhecida e respeitada na cidade de Lisboa, detém conhecimentos únicos e intransmissíveis quanto à sua atividade e, após décadas de endividamento acumulado para fazer face ao défice de pagamento pelo Estado das obrigações de serviço público, terá nesta nova fase da sua história de realizar investimentos estratégicos, com períodos de amortização dilatados que se prolongarão para além do termo atualmente previsto da concessão que lhe está atribuída;

11 - Nos termos do artigo 410.º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos, o prazo das concessões deve ser fixado pelo período de tempo necessário para a amortização e remuneração, em normais condições de rentabilidade da exploração, do capital investido pelo concessionário;

12 - O Contrato de Concessão da Carris prevê, no n.º 2 da Cláusula 9, a possibilidade de o prazo contratual ser aumentado por razões de interesse público e/ou em função do tempo necessário para a amortização e remuneração, em normais condições de rentabilidade da exploração, do capital investido pela Concessionária, de acordo com o disposto na legislação nacional e da União Europeia aplicável;

13 - O Município de Lisboa considera imprescindível que o reforço do volume e da qualidade da oferta de transporte prestado pela Carris se opere também pela renovação urgente da frota, reconhecendo ambas as Partes que os investimentos que assim se tornam necessários, necessariamente vultuosos, não são compagináveis com a respetiva amortização no prazo relativamente escasso pelo qual o Contrato de Concessão celebrado em 1973 ainda vigoraria, até 31 de dezembro de 2023;

14 - É do interesse da cidade de Lisboa manter a Carris como operador interno do Município, encarregue em exclusivo do serviço de transportes coletivos de superfície - como decorre do disposto no Regime Jurídico do Serviço Público do Transporte de Passageiros, aprovado em anexo à Lei n.º 52/2015,

de 9 de junho, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 86-D/2016, de 30 de dezembro, bem como do Decreto-Lei n.º 174/2014, de 5 de dezembro (também na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 86-D/2016, de 30 de dezembro), que estabelece o quadro jurídico geral da concessão de serviço público de transporte coletivo de passageiros na cidade de Lisboa, e do próprio Decreto-Lei n.º 86-D/2016, de 30 de dezembro - sendo assim prementes as razões de interesse público que impõem a ampliação do prazo contratual da Concessão da Carris, de acordo com o estipulado na legislação nacional e da União Europeia aplicável e no Contrato de Concessão;

Tenho a honra de propor que Câmara Municipal de Lisboa delibere submeter à Assembleia Municipal de Lisboa, por força do Decreto-Lei n.º 86-D/2016, de 30 de dezembro e nos termos das disposições conjugadas do n.º 3 do artigo 32.º e dos n.ºs 1 e 5 do artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, n.º 1 do artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, aplicável por força do artigo 4.º do mesmo diploma, da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como dos artigos 65.º e 66.º do Código das Sociedades Comerciais, do artigo 23.º e das alíneas a) e b) do artigo 25.º dos Estatutos da CARRIS:

- Aprovar a segunda alteração ao Contrato de Concessão de Serviço Público de Transporte Coletivo à Superfície de Passageiros atribuído à Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E. M., S. A., cuja minuta se junta em anexo e faz parte integrante da presente proposta, o qual inscreve como Compensações de Obrigações do Serviço Público a celebrar com a CARRIS - Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S. A., 10.000.000 euros com enquadramento na Ação D3.P009 - 43988, Orgânica 18.00 e Económica 04.01.01 e 5.000.000 euros na Económica 08.01.01.01, num total de 15.000.000 euros do Orçamento de 2017.

SEGUNDA ALTERAÇÃO

AO

CONTRATO DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE COLECTIVO DE SUPERFÍCIE DE PASSAGEIROS

[DATA]

ÍNDICE

CAPÍTULO I _____

DISPOSIÇÕES GERAIS _____

1 DEFINIÇÕES _____

2 ANEXOS _____

3 EPÍGRAFES E REMISSÕES _____

4 LEI APLICÁVEL _____

5 INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO _____

CAPÍTULO II _____

DA CONCESSÃO _____

6 OBJETO _____

7 ÂMBITO TERRITORIAL _____

8 NATUREZA DA CONCESSÃO _____

9 PRAZO _____

10 ESTABELECIMENTO DA CONCESSÃO _____

CAPÍTULO III _____

RESTRIÇÕES À CAPACIDADE DA CONCESSIONÁRIA _____

- 11 RESTRIÇÕES À CAPACIDADE DA CONCESSIONÁRIA _____

CAPÍTULO IV _____

DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA _____

- 12 DIREITOS DA CONCESSIONÁRIA _____

- 13 OBRIGAÇÕES DE SERVIÇO PÚBLICO DA CARRIS _____

- 14 OUTRAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA _____

- 15 OFERTA E REDE _____

CAPÍTULO V _____

TARIFÁRIO, BILHÉTICA E GESTÃO DO SISTEMA _____

- 16 TARIFÁRIO _____

- 17 BILHÉTICA _____

- 18 GESTÃO DO SISTEMA _____

CAPÍTULO VI _____

REMUNERAÇÃO, EFICIÊNCIA ECONÓMICA E COMPENSAÇÃO PELO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DE SERVIÇO PÚBLICO DA CARRIS _____

- 19 REMUNERAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA _____

- 20 EFICIÊNCIA ECONÓMICA DA CONCESSÃO _____

- 21 COMPENSAÇÃO PELO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DE SERVIÇO PÚBLICO I CARRIS _____

- 22 CÁLCULO DA COMPENSAÇÃO PELO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DE SERVIÇO PÚBLICO DA CARRIS _____

- 23 PAGAMENTO DA COMPENSAÇÃO PELO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DE SERVIÇO PÚBLICO DA CARRIS _____

CAPÍTULO VII _____

ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E MONITORIZAÇÃO DA CONCESSÃO _____

- 24 DEVER GERAL DE INFORMAÇÃO _____

- 25 INDICADORES DE QUALIDADE DA OFERTA _____

- 26 SANÇÕES PECUNIÁRIAS POR INCUMPRIMENTO CONTRATUAL _____

- 27 FISCALIZAÇÃO E MONITORIZAÇÃO DA CONCESSÃO _____

CAPÍTULO VIII _____

FORÇA MAIOR _____

- 28 FORÇA MAIOR _____

CAPÍTULO IX _____

MODIFICAÇÕES SUBJETIVAS E SUBCONCESSÃO _____

- 29 TRESPASSE, TRANSMISSÃO E ONERAÇÃO _____

CAPÍTULO X _____

RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL PERANTE TERCEIROS _____

30 RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL _____

CAPÍTULO XI _____

EXTINÇÃO E SUSPENSÃO DA CONCESSÃO _____

31 REVOGAÇÃO _____

32 CADUCIDADE _____

33 RESGATE _____

34 SEQUESTRO _____

35 RESOLUÇÃO _____

36 TRANSIÇÃO _____

37 REVERSÃO _____

CAPÍTULO XII _____

ASSUNÇÃO DE RISCOS _____

38 ASSUNÇÃO DE RISCOS _____

CAPÍTULO XIII _____

DISPOSIÇÕES DIVERSAS _____

39 COMUNICAÇÕES ENTRE AS PARTES _____

40 INVALIDADE PARCIAL _____

41 ACORDO COMPLETO _____

42 ALTERAÇÕES AO CONTRATO _____

43 CONTAGEM DE PRAZOS _____

CAPÍTULO XIV _____

RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS _____

44 RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS _____

45 PROCESSO DE ARBITRAGEM _____

SEGUNDA ALTERAÇÃO AO
CONTRATO DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE
COLECTIVO DE SUPERFÍCIE DE PASSAGEIROS

ENTRE:

PRIMEIRO OUTORGANTE: MUNICÍPIO DE LISBOA, representado pelo Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, com sede na Praça do Município, em Lisboa, e o NIF 500051070, doravante também designado por Município ou Concedente

e

SEGUNDO OUTORGANTE: COMPANHIA CARRIS DE FERRO DE LISBOA, E.M., S.A., pessoa colectiva com o NIF 500595313, inscrita sob o mesmo número na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com sede na Rua 1º de Maio, Lisboa, com o capital social de € 382.940.504,16, neste ato representada por [•], na qualidade de Presidente do Conselho de Administração e por [•], na qualidade de Vogal do Conselho de Administração, ambos com poderes para o ato, doravante também designada por Carris ou Concessionária,

adiante designados, conjuntamente, as "Partes",

CONSIDERANDO QUE:

- A) A Companhia Carris de Ferro de Lisboa, E.M., S.A. é titular de uma concessão de serviço público de transportes coletivos de superfície, atribuída originalmente à Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.R.L. em 31 de dezembro de 1973, com base no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 688/73, de 21 de dezembro;
- B) Por força do Decreto-Lei n.º 346/75, de 3 de julho, a titularidade das ações da então Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.R.L. foi transferida para o Estado, tendo igualmente sido determinado que este assumiria todas as situações jurídicas que a Câmara Municipal de Lisboa detinha em relação àquela companhia, pelo que o Estado passou a deter a posição de Concedente na referida concessão;

- C) Desde então, o contexto da prestação do transporte público de passageiros sofreu diversas alterações, designadamente no que respeita ao respetivo enquadramento normativo, tanto ao nível da União Europeia como ao nível nacional, de que se destaca o Regulamento (CE) n.º 1370/2007, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2007, e a Lei n.º 52/2015, de 9 de Junho, que aprovou o regime jurídico do serviço público do transporte de passageiros, entretanto alterada pelo Decreto-Lei n.º 86-D/2016, de 30 de dezembro;
- D) Atenta a evolução ocorrida, o Decreto-Lei n.º 174/2014, de 5 de dezembro, entretanto também alterado pelo Decreto-Lei n.º 86-D/2016, de 30 de dezembro, procedeu à atualização do quadro jurídico geral da concessão de serviço público atribuída à Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.;
- E) Na sequência da publicação deste diploma de dezembro de 2014, o Estado e a Carris procederam à alteração dos termos do contrato de concessão de serviço público referido no Considerando A), por instrumento contratual assinado em 23 de março de 2015;
- F) Através do mencionado Decreto-Lei n.º 86-D/2016, de 30 de dezembro, a titularidade da totalidade do capital social da Carris foi transferida do Estado para o Município, tendo o mesmo diploma operado a cessão para este da posição contratual antes detida pelo Estado no Contrato de Concessão ora alterado, com efeitos a 1 de fevereiro de 2017;
- G) A municipalização da Carris, operada pelo já referido Decreto-Lei n.º 86-D/2016, de 30 de dezembro, recomenda que sejam revistos os termos e condições do Contrato de Concessão vigente desde 1973, na versão alterada em março de 2015;
- H) Por outro lado, a atribuição ao Município de Lisboa, pelo referido Decreto-Lei n.º 86-D/2016, de 30 de dezembro, da qualidade de autoridade de transportes relativamente ao serviço público de transporte coletivo de passageiros à superfície de passageiros de âmbito municipal que se desenvolve maioritariamente na cidade de Lisboa, explorado pela Carris ao abrigo do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transporte Coletivo de Superfície de Passageiros de 31 de dezembro de 1973 e a necessidade de serem fixadas as compensações pelo cumprimento das obrigações de serviço público impostas pelo Município de Lisboa, nessa qualidade, recomenda que o regime de tais compensações seja fixado neste contrato, considerando a dupla qualidade de autoridade de transportes e Concedente que cabe àquele;
- I) A suspensão pela Carris, nos anos de 2011 a 2016, de quaisquer investimentos na renovação da frota de autocarros e elétricos causa dificuldades muito severas no cumprimento das suas obrigações contratuais de serviço público, tornando necessário um esforço significativo na aquisição de novos veículos, que a empresa terá agora de realizar para reforçar a oferta de transporte e a qualidade do serviço prestado aos cidadãos;

- J) A Carris é uma marca reconhecida e respeitada na cidade de Lisboa, detém conhecimentos únicos e intransmissíveis quanto à sua atividade e, após décadas de endividamento acumulado para fazer face ao défice de pagamento pelo Estado das obrigações de serviço público, terá nesta nova fase da sua história de realizar investimentos estratégicos, com períodos de amortização dilatados que se prolongarão para além do termo atualmente previsto da concessão que lhe está atribuída;
- K) Nos termos do artigo 410.º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos, o prazo das concessões deve ser fixado pelo período de tempo necessário para a amortização e remuneração, em normais condições de rentabilidade da exploração, do capital investido pelo concessionário;
- L) O Contrato de Concessão da Carris prevê, no n.º 2 da cláusula 9, a possibilidade de o prazo contratual ser aumentado por razões de interesse público e/ou em função do tempo necessário para a amortização e remuneração, em normais condições de rentabilidade da exploração, do capital investido pela Concessionária, de acordo com o disposto na legislação nacional e da União Europeia aplicável;
- M) O Município de Lisboa considera imprescindível que o reforço do volume e da qualidade da oferta de transporte prestado pela Carris se opere também pela renovação urgente da frota, reconhecendo ambas as Partes que os investimentos que assim se tornam necessários, necessariamente vultuosos, não são compagináveis com a respectiva amortização no prazo relativamente escasso pelo qual o Contrato de Concessão celebrado em 1973 ainda vigoraria, até 31 de dezembro de 2023;
- N) É do interesse da cidade de Lisboa manter a Carris como operador interno do Município, encarregue em exclusivo do serviço de transportes coletivos de superfície – como decorre do disposto no Regime Jurídico do Serviço Público do Transporte de Passageiros, aprovado em anexo à Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 86-D/2016, de 30 de dezembro, bem como do Decreto-Lei n.º 174/2014, de 5 de dezembro (também na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 86-D/2016, de 30 de dezembro), que estabelece o quadro jurídico geral da concessão de serviço público de transporte coletivo de passageiros na cidade de Lisboa, e do próprio Decreto-Lei n.º 86-D/2016, de 30 de dezembro – sendo assim prementes as razões de interesse público que impõem a ampliação do prazo contratual da Concessão da Carris, de acordo com o estipulado na legislação nacional e da União Europeia aplicável e no Contrato de Concessão;

é acordada e reciprocamente aceite a presente Segunda Alteração do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transporte Coletivo à Superfície de Passageiros, de que os considerandos supra referidos constituem parte integrante, cujo texto consolidado passa a ser o seguinte:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

1 DEFINIÇÕES

1.1 No Contrato de Concessão, e em todos os seus anexos, sempre que iniciados por maiúscula e salvo se do contexto claramente resultar um sentido diferente, os termos abaixo indicados têm o significado que a seguir lhes é atribuído, independentemente de serem utilizados no singular ou no plural:

- a) Código dos Contratos Públicos: o Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação em vigor;
- b) Concessão: a concessão de serviço público atribuída à Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A. desde 1973;
- c) Contrato de Concessão: o Contrato de Concessão de Serviço Público de Transporte Coletivo à Superfície de Passageiros, assinado em 1973 entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Carris, alterado em Março de 2015, na sua versão resultante da presente alteração;
- d) Estabelecimento da Concessão: tem o sentido que ao termo é conferido na cláusula 10;
- e) Obrigação de Serviço Público: tem o sentido que ao termo é conferido no artigo 3.º, alínea i), do RJSPTP;
- f) Obrigações de Serviço Público da Carris: significa as imposições de serviço público definidas pelo Município, de acordo com o previsto no RJSPTP e no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 174/2014, de 5 de dezembro, nos termos previstos neste Contrato de Concessão;
- g) Outras Receitas: as receitas resultantes (i) da valorização e aproveitamento das partes do Estabelecimento da Concessão que estejam transitoriamente desocupadas, designadamente através da exploração de atividades comerciais nelas desenvolvidas por terceiros a título oneroso, (ii) da exploração comercial da afixação de publicidade nos bens que integram o Estabelecimento da Concessão, (iii) de serviços de consultadoria e de apoio técnico no âmbito do sector dos transportes ou (iv) resultantes de outras atividades acessórias a esta;
- h) Receitas Tarifárias: as receitas que resultarem (i) da prestação do serviço público de transporte coletivo à superfície de passageiros, nomeadamente as receitas provenientes dos títulos de transporte, na parte que couber à Concessionária, (ii) da disponibilização de títulos de transporte intermodais, nomeadamente os passes sociais, nos termos do regime legal vigente em cada momento, (iii) das compensações devidas pelo Concedente pela disponibilização dos tarifários bonificados, designadamente por razões sociais, e nos termos do artigo 3.º, n.º 2, do Regulamento, que este imponha à Concessionária e (iv) as provenientes da venda de cartões de suporte dos títulos de transporte;

- i) Regulamento: o Regulamento (CE) n.º 1370/2007, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2007, relativo aos serviços públicos de transporte ferroviário e rodoviário de passageiros;
- j) RJSPTP: o Regime Jurídico do Serviço Público do Transporte de Passageiros, aprovado em anexo à Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 86-D/2016, de 30 de dezembro;
- k) Sistema: o conjunto de infraestruturas, equipamentos, material circulante, rede e sistemas de informação, indispensáveis ao funcionamento e operacionalidade da Concessão;
- l) TIR: taxa interna de rendibilidade nominal dos fundos disponibilizados e do *cash-flow* distribuído ao accionista (designadamente sob a forma de dividendos pagos ou reservas distribuídas), a preços correntes, durante o prazo da Concessão.

2 ANEXOS

Fazem parte integrante do Contrato de Concessão, para todos os efeitos legais e contratuais, os seus seguintes anexos:

- Anexo 1 Rede, oferta e tarifário
- Anexo 2 Bases financeiras

3 EPÍGRAFES E REMISSÕES

- 3.1 As epígrafes utilizadas no Contrato de Concessão e nos anexos referidos na Cláusula 2 foram incluídas por razões de mera conveniência sistemática, não fazendo parte da regulamentação aplicável às relações contratuais deles emergentes, nem constituindo suporte para a interpretação ou integração do presente contrato ou daqueles documentos.
- 3.2 As remissões, ao longo do Contrato de Concessão, para cláusulas, números ou alíneas são efetuadas para cláusulas, números ou alíneas do próprio Contrato de Concessão, salvo se do contexto resultar sentido diferente.

4 LEI APLICÁVEL

- 4.1 O Contrato de Concessão está sujeito à lei portuguesa e da União Europeia, em particular ao Decreto-Lei n.º 174/2014, de 5 de dezembro, ao RJSPTP e, subsidiariamente, ao Código dos Contratos Públicos.
- 4.2 As referências à lei, constantes do Contrato de Concessão e dos respetivos anexos, devem também ser entendidas como referências à legislação que as modifique ou substitua.

5 INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO

- 5.1 Na interpretação, integração ou aplicação do Contrato de Concessão, são consideradas as disposições do anexo referido na Cláusula 2 que tenham relevância na matéria em causa e, na interpretação daquele anexo, devem ser consideradas as disposições do Contrato de Concessão.
- 5.2 Em caso de divergência entre as disposições do Contrato de Concessão e dos seus anexos, atende-se, em primeiro lugar, ao estabelecido no Contrato de Concessão.
- 5.3 Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, as dúvidas na interpretação e integração do regime aplicável ao Contrato de Concessão são sempre resolvidas com base na prevalência do interesse público na boa execução das obrigações da Concessionária e no regular e ininterrupto funcionamento da Concessão.

CAPÍTULO II DA CONCESSÃO

6 OBJETO

- 6.1 A Concessão tem por objeto, a título principal e em regime de exclusividade, a atividade de transporte público coletivo de superfície de passageiros no município de Lisboa, sem prejuízo da existência de linhas secundárias e complementares e outros elementos acessórios dessa actividade que entrem ou se situem no território dos municípios imediatamente contíguos, por meio de autocarros, carros elétricos, ascensores mecânicos e um elevador, através das linhas constantes do Anexo 1.
- 6.2 O objeto da Concessão compreende também as seguintes atividades e serviços:
 - a) Valorização e aproveitamento das partes do Estabelecimento da Concessão que estejam transitoriamente desocupadas, designadamente através da exploração de atividades comerciais nelas desenvolvidas por terceiros a título oneroso;
 - b) Exploração comercial da afixação de publicidade nos bens que integram o Estabelecimento da Concessão;
 - c) Exploração comercial, direta ou indireta, de estabelecimentos comerciais, escritórios, máquinas de venda de produtos e serviços de publicidade ou outros, utilizando para o efeito as respetivas instalações, terrenos ou material circulante;
 - d) Prestação de serviços de consultadoria e de apoio técnico, no âmbito do setor dos transportes.
- 6.3 A execução das atividades e serviços previstos no número anterior não dispensa o cumprimento das normas aplicáveis, designadamente em matéria de instalação comercial e, bem assim, em matéria social e ambiental.
- 6.4 As atividades e serviços referidos no número dois da presente Cláusula são acessórios do objeto principal da Concessão e destinam-se a assegurar o equilíbrio comercial da exploração da Concessionária.
- 6.5 A Concessionária pode, mediante prévia autorização do Concedente, desenvolver outras atividades para além das que são objeto da concessão, diretamente ou através de sociedades total ou parcialmente por si detidas, observados que sejam as regras legais aplicáveis para este efeito.

7 ÂMBITO TERRITORIAL

A área abrangida pela Concessão compreende, em regime de exclusividade, o território da cidade de Lisboa, sem prejuízo da existência de linhas secundárias e complementares ou outros elementos acessórios da sua atividade que entrem ou se situem no território dos municípios imediatamente contíguos.

8 NATUREZA DA CONCESSÃO

- 8.1 A Concessão é de serviço público.
- 8.2 A realização de obras ou trabalhos e a prestação de serviços conexos com o objeto da Concessão, nomeadamente no que respeita à beneficiação, manutenção, conservação e reparação das instalações e equipamentos que integram o Estabelecimento da Concessão, não prejudica a natureza de serviço público da Concessão.

9 PRAZO

- 9.1 O prazo da Concessão termina no dia 31 de dezembro de 2037.
- 9.2 O prazo previsto no número anterior pode ser contratualmente prorrogado, por razões de interesse público e/ou em função do tempo necessário para a amortização e remuneração, em normais condições de rentabilidade da exploração, do capital investido pela Concessionária, de acordo com o disposto na legislação nacional e da União Europeia aplicável.

10 ESTABELECIMENTO DA CONCESSÃO

- 10.1 O Estabelecimento da Concessão compreende a universalidade dos bens afetos à Concessão e os direitos e obrigações destinados à realização do interesse público subjacente ao Contrato de Concessão, incluindo, designadamente, os seguintes:
 - a) Os imóveis, a frota, as instalações fixas, os veículos de apoio e demais bens indicados no activo imobilizado da Carris, que deverá incluir os bens totalmente amortizados, se estes não tiverem sido abatidos ao activo ;
 - b) Os bens a criar, construir, adquirir ou instalar pela Concessionária, em cumprimento do Contrato de Concessão, que sejam indispensáveis para o adequado desenvolvimento das atividades concedidas, independentemente da titularidade do respetivo direito de propriedade;
 - c) As relações e posições jurídicas diretamente relacionadas com a Concessão, nomeadamente as laborais.
- 10.2 Os bens referidos nos números anteriores integram o Estabelecimento da Concessão com quaisquer benfeitorias que neles tenham sido ou venham a ser executadas.
- 10.3 A Concessionária elabora e mantém permanentemente atualizado e à disposição do Concedente um inventário dos bens e direitos integrantes do Estabelecimento da Concessão, que deve mencionar os ónus ou encargos que recaem sobre os bens e direitos nele listados, o qual deve ser enviado anualmente ao Concedente até ao final do mês de março.

- 10.4 A Concessionária obriga-se, a expensas suas, a manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança os bens integrantes do Estabelecimento da Concessão, efetuando para tanto as reparações, renovações, adaptações, modernizações e substituições necessárias ao bom desempenho das prestações colocadas a seu cargo pelo Contrato de Concessão.
- 10.5 A alienação e a oneração de qualquer bem imóvel afeto à exploração do serviço público carece de autorização prévia e expressa do Concedente de acordo com o disposto na Cláusula 11.

CAPÍTULO III RESTRIÇÕES À CAPACIDADE DA CONCESSIONÁRIA

11 RESTRIÇÕES À CAPACIDADE DA CONCESSIONÁRIA

- 11.1 A Concessionária não pode, sem prévia e expressa autorização do Concedente, tomar quaisquer decisões ou deliberações que tenham por conteúdo:
- a) a alteração do seu objeto social;
 - b) a sua transformação, fusão, cisão ou dissolução;
 - c) a transformação, fusão, cisão ou dissolução de qualquer das suas subsidiárias;
 - d) o aumento ou redução do seu capital;
 - e) a alienação e a oneração de qualquer bem imóvel.
- 11.2 Os atos praticados em violação do disposto no número anterior são nulos, sem prejuízo de outras sanções aplicáveis.
- 11.3 O Concedente deve emitir as autorizações previstas na presente Cláusula no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da receção do respetivo pedido, sendo que, transcorrido tal período de tempo, e na ausência de qualquer resposta por parte do Concedente, a Concessionária deverá considerar como rejeitado o seu pedido de autorização.

CAPÍTULO IV DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

12 DIREITOS DA CONCESSIONÁRIA

Sem prejuízo do que se encontre previsto na lei e no Contrato de Concessão, constituem direitos da Concessionária:

- a) Receber a Receita Tarifária;
- b) Explorar o serviço público concedido, em regime de exclusivo;
- c) Auferir a compensação devida pelo cumprimento das Obrigações de Serviço Público da Carris nos termos deste Contrato de Concessão;

- d) Utilizar todos os bens que integram o Estabelecimento da Concessão e os bens do domínio público ou privado do Concedente que sejam necessários ao desenvolvimento das atividades e serviços concedidos;
- e) Obter do Concedente toda a colaboração necessária ao cumprimento pontual e atempado das obrigações que para si decorram do Contrato de Concessão;
- f) Elaborar e aplicar normas regulamentares no âmbito da atividade concessionada, designadamente em matéria de acesso, utilização e supervisão dos serviços;
- g) Fiscalizar a utilização dos títulos de transporte e aplicar as sanções previstas na lei a esse propósito.

13 OBRIGAÇÕES DE SERVIÇO PÚBLICO DA CARRIS

13.1 No cumprimento das Obrigações de Serviço Público da Carris, a Concessionária está designadamente obrigado ao seguinte:

- a) Garantir a continuidade e a regularidade da prestação do serviço público de transporte coletivo de passageiros à superfície na área concessionada nos termos previstos no Contrato de Concessão, assegurando condições de operabilidade, disponibilidade, permanência, qualidade, comodidade, acessibilidade, rapidez e segurança;
- b) Garantir a oferta descrita no Anexo 1;
- c) Praticar os preços determinados pelo Concedente;
- d) Salvaguardar a satisfação do interesse social geral, ainda que em situações de baixa taxa de utilização;
- e) Realizar a exploração do serviço público de transporte com respeito dos princípios do equilíbrio, eficiência, transparência e rigor na gestão dos recursos públicos, por forma a assegurar a sua sustentabilidade económico-financeira;
- f) Assegurar que todos os elementos do Sistema a utilizar na exploração do serviço público objeto do Contrato de Concessão obedecem a adequados padrões de qualidade e reúnem todos os requisitos de segurança exigidos nos termos da legislação nacional e europeia aplicável;
- g) Manter a sua frota de material circulante e os restantes meios de exploração em bom estado de funcionamento e conservação e em condições adequadas à prestação de serviço público, por forma a garantir a sua operacionalidade, a segurança do tráfego e os níveis de volume e qualidade da oferta compatíveis com uma exploração eficiente e com as Obrigações de Serviço Pública da Carris;
- h) Cumprir os padrões e objectivos ambientais em cada momento determinados pela legislação aplicável e pelo Concedente, no uso dos seus poderes de conformação contratual, designadamente no que se refere ao material circulante;
- i) Disponibilizar aos utentes e ao público em geral toda a informação necessária a uma fácil utilização e acesso ao transporte público que opera, designadamente implantando, nos locais adequados, os meios de informação visual e/ou sonora adequados;
- j) Assegurar o respeito dos direitos dos passageiros;
- k) Assegurar e otimizar a acessibilidade e o conforto das pessoas de mobilidade reduzida, nos termos da lei e das instruções do Concedente.

- 13.2 Sempre que os níveis de procura o justifiquem, a Concessionária pode propor o cumprimento das Obrigações de Serviço Público da Carris através de serviços públicos de transporte de passageiros complementares, de substituição ou flexíveis, nos termos previstos na lei e nas disposições regulamentares em vigor.
- 13.3 Sempre que os níveis de procura o justifiquem, a Concessionária pode propor o cumprimento das Obrigações de Serviço Público da Carris através de serviços públicos de transporte de passageiros afluentes, por forma a melhorar a cobertura e os níveis de serviço público de transporte de passageiros à disposição das populações, nos termos previstos na lei e nas disposições regulamentares em vigor.

14 OUTRAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

Sem prejuízo do que se encontre previsto na lei e no Contrato de Concessão, a Concessionária fica obrigada a:

- a) Cumprir as leis nacionais e os normativos europeus vigentes, nomeadamente de índole laboral e ambiental, e, bem assim, as ordens, diretivas e instruções que, nos termos da lei, lhe sejam dirigidos pelas autoridades competentes;
- b) Cumprir as instruções e determinações que lhe sejam transmitidas pelo Concedente;
- c) Permitir a fiscalização da Concessão, nomeadamente, facultando o acesso à respetiva documentação e aos bens integrantes do Estabelecimento da Concessão por parte do Concedente;
- d) Submeter-se às ações de fiscalização e controlo financeiro previstas na lei;
- e) Submeter-se às ações de fiscalização de natureza técnica e operacional previstas na lei;
- f) Dispor de contabilidade e registos organizados e demais documentos devidamente auditados nos termos exigidos pela legislação comercial, designadamente com a finalidade de garantir o adequado exercício da fiscalização e controlo da atividade que prossegue e por forma a permitir a verificação do valor da compensação pelo cumprimento das Obrigações de Serviço Público da Carris que lhe for paga ao abrigo do Contrato de Concessão;
- g) Justificar, fundamentadamente, sempre que solicitado pelo Concedente ou pelas entidades competentes para o efeito, o eventual incumprimento dos objetivos fixados neste contrato;
- h) Celebrar e manter em vigor, nos termos da lei aplicável, contratos de seguro destinados a salvaguardar a cobertura dos riscos seguráveis inerentes ao cumprimento das obrigações assumidas no âmbito do Contrato de Concessão, designadamente, seguro de responsabilidade civil e seguro de acidentes de trabalho;
- i) Possuir as licenças, certificações e autorizações legalmente necessárias para desenvolver a sua atividade;
- j) Cumprir o dever geral de informação perante o Concedente previsto na Cláusula 24.

15 OFERTA E REDE

- 15.1 A Concessionária obriga-se a garantir os níveis de oferta adequados à procura, às instruções do Concedente e às Obrigações de Serviço Público da Carris.
- 15.2 Os níveis contratualizados de volume e qualidade da oferta a observar pela Carris são os identificados no plano da oferta que consta dos quadros 1 e 2 do Anexo 1, sem prejuízo da sua revisão a todo o tempo, por instrução do Concedente.
- 15.3 A concretização em linhas e frequências do volume quilométrico contratualizado de oferta indicado no quadro 2 do Anexo 1 é efectuado pelo Concedente até 30 de outubro de cada ano de vigência do Contrato de Concessão para vigorar a partir do início do ano civil subsequente.
- 15.4 Cabe à Concessionária preparar e submeter ao Concedente, para aprovação, até 30 de setembro de cada ano, a concretização do volume quilométrico de oferta a que se refere o número anterior.
- 15.5 Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, a Concessionária pode, a todo o tempo, submeter à aprovação do Concedente alterações ao plano da oferta ou à concretização em linhas e frequências do volume quilométrico de oferta indicado no quadro 2 do Anexo 1, conquanto o faça de modo devidamente justificado.

CAPÍTULO V
TARIFÁRIO, BILHÉTICA E GESTÃO DO SISTEMA

16 TARIFÁRIO

- 16.1 O tarifário praticado pela Concessionária é definido pelo Concedente, no quadro das regras definidas pela autoridade de transportes, nos termos da lei.
- 16.2 O tarifário em vigor é o que consta do Anexo 1.
- 16.3 As tarifas a cobrar aos utentes, como contrapartida do serviço público de transporte, são atualizadas nos termos definidos pelo Concedente com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias relativamente à sua entrada em vigor, sem prejuízo de, nos casos em que aquele prazo não encontre justificação na complexidade operacional da alteração a introduzir, as partes poderem acordar prazo diferente.

17 BILHÉTICA

- 17.1 Sem prejuízo do disposto no número seguinte, a Concessionária utiliza, em cada momento, o sistema de bilhética que entenda ser o mais adequado, nos termos da legislação em vigor, por forma a permitir uma melhor mobilidade e acessibilidade aos transportes públicos de passageiros na área abrangida pela Concessão, salvaguardando a comodidade.
- 17.2 A definição das regras relativas ao sistema de bilhética é realizada pela autoridade de transporte.

18 GESTÃO DO SISTEMA

A Concessionária é responsável pela organização, gestão e manutenção do Sistema com vista a assegurar as adequadas condições de acesso e disponibilização do mesmo.

CAPÍTULO VI
REMUNERAÇÃO, EFICIÊNCIA ECONÓMICA E COMPENSAÇÃO PELO CUMPRIMENTO DAS
OBRIGAÇÕES DE SERVIÇO PÚBLICO DA CARRIS

19 REMUNERAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA

A remuneração da Concessionária compreende:

- a) As Receitas Tarifárias;
- b) As Outras Receitas;
- c) A compensação pelo cumprimento das Obrigações de Serviço Público da Carris.

20 EFICIÊNCIA ECONÓMICA DA CONCESSÃO

- 20.1 A Concessionária deve promover a eficiência, o equilíbrio e a sustentabilidade económico-financeira da prestação das atividades e serviços concedidos, através de uma exploração regida segundo critérios de eficiência, racionalidade e economicidade.
- 20.2 As Receitas Tarifárias revertem integralmente para a Concessionária, sem prejuízo da repartição de receitas cobradas pelos tarifários intermodais e combinados, disponibilizados em coordenação com outros operadores de transporte.

21 COMPENSAÇÃO PELO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DE SERVIÇO PÚBLICO DA
CARRIS

- 21.1 O Concedente fixará até 30 de outubro de cada ano, para valerem no ano civil seguinte, as Obrigações de Serviço Público da Carris, designadamente no que se refere à concretização em linhas e frequências do volume quilométrico contratualizado de oferta indicado no Anexo 1, definindo do mesmo modo os tarifários a aplicar, o tipo de títulos de transporte a comercializar, a qualidade da oferta, os objectivos ambientais a atingir, a integração com a política de mobilidade definida para a cidade de Lisboa e a coordenação da oferta com outros operadores de transportes de passageiros.

- 21.2 As partes podem acordar data diferente de entrada em vigor das Obrigações de Serviço Público da Carris nos casos em que não seja exequível a sua aplicação logo no dia 1 de janeiro de cada ano, em razão da complexidade operacional das modificações a introduzir relativamente às Obrigações de Serviço Pública da Carris vigentes no período anterior.
- 21.3 A fixação das Obrigações de Serviço Público da Carris a que se refere o número anterior será comunicada à Carris nos termos previstos neste contrato para as notificações entre as partes.
- 21.4 As Obrigações de Serviço Público da Carris fixadas nos termos do número anterior podem ser ajustadas ou modificadas no decurso de um ano civil, devendo ser implementadas pela Carris com a maior rapidez possível em função das implicações operacionais que a alteração causar mas, em qualquer caso, num prazo máximo de 60 dias após a sua notificação à Carris sem prejuízo de, nos casos em que o cumprimento daquele prazo não seja exequível em razão da complexidade operacional da alteração a introduzir, as partes poderem acordar prazo diferente.

22 CÁLCULO DA COMPENSAÇÃO PELO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DE SERVIÇO PÚBLICO DA CARRIS

- 22.1 O valor da compensação pelo cumprimento das Obrigações de Serviço Público da Carris corresponde ao montante do efeito financeiro líquido decorrente da soma das incidências, positivas ou negativas, da sua execução sobre os custos e as receitas da Carris.
- 22.2 As incidências referidas no número anterior são calculadas comparando a totalidade de custos e receitas da Carris num cenário de existência das Obrigações de Serviço Público da Carris, com os decorrentes de um cenário sem existência de tais obrigações e em que os serviços abrangidos seriam explorados em condições de mercado.
- 22.3 Para os efeitos previstos na presente cláusula, não serão consideradas as receitas provenientes da disponibilização pela Carris de títulos de transporte intermodais, nomeadamente os passes sociais, nos termos do regime legal vigente em cada momento, cujo efeito será suportado pelo Estado, nos termos do artigo 3.º, n.º 2, do Regulamento.
- 22.4 Fica esclarecido entre as partes que não são consideradas como condições de mercado a prática pela Carris, por imposição do Concedente, nos termos do artigo 3.º, n.º 2, do Regulamento, de tarifários bonificados, designadamente por razões sociais.
- 22.5 Considera-se, para efeitos de apuramento das incidências positivas e negativas resultantes das Obrigações de Serviço Público da Carris relativas a tarifas, que a elasticidade da procura ao preço é negativa, com o valor de menos um meio.
- 22.6 O cálculo do efeito financeiro líquido a que se refere o n.º 22.1 é efetuado nos termos dos pontos 2 a 4 do Anexo ao Regulamento e do Anexo 2 a este Contrato de Concessão, considerando-se que a taxa de lucro razoável da Carris corresponde a uma TIR de 3,5% (três e meio por cento).
- 22.7 Até ao dia 30 de março de cada ano, a Carris comunicará ao Município os cálculos que efectuou relativamente ao valor da compensação pelo cumprimento das Obrigações de Serviço Público da Carris correspondente ao ano transacto.

- 22.8 O Município deverá manifestar o seu acordo ou desacordo com tais cálculos no prazo máximo de 30 (trinta) dias após receber a comunicação a que se refere o número anterior.
- 22.9 O valor em desacordo será objecto de conciliação entre a Carris e o Município durante os 5 (cinco) dias seguintes à data referida no número anterior, sendo pago imediatamente após a conclusão de tal processo ou observando-se, ocorrendo a sua frustração, e quanto ao valor em desacordo, o procedimento de arbitragem descrito neste Contrato.
- 22.10 Ao valor da compensação pela prestação de Obrigações de Serviço Pública da Carris que se referir à prática pela Concessionária de tarifários bonificados, designadamente por razões sociais, impostos pelo Concedente acresce o Imposto sobre o Valor Acrescentado que for devido.

23 PAGAMENTO DA COMPENSAÇÃO PELO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DE SERVIÇO PÚBLICO DA CARRIS

- 23.1 O Município procederá ao pagamento do montante devido nos termos do artigo anterior através de dois pagamentos por conta a realizar em 1 de fevereiro e 1 de julho de cada ano, correspondente, o primeiro, a 50% (cinquenta por cento) do valor total da compensação pelo cumprimento das Obrigações de Serviço Público da Carris referente ao penúltimo ano de vigência do contrato e, o segundo, a 40% (quarenta por cento) do valor total da compensação pelo cumprimento das Obrigações de Serviço Público da Carris referente ao último ano de vigência do contrato, e, ainda, de um pagamento de reconciliação, a realizar 5 (cinco) dias depois da primeira das datas resultantes do disposto nos n.ºs 22.8 e 22.9 da cláusula anterior, devendo ser também pago até àquela data, em caso de desacordo, o valor todavia reconhecido pelo Município.
- 23.2 Caso subsista por fixar, seja por acordo das partes, seja por decisão arbitral, o valor das Obrigações de Serviço Público da Carris referente a um certo ano, será utilizado para cálculo do pagamento por conta a soma do valor sobre o qual não exista desacordo entre as partes com o valor intermédio do valor em excesso reclamado pela Carris e do valor em excesso reconhecido pelo Município.
- 23.3 O pagamento de reconciliação corresponde à diferença entre o valor do pagamento por conta referente a certo ano e o valor total da compensação pelo cumprimento das Obrigações de Serviço Público da Carris determinado para esse ano.
- 23.4 A parte responsável pela liquidação do pagamento de reconciliação será aquela a favor da qual se registre uma diferença entre o valor do pagamento de reconciliação e o valor da compensação pelo cumprimento das Obrigações de Serviço Público da Carris.
- 23.5 Em caso de mora, superior a 5 (cinco) dias, relativamente às datas de pagamento previstas na presente cláusula, haverá lugar à aplicação de juros, calculados à taxa Euribor para operações a 3 meses acrescida de 4% (quatro por cento).
- 23.6 No ano de 2017, e com referência a esse ano, o pagamento por conta é excepcionalmente realizado de uma só vez e tem o valor de 15.000.000€ (quinze milhões de euros), devendo ser efetuado em 1 de julho de 2017 ou, se posterior, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data de entrada em vigor e de produção plena de efeitos financeiros do presente Contrato.

- 23.7 Nos anos de 2018 e 2019, e com referência a cada um desses anos, o valor dos primeiros pagamentos por conta será de 9.000.000,00€ (nove milhões de euros) e o valor dos segundos pagamentos por conta será igualmente de 9.000.000,00€ (nove milhões de euros).
- 23.8 O período de referência para efeitos de cálculo do valor das Obrigações de Serviço Público da Carris fixadas neste Contrato de Concessão para o ano de 2017 decorre entre 1 de Fevereiro e 31 de Dezembro de 2017.
- 23.9 O valor dos pagamentos por conta não pode ser compensado com quaisquer créditos do Concedente sobre a Concessionária.

CAPÍTULO VII ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E MONITORIZAÇÃO DA CONCESSÃO

24 DEVER GERAL DE INFORMAÇÃO

Durante a vigência do Contrato de Concessão, a Concessionária deve dar conhecimento ao Concedente da ocorrência de qualquer situação que possa interferir com, ou impedir, o cumprimento pontual de qualquer obrigação nele estabelecida.

25 INDICADORES DE QUALIDADE DA OFERTA

- 25.1 Para efeitos do Contrato de Concessão, devem ser anualmente apurados pela Carris a taxa de cumprimento do serviço em veículos x quilómetro.
- 25.2 Sempre que os valores de ambos os indicadores referidos no número anterior se situem, em valor médio para cada período de um ano, acima de 85% (oitenta e cinco por cento), não se verificará incumprimento contratual.

26 SANÇÕES PECUNIÁRIAS POR INCUMPRIMENTO CONTRATUAL

- 26.1 Sem prejuízo da possibilidade de sequestro e de resolução do Contrato de Concessão, nos casos e nos termos contratualmente previstos e na lei, o incumprimento, pela Concessionária, de quaisquer obrigações emergentes do Contrato de Concessão ou das determinações do Concedente emitidas no âmbito da lei ou deste contrato, pode ser sancionado, por decisão exclusiva deste, pela aplicação de sanções pecuniárias.
- 26.2 As sanções pecuniárias a que se refere o n.º 26.1 têm por limite máximo 1.000.000,00€ (um milhão de euros), dependendo o valor concretamente fixado de cada uma da gravidade da infração cometida, dos prejuízos decorrentes do incumprimento e do grau de culpa da Concessionária.

- 26.3 O Concedente pode optar, se as circunstâncias do incumprimento o aconselharem, nomeadamente em função do benefício económico que possa ser obtido pela Concessionária com o incumprimento ou com o cumprimento defeituoso, pela fixação de uma multa diária, que varia entre 1.000,00€ (mil euros) e 50.000,00€ (cinquenta mil euros).
- 26.4 O somatório das multas diárias aplicadas pelo Concedente não está sujeito ao limite máximo referido no n.º 26.2.
- 26.5 A aplicação de quaisquer sanções pecuniárias está sujeita à audiência prévia da Concessionária, nos termos previstos na lei.
- 26.6 Os montantes referidos na presente Cláusula são automaticamente atualizados em 1 de janeiro de cada ano, de acordo com o índice de preços do consumidor, publicado no Boletim do Instituto Nacional de Estatística.
- 26.7 O montante anual acumulado das sanções pecuniárias efectivamente aplicadas num mesmo ano civil não pode exceder 2,5% (dois e meio por cento) das Receitas Tarifárias do ano transato.
- 26.8 Uma vez atingido o limite máximo a que se refere o número anterior, o Concedente pode, a título sancionatório, resolver o Contrato de Concessão.
- 26.9 A aplicação das sanções pecuniárias previstas na presente Cláusula não prejudica a aplicabilidade de outras sanções contratuais, não isenta a Concessionária da responsabilidade criminal, contraordenacional e civil a que eventualmente haja lugar, nem exclui a fiscalização, controlo e poder sancionatório que decorram do Contrato de Concessão, da lei ou de regulamento.

27 FISCALIZAÇÃO E MONITORIZAÇÃO DA CONCESSÃO

A atividade da Concessionária está sujeita à fiscalização e à monitorização do Concedente, o qual pode promover as auditorias que entender necessárias, e, bem assim, das entidades referidas na lei.

CAPÍTULO VIII FORÇA MAIOR

28 FORÇA MAIOR

- 28.1 Consideram-se casos de força maior para efeitos do Contrato de Concessão os eventos imprevisíveis e inevitáveis, cujos efeitos, ainda que indiretos, se produzam independentemente da vontade ou atuação das Partes e que comprovadamente impeçam o pontual cumprimento das obrigações contratuais
- 28.2 Constituem, nomeadamente, casos de força maior os atos de guerra, insurreição, hostilidades, invasão, tumultos, rebelião, terrorismo, explosão, contaminação, cataclismo, tremor de terra, fogo e raio ou inundações, sem prejuízo do disposto no número quatro da presente Cláusula.

- 28.3 A Parte que ficar impossibilitada de cumprir pontualmente as suas obrigações em consequência da ocorrência de um caso de força maior, deve dar desse facto imediato conhecimento à outra Parte, especificando as obrigações não cumpridas e a causa desse incumprimento.
- 28.4 Caso a ocorrência de um caso de força maior afete unicamente as obrigações emergentes do Contrato de Concessão para a Concessionária, esta deve, nos 10 (dez) dias seguintes à ocorrência, apresentar ao Concedente, e implementar, um plano de recuperação dos efeitos causados pela ocorrência da força maior e um plano de operação a aplicar durante o período de tempo necessário a essa recuperação.

CAPÍTULO IX MODIFICAÇÕES SUBJETIVAS E SUBCONCESSÃO

29 TRESPASSE, TRANSMISSÃO E ONERAÇÃO

- 29.1 A Concessionária não poderá trespassar, ou por qualquer outra forma transmitir, nem por qualquer modo onerar, no todo ou em parte, a exploração do serviço público concedido, salvo prévia e expressa autorização do Concedente.
- 29.2 Os atos praticados em violação do disposto no número anterior são nulos, sem prejuízo de outras sanções aplicáveis.

CAPÍTULO X RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL PERANTE TERCEIROS

30 RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL

- 30.1 A Concessionária responde, nos termos da lei geral, por quaisquer prejuízos causados no exercício das atividades e serviços concedidos, pela culpa ou pelo risco.
- 30.2 A Concessionária responde, nos termos gerais da comitente-comissário, pelos prejuízos causados por entidades por si contratadas para o desenvolvimento de atividades e serviços integrados na Concessão.

CAPÍTULO XI EXTINÇÃO E SUSPENSÃO DA CONCESSÃO

31 REVOGAÇÃO

As Partes podem, a qualquer momento, acordar na revogação total ou parcial do Contrato de Concessão, definindo, no momento da revogação, os efeitos da cessação deste.

32 CADUCIDADE

O Contrato de Concessão caduca quando terminar o prazo da Concessão, extinguindo-se as relações contratuais existentes entre as Partes, sem prejuízo dos efeitos das disposições que, pela sua natureza, se destinem a perdurar para além daquela data.

33 RESGATE

- 33.1 O Concedente pode resgatar a Concessão sempre que razões de interesse público o justifiquem.
- 33.2 O Concedente notificará a Concessionária da sua intenção de resgate, mediante comunicação remetida a esta com a antecedência mínima de 6 (seis) meses sobre a data em que pretende resgatar a Concessão.
- 33.3 Em caso de resgate, o Concedente assume automaticamente todos os direitos e obrigações da Concessionária e a titularidade de todas as suas relações jurídicas no âmbito da Concessão que tenham sido constituídas em data anterior à da notificação referida no número dois da presente Cláusula.
- 33.4 As obrigações assumidas pela Concessionária após a notificação referida no número precedente apenas vinculam o Concedente quando este haja autorizado, prévia e expressamente, a sua assunção.
- 33.5 Durante o período de aviso prévio estipulado no número dois da presente Cláusula, as Partes tomarão, concertadamente, as medidas adequadas à continuidade do desenvolvimento das atividades incluídas na Concessão.
- 33.6 O resgate determina a reversão para o Concedente de todos os bens que integram o Estabelecimento da Concessão, sem prejuízo do disposto no artigo 5.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 86-D/2016, de 30 de dezembro.

34 SEQUESTRO

- 34.1 Caso se verifique ou esteja iminente o incumprimento grave, pela Concessionária, das obrigações emergentes do Contrato de Concessão, o Concedente pode, mediante sequestro, assumir o exercício das atividades inerentes à Concessão, adotando todas as medidas que repute necessárias para a normalização da situação.
- 34.2 O sequestro pode ter lugar, designadamente, nas seguintes situações:
- a) Em caso de cessação ou suspensão total ou parcial da exploração da Concessão;
 - b) Quando se verifiquem perturbações ou deficiências graves na organização da Concessão e/ou no regular desenvolvimento das atividades concessionadas ou, ainda, no estado geral das instalações e equipamentos que comprometam a continuidade ou a regularidade daquelas atividades ou a integridade e segurança de pessoas e bens inerentes à Concessão.
- 34.3 Verificada uma situação que pode determinar o sequestro da Concessão, o Concedente notifica a Concessionária para que, no prazo razoavelmente fixado por aquele, sejam integralmente cumpridas as obrigações contratuais e, consoante o caso, corrigidas ou reparadas as deficiências verificadas, exceto se se tratar de uma violação não sanável, caso em que é diretamente aplicável o disposto na parte final do número seguinte.
- 34.4 Caso a Concessionária, no prazo que lhe for fixado pelo Concedente na notificação referida no número anterior, não cumpra as obrigações contratuais ou não sane a situação suscetível de dar causa ao sequestro, o Concedente pode declarar imediatamente o sequestro.
- 34.5 Durante o período de sequestro, a Concessionária suporta todos os encargos e despesas, devidamente documentados e contabilizados, em que o Concedente incorra no desenvolvimento das atividades da Concessão, assim como todas e quaisquer despesas extraordinárias necessárias ao restabelecimento da normalidade das atividades concedidas.
- 34.6 A partir da declaração de sequestro e até ao integral apuramento dos encargos a suportar pela Concessionária, o que deve ocorrer no prazo máximo de 90 (noventa) dias após o termo do sequestro, esta não pode distribuir dividendos, nem tem direito a receber qualquer quantia proveniente das receitas da Concessão, cabendo tal direito ao Concedente.
- 34.7 O sequestro mantém-se pelo prazo julgado necessário pelo Concedente à reposição do normal desenvolvimento das actividades concessionadas.
- 34.8 Logo que cessem os motivos que originaram o sequestro, e caso a Concessionária dê garantias de reassumir a Concessão de acordo com o disposto no Contrato de Concessão, o Concedente notifica-a para, no prazo que for fixado, retomar o desenvolvimento das atividades e serviços da Concessão.
- 34.9 Se a Concessionária não puder ou se se opuser a retomar o desenvolvimento das atividades da Concessão ou se, tendo-o feito, se continuarem a verificar os factos que deram origem ao sequestro, o Concedente pode resolver o Contrato de Concessão nos termos da Cláusula 35.

35 RESOLUÇÃO

- 35.1 Para além dos casos previstos na lei e do disposto no Contrato de Concessão, o Concedente pode resolver o Contrato de Concessão a título sancionatório, em caso de violação grave, não sanada ou insanável, das obrigações da Concessionária.
- 35.2 Constituem, nomeadamente, causa de resolução do Contrato de Concessão, por parte do Concedente, os seguintes factos e situações:
- a) O incumprimento reiterado pela Concessionária das obrigações legais ou contratuais a que está adstrita a cumprir;
 - b) O trespasses, a subconcessão, a transmissão ou oneração da exploração do serviço público concedido em violação do disposto no Contrato de Concessão;
 - c) A recusa ou a impossibilidade de retomar a Concessão na sequência de sequestro, ou a repetição, após essa retoma, de situações que possam motivar o sequestro, nos termos previstos na Cláusula 36.
- 35.3 Verificando-se uma das situações previstas no número anterior ou qualquer outra que, nos termos do Contrato de Concessão ou da lei, possa motivar a resolução contratual, o Concedente notifica a Concessionária para, no prazo que lhe for fixado, cumprir integralmente as suas obrigações e sanar ou reparar as consequências das violações contratuais verificadas.
- 35.4 Sem prejuízo da audiência prévia da Concessionária de acordo com o previsto na lei, a notificação a que alude o número anterior não é exigível se ocorrer uma impossibilidade definitiva ou não sanável de cumprimento da Concessionária.
- 35.5 Caso, após a notificação a que se refere o n.º 35.3, a Concessionária não retome o pontual cumprimento das suas obrigações ou não corrija ou repare as consequências do incumprimento havido, nos termos determinados pelo Concedente, este pode resolver o Contrato de Concessão.
- 35.6 A comunicação da decisão de resolução referida no número anterior produz efeitos imediatos, na data da sua receção pela Concessionária.
- 35.7 Em casos de fundamentada urgência, que não se compadeça com as delongas do processo de sanção do incumprimento regulado no número três da presente Cláusula, o Concedente pode proceder de imediato à resolução do Contrato de Concessão.
- 35.8 A resolução do Contrato de Concessão nos termos dos números anteriores não dá direito a qualquer indemnização ou compensação à Concessionária, nem preclude o dever de esta indemnizar o Concedente nos termos gerais do direito.
- 35.9 Ocorrendo a resolução do Contrato de Concessão pela Concessionária e por motivo imputável ao Concedente, este deve indemnizar a Concessionária nos termos gerais do direito.
- 35.10 A resolução do Contrato de Concessão determina a reversão para o Concedente dos bens, direitos e relações jurídicas que integram o estabelecimento da Concessão, sem prejuízo do disposto no artigo 5.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 86-D/2017, de 30 de dezembro.

36 TRANSIÇÃO

A Concessionária compromete-se a estabelecer, com o Concedente e com a entidade que lhe vier a suceder, todos os procedimentos necessários à transição das atividades incluídas na Concessão, sem quebra de continuidade do serviço e com manutenção dos níveis de qualidade contratualizados, iniciando, sempre que o motivo que der origem à extinção o permita, a implementação dessas medidas de transição com a antecedência necessária à sua conclusão na efetiva data de extinção do Contrato de Concessão.

37 REVERSÃO

- 37.1 Extinguindo-se a Concessão, por qualquer motivo, reverterem para o Concedente todos os bens e direitos que integram o estabelecimento da Concessão, sejam ou não propriedade da Concessionária, sem prejuízo do disposto no artigo 5.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 86-D/2017, de 30 de dezembro, obrigando-se esta a entregá-los em perfeito estado de funcionamento, operacionalidade e manutenção, sem prejuízo do desgaste normal decorrente de um uso prudente dos mesmos.
- 37.2 Todos os bens e direitos da propriedade ou titularidade do Concedente reverterem gratuitamente para esta.
- 37.3 Os direitos de propriedade intelectual da Concessionária são transmitidos gratuitamente e em regime de exclusividade para o Concedente aquando da extinção, por qualquer motivo, do Contrato de Concessão, devendo a Concessionária adotar todas as medidas necessárias para o efeito.
- 37.4 A reversão e entrega dos bens e direitos referidos nos números anteriores ocorre sem qualquer formalidade que não seja uma vistoria ad perpetuum rei memoriam, para qual será convocado um representante da Concessionária. Do auto de vistoria deve constar o inventário de bens e direitos que integram o estabelecimento da Concessão, assim como a descrição do seu estado de conservação.
- 37.5 A Concessionária deve também assegurar que os contratos de trabalho celebrados entre esta e os seus trabalhadores, que sejam necessários para a execução das atividades e serviços concedidos, são transmitidos para o Concedente, ou, por indicação deste, para a entidade que lhe vier a suceder na exploração do serviço público de transporte coletivo de passageiros.

CAPÍTULO XII
ASSUNÇÃO DE RISCOS

38 ASSUNÇÃO DE RISCOS

A Concessionária assume, expressa, integral, e exclusivamente, a responsabilidade por todos os riscos inerentes à Concessão, incluindo, designadamente, a responsabilidade pelo risco da exploração do sistema de transporte concessionado, exceto nos casos especificamente previstos no Contrato de Concessão.

CAPÍTULO XIII
DISPOSIÇÕES DIVERSAS

39 COMUNICAÇÕES ENTRE AS PARTES

- 39.1 Salvo estipulação concreta e pontual em contrário, estabelecida mediante acordo escrito entre as Partes, as comunicações previstas no Contrato de Concessão são efetuadas por escrito e remetidas:
- a) Em mão, desde que comprovadas por protocolo;
 - b) Por telefax, desde que comprovadas por "recibo de transmissão completa e ininterrupta";
 - c) Por correio registado com aviso de receção;
 - d) Por e-mail, desde que obtido recibo de receção e leitura pelo destinatário.
- 39.2 Considera-se, para efeitos do Contrato de Concessão, como domicílios das Partes, as seguintes moradas e postos de receção de fax e de e-mail:
- a) Concedente
[•]
 - b) Concessionária
[•]
- 39.3 As Partes podem alterar os seus domicílios, mediante comunicação prévia dirigida à outra Parte, a cuja produção de efeitos se aplica a regra estabelecida no número seguinte.
- 39.4 Exceto as comunicações enviadas por correio registado que se consideram efetuadas no dia da assinatura do respetivo aviso de receção, as demais comunicações previstas no número um da presente Cláusula, consideram-se efetuadas no dia seguinte ao da sua receção pelo respetivo destinatário.

40 INVALIDADE PARCIAL

Se alguma das cláusulas do Contrato de Concessão vier a ser considerada inválida ou ineficaz, tal não afeta a validade do restante clausulado contratual que se manterá plenamente em vigor, devendo as Partes, se necessário, procurar, por acordo e no imediato, modificar ou substituir a ou as cláusulas inválidas ou ineficazes por outras.

41 ACORDO COMPLETO

O Contrato de Concessão, incluindo os respetivos anexos, constitui a totalidade dos acordos que regulam a Concessão.

42 ALTERAÇÕES AO CONTRATO

O Contrato de Concessão pode ser modificado nos termos previstos na lei.

43 CONTAGEM DE PRAZOS

Os prazos previstos no Contrato de Concessão contam-se em dias seguidos de calendário, sendo aplicável o disposto no artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

CAPÍTULO XIV RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

44 RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

- 44.1 Os eventuais litígios que surjam entre as Partes em matéria de interpretação, validade ou execução do Contrato de Concessão serão resolvidos por arbitragem.
- 44.2 A submissão de qualquer questão a arbitragem não exonera as Partes do pontual e atempado cumprimento das disposições do Contrato de Concessão, nem exonera a Concessionária do cumprimento das determinações do Concedente que, no seu âmbito, lhe sejam comunicadas, mesmo que posteriormente ao pedido de constituição do tribunal arbitral, nem permite ou justifica qualquer interrupção do normal desenvolvimento das atividades e serviços integrados na Concessão.

45 PROCESSO DE ARBITRAGEM

- 45.1 O tribunal arbitral é composto por 3 (três) membros, um nomeado por cada Parte, e o terceiro escolhido de comum acordo pelos árbitros que as Partes tiverem designado, o qual será o presidente.
- 45.2 A Parte que decida submeter determinado litígio a tribunal arbitral, identifica o objeto do mesmo e designa de imediato o árbitro da sua nomeação no requerimento de constituição do tribunal arbitral que dirija à outra Parte, através de carta registada com aviso de receção) ou por protocolo, devendo esta, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da receção daquele requerimento, designar o árbitro da sua nomeação.

- 45.3 Caso a Parte requerida omita a designação do árbitro da sua nomeação, no prazo indicado no número anterior, pode a Parte requerente solicitar ao Presidente do Tribunal Central Administrativo Sul essa designação.
- 45.4 Os árbitros designados nos termos do número anterior designarão o terceiro árbitro do tribunal no prazo de 20 (vinte) dias a contar da designação do segundo árbitro, cabendo esta designação ao Presidente do Tribunal Central Administrativo Sul, caso a mesma não ocorra dentro daquele prazo.
- 45.5 O tribunal arbitral julga segundo o direito constituído e das suas decisões não cabe recurso.
- 45.6 A arbitragem é sediada em Lisboa e decorre em língua portuguesa.
- 45.7 O tribunal arbitral deve funcionar de acordo com as regras fixadas no Contrato de Concessão, observando-se, subsidiariamente, o disposto na Lei n.º 63/2011, de 14 de dezembro.

ANEXO 1

REDE, OFERTA E TARIFÁRIO

PARTE A

DESCRIÇÃO DA REDE

1. Introdução

O serviço de transporte de passageiros da CARRIS em Modo Autocarro e Modo Elétrico desenvolve-se na cidade de Lisboa (Urbano) e nos concelhos de Almada, Amadora, Loures, Odivelas e Oeiras (Suburbano).

A rede de transporte aqui descrita tem referência a 1 de Fevereiro de 2017.

2. Rede de transporte

A Rede de Transporte da CARRIS encontra-se organizada por carreiras (linhas), as quais têm percursos, paragens, horários e tarifário pré-definidos.

Ao percurso base atribui-se a designação de “variante 0”.

Algumas carreiras têm uma ou mais “variantes de percurso”, seja no início, no final, ao longo do dia ou ao fim de semana.

Estas “variantes de percurso”, com pouca expressão global, podem ser de encurtamento, prolongamento ou alteração do percurso que constitui a “variante 0”.

A rede da CARRIS tem cerca de 2.070 Paragens, identificadas por um código numérico (5 dígitos) e uma designação. Muitas das paragens estão equipadas com abrigos instalados pelas respetivas Câmaras Municipais.

2.1 Modo Autocarro

O serviço de transporte coletivo urbano de passageiros em modo rodoviário desenvolve-se fundamentalmente na área do Município de Lisboa com pequenas penetrações em municípios limítrofes (Oeiras, Amadora, Odivelas, Loures e Almada), nas condições seguintes:

- a) Em regime de exclusividade na área do Município de Lisboa, em conformidade com o Contrato de Concessão assinado com o Município de Lisboa.
- b) Em concorrência, no âmbito do regime geral de concessões do Regime Jurídico do Serviço Público de Transportes (RJSPTP) nas carreiras com terminal em concelho limítrofe.

O serviço desenvolve-se diariamente, 24h por dia, através de carreiras urbanas, suburbanas e da Rede da Madrugada

A rede rodoviária tem uma extensão aproximada de 670 km, via simples, dos quais, na data de referência acima referida, cerca de 10% em via reservada BUS.

São utilizados autocarros de diferentes tipologias – Standard, Articulado, Médio e Mini – dependendo do percurso e procura das carreiras. Por razões de adaptação à Procura, as carreiras podem ser operadas, ao longo do período de funcionamento e/ou dias da semana, por mais de uma tipologia de frota.

O estacionamento da frota CARRIS é repartido por 3 estações: Miraflores, Musgueira (com uma extensão do estacionamento a Cabo Ruivbo) e Pontinha.

2.1.1 Rede da Madrugada

A Rede da Madrugada integra as carreiras que operam de 2ª a domingo, entre as 23:30h e as 5:35h.

O quadro a seguir apresentado, descreve de forma resumida o funcionamento da rede.

REDE MADRUGADA									
Carreira	Sentido	Designação	Estação Recolha	Extensão em Km	Viagens		Viagens/hora		
					1ª viagem	Última	00:00h às 02:00h	2:00h às 04:00	04:00h às 05:30h
201	A	Cais Sodré -> Linda-A-Velha	Miraflores	11,543	0:30	5:35	2,0	1,0	2,0
	D	Linda-A-Velha -> Cais Sodré		11,404	0:00	5:00			
202	A	Cais Sodré -> B.º Padre Cruz	Musgueira	15,352	0:30	5:35	2,0	1,0	2,0
	D	B.º Padre Cruz -> Cais Sodré		16,001	0:18	4:48			
206	A	Cais Sodré -> Sr. Roubado - Metro	Musgueira	17,457	0:30	5:35	2,0	1,0	2,0
	D	Sr. Roubado - Metro -> Cais Sodré		16,582	23:41	4:50			
207	A	Cais Sodré -> Fetais	Musgueira	15,500	0:30	5:35	2,0	1,0	2,0
	D	Fetais -> Cais Sodré		15,132	23:45	4:45			
208	A	Cais Sodré -> Estação Oriente	Musgueira	20,130	0:30	5:35	2,0	1,0	2,0
	D	Estação Oriente -> Cais Sodré		18,917	23:30	4:30			
210	A	Cais Sodré -> Prior Velho	Musgueira	17,601	0:30	5:35	2,0	1,0	2,0
	D	Prior Velho -> Cais Sodré		17,619	23:47	4:17			

2.1.2 Serviço Especial de Deficientes

Para além das carreiras regulares, funciona um Serviço Especial de Deficientes, em regime de “Porta-a-Porta”, mediante prévia qualificação dos utilizadores de acordo com o respetivo regulamento.

O serviço funciona com autocarros de tipologia Mini. Os veículos encontram-se equipados com elevador, para apoio aos clientes.

O tarifário deste serviço é exclusivamente a Tarifa de Bordo.

2.1.3 Serviços Especiais /Eventos

A realização de eventos na cidade de Lisboa que impliquem significativo acréscimo de procura pode obrigar à realização extraordinária de serviço, seja através de reforço da oferta das carreiras regulares, seja por via de prolongamento do período de funcionamento ou estabelecimento de carreiras eventuais.

2.2 Modo Ferroviário Ligeiro (Modo Elétrico)

O serviço de transporte coletivo urbano de passageiros em modo ferroviário ligeiro desenvolve-se na área do Município de Lisboa, embora com uma pequena penetração no município de Oeiras.

2.2.1 Carros Elétricos

Encontram-se em exploração uma infraestrutura ferroviária com uma extensão aproximada de 47 km à data de referência acima indicada.

São utilizados carros elétricos de duas tipologias: históricos e articulados.

2.2.2 Ascensores

São explorados 3 Ascensores, cada um com 2 cabinas interligadas por cabos de tração:

- Glória
- Lavra
- Bica

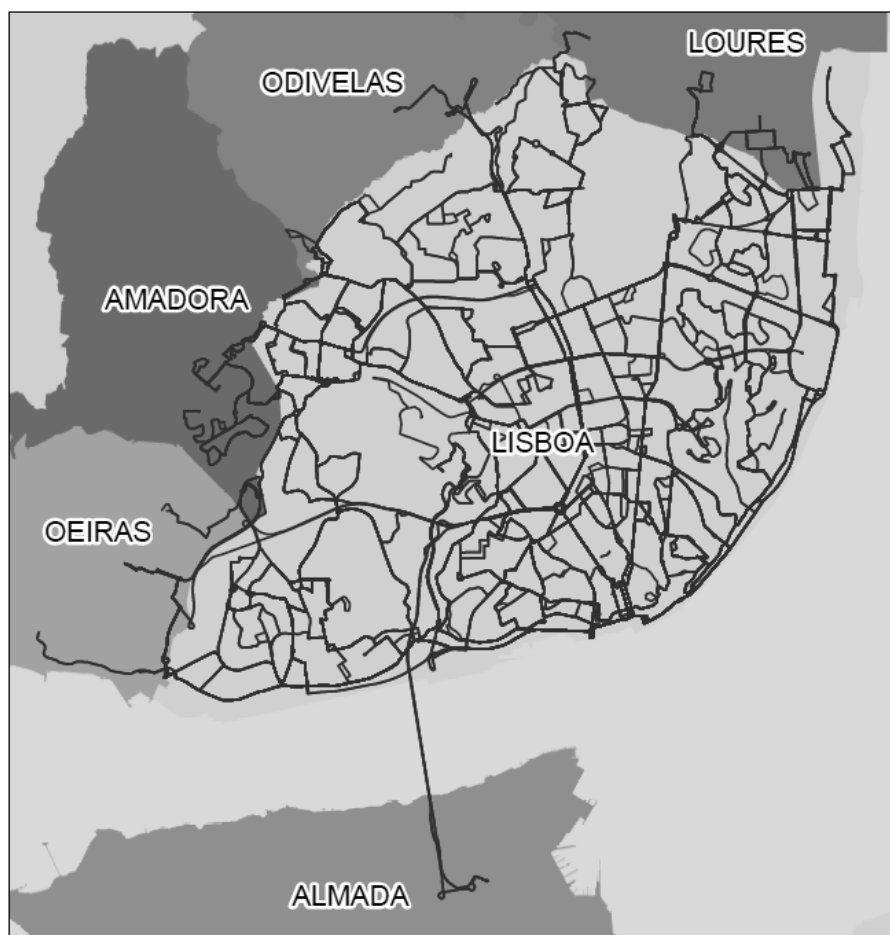
2.2.3 Elevador

O Elevador de Sta. Justa ou Carmo possui duas cabinas de funcionamento independente.

3. Mapa e Características da Rede

Na planta e nas tabelas seguintes são apresentadas, respetivamente, à data de referência acima indicada:

- Mapa Esquemático da Rede explorada pela CARRIS
- Características Gerais da Rede:
 - Extensão e Operacionalidade por tipo período do dia e tipo de dia



MODO AUTOCARRO

Carreira	Sentido	Designação	Estação	Extensão em Km	Operacionalidade				
					por período do dia		por tipo de dia		
					Diurno	Nocturno	DU	Sáb	Dom
701	A	Campo Grande-Metro -> Campo Ourique	Musgueira	10,729	✓		✓	✓	✓
701	D	Campo Ourique -> Campo Grande-Metro	Musgueira	10,905	✓		✓	✓	✓
702	A	Marquês Pombal -> Serafina (Igreja)	Pontinha	4,396	✓	✓	✓	✓	✓
702	D	Serafina (Igreja) -> Marquês Pombal	Pontinha	4,941	✓	✓	✓	✓	✓
703	A	Charneca -> B. S. Cruz	Pontinha	11,908	✓	✓	✓	✓	✓
703	D	B. S. Cruz -> Charneca	Pontinha	12,735	✓	✓	✓	✓	✓
705	A	Estação Oriente -> Estação Roma-Areeiro	Musgueira	10,153	✓		✓		
705	D	Estação Roma-Areeiro -> Estação Oriente	Musgueira	10,51	✓		✓		
706	A	Cais Sodré -> Est. Sta Apolónia	Pontinha	9,141	✓	✓	✓	✓	✓
706	D	Est. Sta. Apolónia -> Cais Sodré	Pontinha	9,746	✓	✓	✓	✓	✓
708	A	M. Moniz -> Parque Nações Norte	Musgueira	14,598	✓	✓	✓	✓	✓
708	D	Parque Nações Norte -> M. Moniz	Musgueira	14,544	✓	✓	✓	✓	✓
709	A	Restauradores -> Campo Ourique	Miraflores	4,582	✓		✓	✓	
709	D	Campo Ourique -> Restauradores	Miraflores	3,664	✓		✓	✓	
711	A	Terreiro Paço -> Alto Damaia	Miraflores	14,321	✓		✓	✓	✓
711	D	Alto Damaia -> Terreiro Paço	Miraflores	14,977	✓		✓	✓	✓
712	A	Estação Sta. Apolónia -> Alcântara-Mar	Miraflores	10,589	✓		✓	✓	✓
712	D	Alcântara-Mar -> Estação Sta. Apolónia	Miraflores	10,752	✓		✓	✓	✓
713	A	Alameda D. A. Henriques -> Estação Campolide	Pontinha	11,155	✓		✓		
713	D	Estação Campolide -> Alameda D. A. Henriques	Pontinha	11,589	✓		✓		
714	A	Pç. Figueira -> Outurela	Miraflores	16,469	✓		✓	✓	✓
714	D	Outurela -> Pç. Figueira	Miraflores	16,887	✓		✓	✓	✓
716	A	Alameda D. A. Henriques -> Benfica	Pontinha	7,271	✓		✓		
716	D	Benfica -> Alameda D. A. Henriques	Pontinha	7,316	✓		✓		
717	A	Pç. Chile -> Fetais	Musgueira	12,934	✓	✓	✓	✓	✓
717	D	Fetais -> Pç. Chile	Musgueira	13,049	✓	✓	✓	✓	✓
718	A	ISEL -> Alameda D. A. Henriques	Musgueira	9,119	✓		✓	✓	✓
718	D	Alameda D. A. Henriques -> ISEL	Musgueira	8,577	✓		✓	✓	✓
720	A	Picheleira -> Calvário	Musgueira	9,096	✓	✓	✓	✓	✓
720	D	Calvário -> Picheleira	Musgueira	8,571	✓	✓	✓	✓	✓
722	A	Pç. Londres -> Portela	Musgueira	7,64	✓		✓	✓	✓
722	D	Portela -> Pç. Londres	Musgueira	8,292	✓		✓	✓	✓
723	A	Desterro -> Algés	Miraflores	14,178	✓		✓	✓	✓
723	D	Algés -> Desterro	Miraflores	14,223	✓		✓	✓	✓
724	A	Alcântara -> Pontinha	Pontinha	11,025	✓	✓	✓	✓	✓
724	D	Pontinha -> Alcântara	Pontinha	11,024	✓	✓	✓	✓	✓
725	A	Estação Oriente -> Prior Velho	Musgueira	5,553	✓		✓	✓	✓
725	D	Prior Velho -> Estação Oriente	Musgueira	5,748	✓		✓	✓	✓
726	A	Sapadores -> Pontinha Centro	Pontinha	11,254	✓	✓	✓	✓	✓
726	D	Pontinha Centro -> Sapadores	Pontinha	10,593	✓	✓	✓	✓	✓
727	A	Estação Roma-Areeiro -> Restelo	Miraflores	14,933	✓	✓	✓	✓	✓
727	D	Restelo -> Estação Roma-Areeiro	Miraflores	15,315	✓	✓	✓	✓	✓
728	A	Restelo -> Portela	Miraflores	21,528	✓	✓	✓	✓	✓
728	D	Portela -> Restelo	Miraflores	20,844	✓	✓	✓	✓	✓
729	A	Bº Padre Cruz -> Algés	Pontinha	16,984	✓	✓	✓	✓	✓
729	D	Algés -> Bº Padre Cruz	Pontinha	17,466	✓	✓	✓	✓	✓

MODO AUTOCARRO

Carreira	Sentido	Designação	Estação	Extensão em Km	Operacionalidade				
					por período do dia		por tipo de dia		
					Diurno	Nocturno	DU	Sáb	Dom
730	A	Picheleira -> Picoas	Pontinha	7,788	✓		✓	✓	✓
730	D	Picoas -> Picheleira	Pontinha	7,075	✓		✓	✓	✓
731	A	Av. José Malhoa -> Moscavide-centro	Pontinha	12,465	✓	✓	✓	✓	✓
731	D	Moscavide-Centro -> Av. José Malhoa	Pontinha	11,75	✓	✓	✓	✓	✓
732	A	M. Pombal -> Caselas	Miraflores	12,431	✓		✓	✓	
732	D	Caselas -> M. Pombal	Miraflores	13,085	✓		✓	✓	
734	A	Martim Moniz -> Estação Sta. Apolónia	Miraflores	3,494	✓	✓	✓		
734	D	Estação Sta. Apolónia -> Martim Moniz	Miraflores	3,845	✓	✓	✓		
735	A	Cais Sodré -> Hospital Sta. Maria	Musgueira	10,519	✓	✓	✓	✓	✓
735	D	Hospital Sta. Maria -> Cais Sodré	Musgueira	11,676	✓	✓	✓	✓	✓
736	A	Cais Sodré -> Odivelas	Musgueira	15,285	✓	✓	✓	✓	✓
736	D	Odivelas -> Cais Sodré	Musgueira	12,652	✓	✓	✓	✓	✓
737	A	Pç. Figueira -> Castelo	Pontinha	1,336	✓		✓	✓	✓
737	D	Castelo -> Pç. Figueira	Pontinha	1,474	✓		✓	✓	✓
738	A	Qta. Barros -> Alto S. Amaro	Pontinha	11,233	✓		✓	✓	✓
738	D	Alto S. Amaro -> Qta. Barros	Pontinha	11,453	✓		✓	✓	✓
742	A	B. Madre Deus -> Ajuda (Casalinho)	Musgueira	14,88	✓	✓	✓	✓	✓
742	D	Ajuda (Casalinho) -> B. Madre Deus	Musgueira	14,101	✓	✓	✓	✓	✓
744	A	Marquês Pombal -> Moscavide	Musgueira	11,761	✓		✓	✓	✓
744	D	Moscavide -> Marquês Pombal	Musgueira	11,405	✓		✓	✓	✓
746	A	Marquês Pombal -> Estação Damaia	Miraflores	7,994	✓	✓	✓	✓	✓
746	D	Estação Damaia -> Marquês Pombal	Miraflores	8,311	✓	✓	✓	✓	✓
747	A	C. Grande-Metro -> Pontinha-Metro	Pontinha	7,811	✓	✓	✓	✓	✓
747	D	Pontinha-Metro -> C. Grande-Metro	Pontinha	6,987	✓	✓	✓	✓	✓
748	A	Marquês Pombal -> Linda-A-Velha	Miraflores	10,029	✓	✓	✓		
748	D	Linda-A-Velha -> Marquês Pombal	Miraflores	9,91	✓	✓	✓		
749	A	ISEL -> Est. Entrecampos	Musgueira	7,723	✓		✓		
749	D	Est. Entrecampos -> ISEL	Musgueira	7,274	✓		✓		
750	A	Estação Oriente -> Algés	Miraflores	20,308	✓	✓	✓	✓	✓
750	D	Algés -> Estação Oriente	Miraflores	20,627	✓	✓	✓	✓	✓
751	A	Estação Campolide -> Linda-a-Velha	Miraflores	11,951	✓	✓	✓	✓	✓
751	D	Linda-a-Velha -> Estação Campolide	Miraflores	11,727	✓	✓	✓	✓	✓
753	A	Pç. José Fontana -> Centro Sul	Miraflores	11,122	✓		✓		
753	D	Centro Sul -> Pç. José Fontana	Miraflores	10,059	✓		✓		
754	A	C. Pequeno -> Alfragide	Pontinha	12,603	✓		✓	✓	✓
754	D	Alfragide -> C. Pequeno	Pontinha	12,346	✓		✓	✓	✓
755	A	Poço Bispo -> Sete Rios	Musgueira	13,675	✓	✓	✓	✓	✓
755	D	Sete Rios -> Poço Bispo	Musgueira	12,65	✓	✓	✓	✓	✓
756	A	Olaías -> R. Junqueira (Centro Congressos)	Musgueira	9,475	✓		✓	✓	
756	D	R. Junqueira (Centro Congressos) -> Olaías	Musgueira	9,042	✓		✓	✓	
757	A	Alto Chapelheiro -> Campo das Amoreiras	Musgueira	3,626	✓		✓		
757	D	Campo das Amoreiras -> Alto Chapelheiro	Musgueira	3,286	✓		✓		
758	A	Cais Sodré -> Portas Benfica	Pontinha	9,774	✓	✓	✓	✓	✓
758	D	Portas Benfica -> Cais Sodré	Pontinha	9,909	✓	✓	✓	✓	✓
759	A	Terreiro do Paço -> Estação Oriente	Musgueira	14,253	✓	✓	✓	✓	✓
759	D	Estação Oriente -> Terreiro do Paço	Musgueira	14,369	✓	✓	✓	✓	✓

MODO AUTOCARRO

Carreira	Sentido	Designação	Estação	Extensão em Km	Operacionalidade				
					por período do dia		por tipo de dia		
					Diurno	Nocturno	DU	Sáb	Dom
760	A	Gomes Freire -> Cemitério Ajuda	Miraflores	12,86	✓	✓	✓	✓	✓
760	D	Cemitério Ajuda -> Gomes Freire	Miraflores	12,88	✓	✓	✓	✓	✓
764	A	Cid. Universitária -> Damaia de Cima	Pontinha	10,957	✓		✓	✓	✓
764	D	Damaia de Cima -> Cid. Universitária	Pontinha	10,497	✓		✓	✓	✓
765	A	Colégio Militar-Metro -> Benfica (Cemitério)	Pontinha	1,723	✓		✓		
765	D	Benfica (Cemitério) -> Colégio Militar-Metro	Pontinha	1,723	✓		✓		
767	A	C.Mártires da Patria -> Reboleira (Metro)	Pontinha	15,016	✓	✓	✓	✓	✓
767	D	Reboleira (Metro) -> C.Mártires da Patria	Pontinha	14,982	✓	✓	✓	✓	✓
768	A	Cidade Universitária -> Quinta Alcoutins	Pontinha	10,451	✓		✓		
768	D	Quinta Alcoutins -> Cidade Universitária	Pontinha	10,905	✓		✓		
770	C	Sete Rios -> Sete Rios	Pontinha	8,144	✓		✓	✓	
773	A	Rato -> Alcântara	Pontinha	5,893	✓		✓	✓	✓
773	D	Alcântara -> Rato	Pontinha	5,583	✓		✓	✓	✓
774	A	Campo Ourique -> Gomes Freire	Miraflores	4,277	✓	✓	✓	✓	✓
774	D	Gomes Freire -> Campo Ourique	Miraflores	4,291	✓	✓	✓	✓	✓
776	A	Algés -> Cruz Quebrada	Miraflores	2,673	✓	✓	✓	✓	✓
776	D	Cruz Quebrada -> Algés	Miraflores	2,62	✓	✓	✓	✓	✓
778	A	Campo Grande-Metro -> Paço Lumiar	Pontinha	4,942	✓		✓		
778	D	Paço Lumiar -> Campo Grande-Metro	Pontinha	4,881	✓		✓		
779	C	Olivais Sul -> Olivais Sul	Musgueira	7,982	✓		✓	✓	
781	A	Cais Sodré -> Prior Velho	Pontinha	14,19	✓		✓		
781	D	Prior Velho -> Cais Sodré	Pontinha	14,342	✓		✓		
782	A	Cais Sodré -> Moscavide	Musgueira	11,536	✓		✓		
782	D	Moscavide -> Cais Sodré	Musgueira	11,651	✓		✓		
783	A	Amoreiras -> Prior Velho	Musgueira	11,523	✓	✓	✓	✓	✓
783	D	Prior Velho -> Amoreiras	Musgueira	12,489	✓	✓	✓	✓	✓
793	A	Marvila -> Estação Roma-Areeiro	Musgueira	10,536	✓		✓	✓	✓
793	D	Estação Roma-Areeiro -> Marvila	Musgueira	10,684	✓		✓	✓	✓
794	A	Terreiro do Paço -> Estação Oriente	Musgueira	14,616	✓	✓	✓	✓	✓
794	D	Estação Oriente -> Terreiro do Paço	Musgueira	15,044	✓	✓	✓	✓	✓
796	A	Campo Grande-Metro -> Galinheiras	Musgueira	4,911	✓		✓	✓	✓
796	D	Galinheiras -> Campo Grande-Metro	Musgueira	4,96	✓		✓	✓	✓
797	A	Sapadores -> Pç Chile	Pontinha	2,152	✓		✓	✓	✓
797	D	Pç Chile -> Sapadores	Pontinha	2,158	✓		✓	✓	✓
798	A	Campo Grande-Metro -> Galinheiras	Musgueira	6,739	✓		✓		
798	D	Galinheiras -> Campo Grande-Metro	Musgueira	6,723	✓		✓		
799	A	Colégio Militar-Metro -> Alfragide Norte	Pontinha	6,919	✓		✓		
799	D	Alfragide Norte -> Colégio Militar-Metro	Pontinha	7,178	✓		✓		



Só parte da manhã

MODO ELÉTRICO									
					Operacionalidade				
Carreira	Sentido	Designacao	Estação	Extensão em Km	por período do dia		por tipo de dia		
					Diurno	Nocturno	DU	Sáb	Dom
12E	C	Pç. Figueira -> Pç. Figueira	Santo Amaro	2,399	✓		✓	✓	✓
15E	A	Pç. Figueira -> Algés	Santo Amaro	9,926	✓	✓	✓	✓	✓
15E	D	Algés -> Pç. Figueira	Santo Amaro	9,683	✓	✓	✓	✓	✓
18E	A	C. Sodré -> Cemitério Ajuda	Santo Amaro	6,018	✓		✓	✓	
18E	D	Cemitério Ajuda -> C. Sodré	Santo Amaro	6,132	✓		✓	✓	
25E	A	R. Alfândega -> Prazeres	Santo Amaro	5,02	✓		✓		
25E	D	Prazeres -> R. Alfândega	Santo Amaro	5,008	✓		✓		
28E	A	Martim Moniz -> Prazeres	Santo Amaro	6,973	✓	✓	✓	✓	✓
28E	D	Prazeres -> Martim Moniz	Santo Amaro	7,459	✓	✓	✓	✓	✓
51E		Glória	Santo Amaro		✓	✓	✓	✓	✓
52E		Lavra	Santo Amaro		✓		✓	✓	✓
53E		Bica	Santo Amaro		✓		✓	✓	✓
51E		Elevador Sta. Justa	Santo Amaro		✓		✓	✓	✓
<div> <div>✓</div> <div>Só parte da manhã</div> </div>									

PARTE B

OFERTA

A CARRIS deverá assegurar a oferta por carreira e variante resultante da aplicação dos mapas seguintes, tendo em consideração os tipos de horário de acordo com o calendário de serviço, sem prejuízo das alterações que resultarem das instruções que lhe forem transmitidas pelo Concedente e das suas próprias decisões comerciais.

A oferta será revista nos termos do Contrato de Concessão assinado com o Município de Lisboa. Caso não ocorra revisão, a oferta fixada neste Anexo manter-se-á em vigor.

A oferta é expressa num Plano de Operação anual (Plano de Oferta) a fixar pela Concessionária, que define a utilização de recursos, humanos e materiais, necessários à realização do serviço, e que conterà, pelo menos, os seguintes itens:

1. Calendário de serviço anual
2. Horários das Carreiras (Linhas)
3. Outupts de resumo – número de viagens e quilómetros por tipo de dia e por carreira, quilómetros por tipologia de frota e projecção para o período a que se refere o plano de operação.

Nas tabelas seguintes são apresentadas, respetivamente:

1. Frequências médias por Tipo de Dia e Período do dia
2. Períodos de Funcionamento (1ª e última viagem)

Frequências por Tipo de Dia e período do dia – Dias úteis, Modo Autocarro

Frequências em DU										FÉRIAS ESCOLARES									
INVERNO																			
		7.00	9.30	13.00	16.30	19.00	21.30	24.00	1.30		7.00	9.30	13.00	16.30	19.00	21.30	24.00	1.30	
		4.00	7.00	9.30	13.00	16.30	19.00	21.30	24.00		4.00	7.00	9.30	13.00	16.30	19.00	21.30	24.00	
		7.00	9.30	13.00	16.30	19.00	21.30	24.00	1.30		7.00	9.30	13.00	16.30	19.00	21.30	24.00	1.30	
701	Campo Grande-Metro -> Campo Ourique	4,9	4,2	3,3	3,2	4,0	3,6	0,0	0,0		4,9	4,2	3,3	3,2	4,0	3,6	0,0	0,0	
702	Marquês Pombal -> Serafina (Igreja)	3,8	6,0	3,7	3,3	5,0	4,0	2,8	1,5		3,8	6,0	3,7	3,3	5,0	4,0	2,8	1,5	
703	Chameca -> B. S. Cruz	4,8	4,9	3,5	3,5	4,3	3,6	2,5	2,0		4,8	4,9	3,5	3,5	4,3	3,6	2,5	2,0	
705	Estação Oriente -> Estação Roma-Areeiro	3,7	3,6	2,3	2,5	3,4	3,5	0,0	0,0		3,7	3,6	2,3	2,5	3,4	3,5	0,0	0,0	
706	Cais Sodré -> Est. Sta Apolónia	4,4	4,2	3,1	3,0	3,8	3,2	2,0	2,0		4,4	4,2	3,1	3,0	3,8	3,2	2,0	2,0	
708	M. Moniz -> Parque Nações Norte	3,4	4,2	3,6	3,5	4,1	3,9	2,1	0,0		3,4	4,2	3,6	3,5	4,1	3,9	2,1	0,0	
709	Restauradores -> Campo Ourique	3,5	4,6	3,9	3,8	4,3	3,2	0,0	0,0		3,5	4,6	3,9	3,8	4,3	3,2	0,0	0,0	
711	Terreiro Paço -> Alto Damaia	4,0	4,1	3,2	3,3	4,1	3,4	0,0	0,0		4,0	4,1	3,2	3,3	4,1	3,4	0,0	0,0	
712	Estação Sta. Apolónia -> Alcântara-Mar	3,5	4,4	2,7	2,7	3,9	3,1	0,0	0,0		3,5	4,4	2,7	2,7	3,9	3,1	0,0	0,0	
713	Alameda D. A. Henriques -> Estação Campolide	3,8	4,0	2,9	2,7	3,8	3,1	0,0	0,0		3,8	4,0	2,9	2,7	3,8	3,1	0,0	0,0	
714	Pç. Figueira -> Outeira	4,4	4,7	3,9	3,8	4,8	3,7	2,9	0,0		3,9	4,5	3,6	3,4	4,4	3,6	2,9	0,0	
716	Alameda D. A. Henriques -> Benfica	4,4	4,9	3,8	0,0	4,1	3,1	0,0	0,0		4,4	4,9	3,8	0,0	4,1	3,1	0,0	0,0	
717	Pç. Chile -> Fetais	5,5	5,1	5,2	5,2	4,8	4,3	2,9	0,0		5,5	5,1	5,2	5,2	4,8	4,3	2,9	0,0	
718	ISEL -> Alameda D. A. Henriques	3,2	3,5	3,2	3,1	3,5	3,1	0,0	0,0		3,2	3,5	3,2	3,1	3,5	3,1	0,0	0,0	
720	Picheleira -> Calvário	4,6	4,6	3,5	3,3	4,3	3,9	2,5	2,5		4,6	4,2	3,4	3,3	4,0	3,8	2,5	2,5	
722	Pç. Londres -> Portela	2,4	2,6	2,4	2,4	2,4	2,2	0,0	0,0		2,4	2,6	2,4	2,4	2,4	2,2	0,0	0,0	
723	Desterro -> Algés	4,8	5,6	4,3	4,2	4,7	3,3		0,0		4,3	4,0	3,6	3,5	3,5	3,2	0,0	0,0	
724	Alcântara -> Pontinha	5,0	6,0	3,4	3,0	5,3	3,9	1,0	1,0		5,0	5,0	2,7	2,3	4,4	3,7	1,0	1,0	
725	Estação Oriente -> Prior Velho	2,4	2,4	2,4	2,4	2,4	2,4	0,0	0,0		2,4	2,4	2,4	2,4	2,4	2,4	0,0	0,0	
726	Sapadores -> Pontinha Centro	4,3	4,9	4,4	4,2	4,3	3,8	2,7	1,7		4,3	4,9	4,4	4,2	4,3	3,8	2,7	1,7	
727	Estação Roma-Areeiro -> Restelo	3,4	4,9	4,5	4,4	4,8	3,5	2,3	2,3		3,3	4,2	4,0	4,0	4,2	3,4	2,3	2,3	
728	Restelo -> Portela	4,2	5,7	4,2	3,8	5,0	4,0	2,8	0,0		4,2	5,7	4,2	3,8	5,0	4,0	2,8	0,0	
729	Bº Padre Cruz -> Algés	3,7	4,5	3,6	3,6	4,6	3,5	2,0	0,0		3,7	4,5	3,6	3,6	4,6	3,5	2,0	0,0	
730	Picheleira -> Picoas	2,9	3,0	2,7	2,7	2,7	2,5	0,0	0,0		2,9	3,0	2,7	2,7	2,7	2,5	0,0	0,0	
731	Av. José Malhoa -> Moscavide-centro	3,8	3,8	3,1	3,0	3,8	3,5	2,0	0,0		3,8	3,8	3,1	3,0	3,8	3,5	2,0	0,0	
732	M. Pombal -> Caselas	3,3	3,5	2,7	2,6	3,5	3,4	0,0	0,0		3,3	3,5	2,7	2,6	3,5	3,4	0,0	0,0	
734	Martim Moniz -> Estação Sta. Apolónia	0,0	5,7	4,1	3,9	4,8	3,9	3,2	0,0		0,0	5,1	3,9	3,9	4,8	3,9	3,2	0,0	
735	Cais Sodré -> Hospital Sta. Maria	3,9	3,7	3,7	3,8	3,8	3,6	3,0	0,0		3,9	3,7	3,7	3,8	3,8	3,6	3,0	0,0	
736	Cais Sodré -> Odivelas	5,3	5,8	4,6	4,4	5,6	4,7	3,9	0,0		5,3	5,8	4,6	4,4	5,6	4,7	3,9	0,0	
737	Pç. Figueira -> Castelo	0,0	4,2	6,0	6,0	6,0	4,5	0,0	0,0		0,0	4,2	6,0	6,0	6,0	4,5	0,0	0,0	
738	Qta. Barros -> Alto S. Amaro	4,3	4,5	3,5	3,3	4,3	3,6	2,9	0,0		4,3	4,2	3,4	3,3	4,0	3,5	2,9	0,0	
742	B. Madre Deus -> Ajuda (Casalinho)	3,7	5,7	5,6	5,6	5,8	4,2	2,6	2,0		3,7	5,7	5,6	5,6	5,8	4,2	2,6	2,0	
744	Marquês Pombal -> Moscavide	4,4	5,0	3,7	3,5	3,8	3,8	0,0	0,0		4,4	5,0	3,7	3,5	3,8	3,8	0,0	0,0	
746	Marquês Pombal -> Estação Damaia	4,3	4,1	3,6	3,6	3,8	3,6	2,5	0,0		3,5	3,4	3,3	3,3	3,2	3,2	2,5	0,0	
747	C. Grande-Metro -> Pontinha-Metro	5,0	5,0	3,5	3,5	4,8	4,4	2,4	2,0		5,0	5,0	3,5	3,5	4,8	4,4	2,4	2,0	
748	Marquês Pombal -> Linda-A-Velha	3,0	5,7	3,4	3,0	5,5	3,5	1,0	1,0		3,0	5,7	3,4	3,0	5,5	3,5	1,0	1,0	
749	ISEL -> Est. Entrecampos	2,4	2,2	2,0	2,0	2,0	2,0	0,0	0,0		2,4	2,2	2,0	2,0	2,0	2,0	0,0	0,0	

		Frequências em DU									FÉRIAS ESCOLARES								
		INVERNO																	
		4,00	7,00	9,30	13,00	16,30	19,00	21,30	0,00	4,00	7,00	9,30	13,00	16,30	19,00	21,30	0,00		
		7,00	9,30	13,00	16,30	19,00	21,30	24,00	1,30	7,00	9,30	13,00	16,30	19,00	21,30	24,00	1,30		
750	Estação Oriente -> Algés	4,8	5,5	4,5	4,3	5,6	4,1	2,3	1,7	4,7	5,5	4,5	4,3	5,3	4,0	2,3	1,7		
751	Estação Campolide -> Linda-a-Velha	4,1	8,8	4,6	4,6	7,7	4,6	2,6	2,0	4,1	8,4	4,1	4,1	6,5	4,3	2,6	2,0		
753	Pç. José Fontana -> Centro Sul	5,7	6,0	2,4	2,0	4,6	3,1	0,0	0,0	5,7	6,0	2,4	2,0	4,6	3,1	0,0	0,0		
754	C. Pequeno -> Alfragide	8,6	3,7	3,2	3,2	3,5	2,9	0,0	0,0	8,6	3,7	3,2	3,2	3,5	2,9	0,0	0,0		
755	Poço Bispo -> Sete Rios	4,6	5,1	3,5	3,2	5,0	3,4	2,1	1,7	4,6	4,9	3,1	2,9	5,0	3,4	2,1	1,7		
756	Olaías -> R. Junqueira (Centro Congressos)	4,0	6,0	4,1	4,0	6,0	3,9	0,0	0,0	4,0	6,0	4,1	4,0	6,0	3,9	0,0	0,0		
757	Alto Chapeleiro -> Campo das Amoreiras	0,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	0,0	0,0	0,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	0,0	0,0		
758	Cais Sodré -> Portas Benfica	6,7	8,3	6,5	6,4	7,6	5,4	2,7	0,0	6,7	8,2	6,5	6,3	7,4	4,4	2,7	0,0		
759	Terreiro do Paço -> Estação Oriente	4,8	5,8	4,2	3,9	5,7	4,3	2,3	2,0	4,7	5,2	4,1	3,8	5,0	4,2	2,3	2,0		
760	Gomes Freire -> Cemitério Ajuda	2,7	4,7	4,5	4,6	5,0	4,3	3,0	0,0	2,7	4,7	4,5	4,6	5,0	4,3	3,0	0,0		
764	Cid. Universitária -> Damaia de Cima	3,4	3,5	3,2	3,2	3,3	3,3	0,0	0,0	3,4	3,5	2,6	2,5	3,3	3,3	0,0	0,0		
765	Colégio Militar-Metro -> Benfica (Cemitério)	3,3	5,2	3,3	2,9	5,0	3,9	0,0	0,0	3,3	5,2	3,3	2,9	5,0	3,9	0,0	0,0		
767	C.Mártires da Patria -> Reboleira (Metro)	4,6	5,6	4,5	4,5	6,0	5,0	3,3	3,3	4,3	5,4	4,5	4,5	5,5	4,8	3,3	3,3		
768	Cidade Universitária -> Quinta Alcoutins	3,5	3,3	3,0	3,0	3,3	3,0	0,0	0,0	2,6	2,7	2,7	2,7	2,7	2,5	0,0	0,0		
770	Sete Rios -> Sete Rios	2,0	1,9	1,7	1,7	1,9	1,7	0,0	0,0	2,0	1,9	1,7	1,7	1,9	1,7	0,0	0,0		
773	Rato -> Alcântara	5,0	7,4	4,6	4,9	6,7	5,6	0,0	0,0	4,8	6,7	3,8	4,1	6,0	5,4	0,0	0,0		
774	Campo Ourique -> Gomes Freire	5,0	5,5	5,8	6,3	6,0	4,2	2,0	2,0	5,0	4,6	5,0	5,7	5,0	4,0	2,0	2,0		
776	Algés -> Cruz Quebrada	3,9	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	2,0	2,0	3,9	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	2,0	2,0		
778	Campo Grande-Metro -> Paço Lumiar	2,0	2,7	2,7	2,7	2,5	2,6	0,0	0,0	2,0	2,7	2,7	2,7	2,5	2,6	0,0	0,0		
779	Olivais Sul -> Olivais Sul	0,0	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	0,0	0,0	0,0	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	0,0	0,0		
781	Cais Sodré -> Prior Velho	6,0	5,8	3,3	3,3	5,1	4,5	0,0	0,0	5,0	5,0	2,6	2,6	4,4	3,9	0,0	0,0		
782	Cais Sodré -> Moscavide	0,0	4,6	0,0	0,0	3,7	3,6	0,0	0,0	0,0	4,6	0,0	0,0	3,7	3,6	0,0	0,0		
783	Amoreiras -> Prior Velho	5,0	5,6	4,3	4,0	4,3	3,8	2,6	2,0	5,0	5,6	4,3	4,0	4,3	3,8	2,6	2,0		
793	Marvila -> Estação Roma-Areeiro	3,7	4,0	3,6	3,5	4,1	3,7	0,0	0,0	3,6	3,4	2,9	2,9	3,3	2,9	0,0	0,0		
794	Terreiro do Paço -> Estação Oriente	3,8	4,0	3,1	3,1	3,9	3,2	2,0	1,7	3,8	4,0	3,1	3,1	3,9	3,2	2,0	1,7		
796	Campo Grande-Metro -> Galinheiras	4,6	8,0	4,4	3,8	6,7	4,7	2,2	1,7	4,6	8,0	4,4	3,8	6,7	4,7	2,2	1,7		
797	Sapadores -> Pç Chile	2,9	3,8	4,0	4,0	4,0	2,7	2,4	0,0	2,9	3,8	4,0	4,0	4,0	2,7	2,4	0,0		
798	Campo Grande-Metro -> Galinheiras	3,1	3,6	2,2	2,0	3,3	2,6	0,0	0,0	2,1	2,3	2,0	2,0	2,2	2,0	0,0	0,0		
799	Colégio Militar-Metro -> Alfragide Norte	4,0	4,0	2,3	2,0	3,8	3,0	0,0	0,0	4,0	4,0	2,3	2,0	3,8	3,0	0,0	0,0		

Frequências em DU										AGOSTO									
VERÃO																			
		4,00	7,00	9,30	13,00	16,30	19,00	21,30	0,00		4,00	7,00	9,30	13,00	16,30	19,00	21,30	0,00	
		7,00	9,30	13,00	16,30	19,00	21,30	24,00	1,30		7,00	9,30	13,00	16,30	19,00	21,30	24,00	1,30	
701	Campo Grande-Metro -> Campo Ourique	4,9	4,0	3,1	3,0	3,9	3,5	0,0	0,0		3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	2,8	0,0	0,0	
702	Marquês Pombal -> Serafina (Igreja)	3,8	4,8	3,3	3,0	3,6	2,9	2,6	1,5		3,8	4,8	3,3	3,0	3,6	2,9	2,6	1,5	
703	Chameca -> B. S. Cruz	4,0	4,0	3,5	3,5	3,9	3,6	2,5	2,0		4,0	4,0	3,3	3,3	3,8	3,5	2,5	2,0	
705	Estação Oriente -> Estação Roma-Areeiro	2,9	3,1	2,3	2,3	3,0	2,8	0,0	0,0		2,9	3,1	2,3	2,3	3,0	2,8	0,0	0,0	
706	Cais Sodré -> Est. Sta Apolónia	3,9	3,7	3,1	3,0	3,5	3,2	2,0	2,0		2,7	3,0	2,5	2,4	2,9	2,5	2,0	2,0	
708	M. Moniz -> Parque Nações Norte	3,4	3,7	3,2	3,1	3,8	2,9	2,1	0,0		3,4	3,6	3,2	3,1	3,5	2,9	2,1	0,0	
709	Restauradores -> Campo Ourique	3,5	4,2	3,8	3,8	3,8	3,2	0,0	0,0		3,5	4,2	3,8	3,8	3,8	3,2	0,0	0,0	
711	Terreiro Paço -> Alto Damaia	3,5	3,3	3,0	3,1	3,3	3,1	0,0	0,0		3,5	3,5	2,5	2,7	3,3	3,1	0,0	0,0	
712	Estação Sta. Apolónia -> Alcântara-Mar	3,5	3,9	2,3	2,3	3,8	3,1	0,0	0,0		3,5	3,9	2,3	2,3	3,8	3,1	0,0	0,0	
713	Alameda D. A. Henriques -> Estação Campolide	3,7	3,8	2,9	2,7	3,8	3,1	0,0	0,0		3,7	3,8	2,5	2,3	3,8	3,1	0,0	0,0	
714	Pç. Figueira -> Outurela	3,9	4,3	3,5	3,4	3,8	3,5	2,9	0,0		3,3	3,9	3,2	3,1	3,8	3,5	2,9	0,0	
716	Alameda D. A. Henriques -> Benfica	4,4	4,4	3,0	0,0	4,1	2,9	0,0	0,0		3,4	3,8	3,0	0,0	3,8	2,9	0,0	0,0	
717	Pç. Chile -> Fetais	4,6	4,6	4,9	5,0	4,6	4,1	2,9	0,0		4,6	4,6	4,9	5,0	4,6	4,1	2,9	0,0	
718	ISEL -> Alameda D. A. Henriques	3,0	3,1	2,7	2,5	3,0	2,8	0,0	0,0		3,0	3,1	2,7	2,5	3,0	2,8	0,0	0,0	
720	Picheleira -> Calvário	3,7	3,8	3,0	2,9	3,8	3,4	2,5	2,5		3,3	3,4	3,0	2,9	3,5	3,4	2,5	2,5	
722	Pç. Londres -> Portela	2,4	2,6	2,4	2,4	2,4	2,2	0,0	0,0		2,4	2,6	2,4	2,4	2,4	2,2	0,0	0,0	
723	Desterro -> Algés	4,0	3,7	3,5	3,5	3,5	2,7	0,0	0,0		3,2	3,2	3,2	3,2	3,2	2,6	0,0	0,0	
724	Alcântara -> Pontinha	4,0	4,7	2,7	2,3	4,0	3,2	1,0	1,0		4,0	4,7	2,7	2,3	4,0	3,2	1,0	1,0	
725	Estação Oriente -> Prior Velho	2,4	2,4	2,4	2,4	2,4	2,4	0,0	0,0		2,4	2,4	2,4	2,4	2,4	2,4	0,0	0,0	
726	Sapadores -> Pontinha Centro	4,3	4,3	4,0	4,0	4,3	3,7	2,7	1,7		3,7	3,9	3,5	3,5	3,4	3,1	2,6	1,7	
727	Estação Roma-Areeiro -> Restelo	3,3	4,2	4,0	4,0	4,2	3,4	2,3	2,3		3,3	4,0	3,7	3,6	4,0	3,1	2,3	2,3	
728	Restelo -> Portela	3,9	5,2	3,6	3,7	4,8	4,0	2,8	0,0		3,8	5,0	3,6	3,7	4,8	3,8	2,8	0,0	
729	Bº Padre Cruz -> Algés	3,7	4,0	3,6	3,6	3,9	3,5	2,0	0,0		3,7	4,0	3,1	3,1	3,9	3,5	2,0	0,0	
730	Picheleira -> Picoas	2,9	3,0	2,7	2,7	2,7	2,5	0,0	0,0		2,9	3,0	2,7	2,7	2,7	2,5	0,0	0,0	
731	Av. José Malhoa -> Moscavide-centro	3,3	3,6	3,1	3,0	3,5	3,0	2,0	0,0		3,3	3,6	2,8	2,6	3,2	2,9	2,0	0,0	
732	M. Pombal -> Caselas	2,8	3,2	2,7	2,6	3,2	2,9	0,0	0,0		2,8	3,2	2,7	2,6	3,2	2,9	0,0	0,0	
734	Martim Moniz -> Estação Sta. Apolónia	0,0	5,1	3,9	3,9	4,8	3,9	3,2	0,0		0,0	5,1	3,9	3,9	4,8	3,9	3,2	0,0	
735	Cais Sodré -> Hospital Sta. Maria	3,3	3,3	3,5	3,5	3,2	2,9	3,0	0,0		3,3	3,3	3,5	3,5	3,2	2,9	3,0	0,0	
736	Cais Sodré -> Odivelas	5,2	5,0	4,4	4,3	4,7	4,6	3,9	0,0		5,2	4,8	4,1	4,0	4,4	4,2	3,5	0,0	
737	Pç. Figueira -> Castelo	0,0	4,2	6,0	6,0	6,0	4,5	0,0	0,0		0,0	4,2	6,0	6,0	6,0	4,5	0,0	0,0	
738	Qta. Barros -> Alto S. Amaro	3,7	3,8	3,0	2,9	3,8	3,5	2,9	0,0		3,0	3,3	3,0	2,9	3,5	3,3	2,9	0,0	
742	B. Madre Deus -> Ajuda (Casalinho)	3,4	5,5	5,5	5,5	5,5	3,9	2,2	2,0		3,4	5,3	4,7	4,6	5,3	3,8	2,2	2,0	
744	Marquês Pombal -> Moscavide	4,4	4,6	3,2	3,0	3,8	3,3	0,0	0,0		3,7	4,3	3,2	3,0	3,5	3,1	0,0	0,0	
746	Marquês Pombal -> Estação Damaia	3,5	3,4	3,3	3,3	3,2	3,2	2,5	0,0		3,6	3,4	2,9	2,9	3,2	3,2	2,5	0,0	
747	C. Grande-Metro -> Pontinha-Metro	4,0	4,2	3,5	3,5	4,3	4,1	2,4	2,1		3,0	3,3	2,6	2,6	3,3	3,1	2,4	2,1	
748	Marquês Pombal -> Linda-A-Velha	3,0	5,0	3,3	3,0	4,0	3,2	1,0	1,0		3,0	4,4	3,2	3,0	4,0	2,9	1,0	1,0	
749	ISEL -> Est. Entrecampos	2,4	2,2	2,0	2,0	2,0	2,0	0,0	0,0		2,4	2,2	2,0	2,0	2,0	2,0	0,0	0,0	

Frequências em DU										AGOSTO									
VERÃO																			
		4,00	7,00	9,30	13,00	16,30	19,00	21,30	0,00		4,00	7,00	9,30	13,00	16,30	19,00	21,30	0,00	
		7,00	9,30	13,00	16,30	19,00	21,30	24,00	1,30		7,00	9,30	13,00	16,30	19,00	21,30	24,00	1,30	
750	Estação Oriente -> Algés	4,9	5,4	3,6	3,3	5,2	4,0	2,3	1,7	4,8	5,1	3,6	3,3	5,0	3,4	2,2	1,7		
751	Estação Campolide -> Linda-a-Velha	4,1	7,9	3,5	3,5	5,8	4,2	2,6	2,0	4,1	6,1	3,5	3,5	5,5	4,1	2,6	2,0		
753	Pç. José Fontana -> Centro Sul	4,6	5,7	2,4	2,0	4,6	3,1	0,0	0,0	4,6	4,7	2,3	2,0	4,0	3,0	0,0	0,0		
754	C. Pequeno -> Alfragide	7,7	3,7	2,7	2,7	3,5	2,9	0,0	0,0	7,7	3,4	2,7	2,7	3,0	2,8	0,0	0,0		
755	Poço Bispo -> Sete Rios	3,9	3,9	3,0	2,9	3,8	3,1	2,1	1,7	3,3	3,5	3,0	2,9	3,5	2,7	2,1	1,7		
756	Olaíes -> R. Junqueira (Centro Congressos)	4,0	4,4	3,8	3,8	4,4	3,9	0,0	0,0	5,0	4,5	3,1	3,0	4,4	4,0	0,0	0,0		
757	Alto Chapeleiro -> Campo das Amoreiras	0,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	0,0	0,0	0,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	0,0	0,0		
758	Cais Sodré -> Portas Benfica	6,7	7,5	6,0	5,9	7,2	5,0	2,7	0,0	6,2	7,4	5,7	5,7	7,1	5,0	2,7	0,0		
759	Restauradores -> Estação Oriente	4,4	4,7	4,0	3,9	4,6	3,9	2,3	2,0	4,0	4,5	3,7	3,5	4,4	3,9	2,3	2,0		
760	Gomes Freire -> Cemitério Ajuda	2,7	4,2	4,0	4,0	4,5	4,1	3,3	0,0	2,7	4,2	4,0	4,0	4,5	4,1	3,3	0,0		
764	Cid. Universitária -> Damaia de Cima	3,4	3,3	2,6	2,5	3,2	2,9	0,0	0,0	2,5	2,6	2,5	2,5	2,5	2,2	0,0	0,0		
765	Colégio Militar-Metro -> Benfica (Cemitério)	3,3	3,0	2,9	2,9	2,5	2,5	0,0	0,0	3,3	3,0	2,9	2,9	2,5	2,5	0,0	0,0		
767	C.Mártires da Patria -> Reboleira (Metro)	4,3	5,4	4,3	4,3	5,3	4,7	3,3	3,3	3,7	5,1	4,2	4,2	5,3	4,3	3,3	3,3		
768	Cidade Universitária -> Quinta Alcoutins	2,6	2,7	2,7	2,7	2,7	2,5	0,0	0,0	2,6	2,3	2,2	2,2	2,2	2,4	0,0	0,0		
770	Sete Rios -> Sete Rios	2,0	1,9	1,7	1,7	1,9	1,7	0,0	0,0	2,0	1,9	1,7	1,7	1,9	1,7	0,0	0,0		
773	Rato -> Alcântara	4,0	5,3	3,8	3,8	5,5	4,9	0,0	0,0	4,0	4,6	3,8	3,8	5,0	4,4	0,0	0,0		
774	Campo Ourique -> Gomes Freire	5,0	4,6	4,6	4,6	4,3	3,7	2,0	2,0	5,0	4,6	4,6	4,6	4,3	3,7	2,0	2,0		
776	Algés -> Cruz Quebrada	3,9	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	2,0	2,0	3,9	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	2,0	2,0		
778	Campo Grande-Metro -> Paço Lumiar	2,0	2,7	2,7	2,7	2,5	2,6	0,0	0,0	2,0	2,7	2,7	2,7	2,5	2,6	0,0	0,0		
779	Olivais Sul -> Olivais Sul	0,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	0,0	0,0	0,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	0,0	0,0		
781	Cais Sodré -> Prior Velho	4,5	4,6	2,6	2,6	4,0	3,8	0,0	0,0	3,8	4,0	2,6	2,6	3,3	3,2	0,0	0,0		
782	Cais Sodré -> Moscavide	0,0	3,7	0,0	0,0	3,5	3,4	0,0	0,0	0,0	3,2	0,0	0,0	3,2	3,0	0,0	0,0		
783	Amoreiras -> Prior Velho	4,2	4,3	4,0	4,0	4,0	3,8	2,3	2,0	3,6	4,0	4,0	4,0	4,0	3,8	2,4	2,0		
793	Marvila -> Estação Roma-Areeiro	3,5	3,0	2,9	2,9	2,9	2,7	0,0	0,0	3,5	3,0	2,9	2,9	2,9	2,7	0,0	0,0		
794	Terreiro do Paço -> Estação Oriente	3,1	3,5	3,1	3,0	3,4	3,1	2,0	1,7	3,1	3,5	2,6	2,4	3,4	3,1	2,0	1,7		
796	Campo Grande-Metro -> Galinheiras	4,6	6,7	4,2	3,8	5,0	3,9	2,2	1,7	4,6	6,7	4,2	3,8	5,0	3,9	2,2	1,7		
797	Sapadores -> Pç Chile	2,9	3,8	4,0	4,0	4,0	2,7	2,4	0,0										
798	Campo Grande-Metro -> Galinheiras	2,1	2,3	2,0	2,0	2,2	2,0	0,0	0,0	2,1	2,3	2,0	2,0	2,2	2,0	0,0	0,0		
799	Colégio Militar-Metro -> Alfragide Norte	3,3	3,6	2,2	2,0	3,5	2,8	0,0	0,0	2,4	2,9	2,1	2,0	3,0	2,8	0,0	0,0		

Frequências por Tipo de Dia e período do dia – Dias úteis, Modo Elétrico

Frequências em DU										FÉRIAS ESCOLARES									
INVERNO																			
		4,00	7,00	9,30	13,00	16,30	19,00	21,30	0,00		4,00	7,00	9,30	13,00	16,30	19,00	21,30	0,00	
		7,00	9,30	13,00	16,30	19,00	21,30	24,00	1,30		7,00	9,30	13,00	16,30	19,00	21,30	24,00	1,30	
12E	Pç. Figueira -> Pç. Figueira	0,0	4,9	4,6	4,6	4,6	5,0	0,0	0,0	0,0	4,9	4,6	4,6	4,6	5,0	0,0	0,0		
15E	Pç. Figueira -> Algés	4,0	4,5	4,6	4,5	4,4	4,7	5,2	4,2	4,0	4,5	4,6	4,5	4,4	4,7	5,2	4,2		
18E	C. Sodré -> Cemitério Ajuda	2,4	2,7	2,7	2,7	2,7	2,0	0,0	0,0	2,4	2,7	2,7	2,7	2,7	2,0	0,0	0,0		
25E	R. Alfândega -> Prazeres	3,3	4,3	3,7	3,6	4,2	3,5	0,0	0,0	4,6	5,1	3,9	3,6	4,2	3,5	0,0	0,0		
28E	Prazeres -> Martin Moniz	4,0	5,2	6,7	6,5	6,1	5,0	3,9	0,0	4,0	5,2	6,7	6,5	6,1	5,0	3,9	0,0		
Frequências em DU										AGOSTO									
VERÃO																			
		4,00	7,00	9,30	13,00	16,30	19,00	21,30	0,00		4,00	7,00	9,30	13,00	16,30	19,00	21,30	0,00	
		7,00	9,30	13,00	16,30	19,00	21,30	24,00	1,30		7,00	9,30	13,00	16,30	19,00	21,30	24,00	1,30	
12E	Pç. Figueira -> Pç. Figueira	0,0	4,9	4,6	4,6	4,6	5,0	0,0	0,0	0,0	4,9	4,6	4,6	4,6	5,0	0,0	0,0		
15E	Pç. Figueira -> Algés	4,0	4,5	4,6	4,5	4,4	4,7	5,2	4,2	4,0	4,5	4,6	4,5	4,4	4,7	5,2	4,2		
18E	C. Sodré -> Cemitério Ajuda	2,4	2,7	2,7	2,7	2,7	2,0	0,0	0,0								0,0	0,0	
25E	R. Alfândega -> Prazeres	3,3	3,5	3,6	3,6	3,6	3,4	0,0	0,0	3,3	3,5	3,6	3,6	3,6	3,4	0,0	0,0		
28E	Prazeres -> Martin Moniz	4,3	5,3	6,9	7,2	6,8	4,8	4,0	0,0	4,3	5,3	6,9	7,2	6,8	4,8	4,0	0,0		

Frequências por Tipo de Dia e período do dia – Sábados e Domingos, Modo Autocarro

		FREQUÊNCIAS																	
		SÁBADOS									DOMINGOS								
		4,00	7,00	9,30	13,00	16,30	19,00	21,30	0,00		4,00	7,00	9,30	13,00	16,30	19,00	21,30	0,00	
		7,00	9,30	13,00	16,30	19,00	21,30	24,00	1,30		7,00	9,30	13,00	16,30	19,00	21,30	24,00	1,30	
701	Campo Grande-Metro -> Campo Ourique	3,2	3,4	3,0	2,7	2,2	2,2	0,0	0,0		2,0	2,0	2,3	2,2	2,2	2,2	0,0	0,0	
702	Marquês Pombal -> Serafina (Igreja)	2,6	2,6	2,6	2,6	2,6	2,6	2,6	1,5		2,6	2,6	2,6	2,6	2,6	2,6	2,6	1,5	
703	Charneca -> B. S. Cruz	3,0	3,5	3,2	3,0	3,0	2,7	2,2	2,0		2,0	2,2	3,0	3,0	3,0	2,7	2,2	2,0	
705	Estação Oriente -> Estação Roma-Areeiro																		
706	Cais Sodré -> Est. Sta Apolónia	2,7	2,8	3,0	3,0	3,0	2,5	2,0	2,0		0,0	2,4	2,3	2,3	2,3	2,3	2,0	2,0	
708	M. Moniz -> Parque Nações Norte	2,7	2,8	2,6	2,6	2,6	2,4	2,1	0,0		2,0	2,4	2,3	2,5	2,6	2,4	2,1	0,0	
709	Restauradores -> Campo Ourique	3,0	3,0	3,0	3,0	0,0	0,0	0,0	0,0										
711	Terreiro Paço -> Alto Damaia	3,7	3,8	3,8	3,3	3,2	2,5	0,0	0,0		2,0	2,2	2,4	2,4	2,3	2,0	0,0	0,0	
712	Estação Sta. Apolónia -> Alcântara-Mar	3,0	3,4	2,9	2,9	2,9	2,8	2,7	0,0		2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	0,0	
713	Alameda D. A. Henriques -> Estação Campolide																		
714	Pç. Figueira -> Outurela	2,0	2,7	3,0	3,0	3,0	2,6	2,4	0,0		2,0	2,2	2,7	3,2	3,0	2,2	0,0	0,0	
716	Alameda D. A. Henriques -> Benfica																		
717	Pç. Chile -> Fetais	3,7	5,5	5,0	4,7	4,6	3,8	2,9	0,0		3,2	5,5	6,0	4,3	4,3	3,8	2,9	0,0	
718	ISEL -> Alameda D. A. Henriques	2,0	2,4	2,4	2,4	2,4	2,0	0,0	0,0		2,0	2,2	2,4	2,4	2,4	2,0	0,0	0,0	
720	Picheleira -> Calvário	2,7	2,8	2,8	2,7	2,7	2,5	2,4	2,4		2,5	2,5	2,7	2,7	2,7	2,5	2,4	2,4	
722	Pç. Londres -> Portela	0,0	2,3	2,1	2,0	2,0	2,0	0,0	0,0		0,0	2,3	2,1	2,0	2,0	2,0	0,0	0,0	
723	Desterro -> Algés	2,0	2,1	2,0	2,0	2,0	2,0	0,0	0,0		2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	0,0	0,0	
724	Alcântara -> Pontinha	3,2	2,8	2,6	2,6	2,6	2,4	1,0	1,0		0,0	2,2	2,6	2,6	2,6	2,4	1,0	1,0	
725	Estação Oriente -> Prior Velho	1,3	2,2	2,4	2,4	2,4	1,6	0,0	0,0		0,0	1,3	2,1	2,4	2,4	1,6	0,0	0,0	
726	Sapadores -> Pontinha Centro	3,8	4,0	3,8	3,8	3,8	3,2	2,6	1,7		3,0	3,0	3,3	3,3	3,3	3,0	2,2	1,7	
727	Estação Roma-Areeiro -> Restelo	3,4	3,2	2,9	2,9	2,9	2,8	2,3	2,3		2,5	2,6	2,8	2,9	2,9	2,8	2,3	2,3	
728	Restelo -> Portela	3,8	3,7	3,4	3,5	3,5	3,0	2,7	0,0		2,6	2,7	3,0	3,3	3,5	3,0	2,7	0,0	
729	Bº Padre Cruz -> Algés	3,3	3,4	3,2	3,2	3,2	2,9	2,0	0,0		2,2	2,5	2,9	2,9	2,9	2,7	2,0	0,0	
730	Picheleira -> Picoas	2,0	2,4	2,6	2,6	2,6	2,2	0,0	0,0		0,0	2,0	2,6	2,6	2,6	2,2	0,0	0,0	
731	Av. José Malhoa -> Moscavide-centro	2,4	2,2	2,0	2,0	2,0	2,3	2,0	0,0		2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,3	2,0	0,0	
732	M. Pombal -> Caselas	2,2	2,4	2,4	2,0	0,0	0,0	0,0	0,0										
734	Martim Moniz -> Estação Sta. Apolónia																		
735	Cais Sodré -> Hospital Sta. Maria	4,0	4,2	4,3	3,3	3,2	2,6	3,0	0,0		2,9	2,9	2,9	2,9	2,9	2,6	3,0	0,0	
736	Cais Sodré -> Odivelas	4,5	5,2	4,7	4,6	4,6	4,4	4,0	0,0		3,5	3,7	4,4	4,6	4,6	4,4	3,5	0,0	
737	Pç. Figueira -> Castelo	0,0	2,0	2,0	4,0	4,0	2,0	0,0	0,0		0,0	0,0	2,0	4,0	4,0	2,0	0,0	0,0	
738	Qta. Barros -> Alto S. Amaro	2,7	2,8	2,8	2,7	2,7	2,7	0,0	0,0		2,5	2,5	2,7	2,7	2,7	2,5	0,0	0,0	
742	B. Madre Deus -> Ajuda (Casalinho)	3,0	3,7	3,3	3,3	3,3	3,2	2,2	2,0		2,3	2,4	2,6	2,6	2,6	2,4	2,0	2,0	
744	Marquês Pombal -> Moscavide	2,3	2,2	2,0	2,0	2,0	2,0	0,0	0,0		2,0	2,2	2,0	2,0	2,0	2,0	0,0	0,0	
746	Marquês Pombal -> Estação Damaia	3,0	3,3	3,0	2,9	2,9	2,6	2,3	0,0		2,6	2,9	2,5	2,5	2,5	2,5	2,3	0,0	
747	C. Grande-Metro -> Pontinha-Metro	2,3	2,9	2,7	2,7	2,7	2,8	2,2	2,0		0,0	2,0	2,7	2,7	2,7	2,8	2,2	2,0	
748	Marquês Pombal -> Linda-A-Velha																		
749	ISEL -> Est. Entrecampos																		

FREQUÊNCIAS																		
SÁBADOS									DOMINGOS									
		4,00	7,00	9,30	13,00	16,30	19,00	21,30	0,00		4,00	7,00	9,30	13,00	16,30	19,00	21,30	0,00
		7,00	9,30	13,00	16,30	19,00	21,30	24,00	1,30		7,00	9,30	13,00	16,30	19,00	21,30	24,00	1,30
750	Estação Oriente -> Algés	5,0	5,5	4,2	4,0	4,0	3,6	2,2	1,7	3,8	4,6	4,7	4,4	4,3	3,6	2,2	1,7	
751	Estação Campolide -> Linda-a-Velha	3,7	4,0	4,0	3,1	3,0	2,7	2,6	2,0	3,5	3,0	3,0	3,0	3,0	2,7	2,6	2,0	
753	Pç. José Fontana -> Centro Sul																	
754	C. Pequeno -> Alfragide	2,1	2,7	2,7	2,7	2,7	2,2	0,0	0,0	0,0	2,7	2,7	2,7	2,7	2,2	0,0	0,0	
755	Poço Bispo -> Sete Rios	3,3	3,3	3,0	2,7	2,5	2,4	2,1	1,7	2,3	2,7	3,0	2,5	2,5	2,4	2,1	1,7	
756	Olaías -> R. Junqueira (Centro Congressos)	2,0	2,9	2,6	2,0	0,0	0,0	0,0	0,0									
757	Alto Chapeleiro -> Campo das Amoreiras																	
758	Cais Sodré -> Portas Benfica	4,0	4,1	4,2	4,2	4,2	2,9	2,6	0,0	3,3	3,3	3,3	3,8	3,9	2,9	2,6	0,0	
759	Terreiro do Paço -> Estação Oriente	3,3	3,8	3,7	3,0	2,8	2,6	2,3	2,0	2,4	2,4	2,5	2,5	2,5	2,4	2,3	2,0	
760	Gomes Freire -> Cemitério Ajuda	2,7	3,5	3,5	3,0	3,0	2,8	3,0	0,0	4,0	3,0	3,0	3,0	3,0	2,8	3,0	0,0	
764	Cid. Universitária -> Damaia de Cima	2,6	2,5	2,2	2,2	2,2	2,2	0,0	0,0	2,3	2,3	2,2	2,2	2,2	2,2	0,0	0,0	
765	Colégio Militar-Metro -> Benfica (Cemitério)																	
767	C.Mártires da Patria -> Reboleira (Metro)	3,5	3,5	3,7	3,8	3,8	3,3	3,3	3,3	3,3	3,4	3,5	3,5	3,5	3,2	3,3	3,3	
768	Cidade Universitária -> Quinta Alcoutins																	
770	Sete Rios -> Sete Rios	0,0	1,9	1,7	1,7	0,0	0,0	0,0	0,0									
773	Rato -> Alcântara	4,0	3,7	3,2	3,2	3,2	2,8	0,0	0,0	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	0,0	0,0	
774	Campo Ourique -> Gomes Freire	3,8	3,6	4,0	4,0	4,0	3,1	2,0	2,0	3,4	3,3	3,7	3,5	3,3	2,7	2,0	2,0	
776	Algés -> Cruz Quebrada	2,3	3,5	3,5	2,4	2,0	2,0	2,0	2,0	2,3	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	
778	Campo Grande-Metro -> Paço Lumiar																	
779	Olivais Sul -> Olivais Sul	0,0	2,0	2,0	2,0	0,0	0,0	0,0	0,0									
781	Cais Sodré -> Prior Velho																	
782	Cais Sodré -> Moscavide																	
783	Amoreiras -> Prior Velho	1,9	3,0	3,0	3,0	3,0	2,5	2,2	2,0	2,4	2,4	2,4	2,4	2,4	2,4	2,2	2,0	
793	Marvila -> Estação Roma-Areeiro	2,0	2,5	2,3	2,3	2,3	2,3	0,0	0,0	0,0	2,3	2,3	2,3	2,3	2,3	0,0	0,0	
794	Terreiro do Paço -> Estação Oriente	2,5	2,7	2,5	2,5	2,5	2,3	2,0	1,7	2,3	2,4	2,5	2,1	2,0	2,0	2,0	1,7	
796	Campo Grande-Metro -> Galinheiras	2,8	4,0	3,8	2,7	2,7	2,7	0,0	0,0	0,0	2,7	2,7	2,7	2,7	2,5	0,0	0,0	
797	Sapadores -> Pç Chile	0,0	2,1	2,1	2,1	2,1	2,0	0,0	0,0	0,0	2,1	2,1	2,1	2,1	2,0	0,0	0,0	
798	Campo Grande-Metro -> Galinheiras																	
799	Colégio Militar-Metro -> Alfragide Norte																	

Frequências por Tipo de Dia e período do dia – Rede Madrugada

Frequências - Rede Madrugada				
Todos os dias , todas as épocas				
		00h00 às 02h00	02h00 às 04h00	04h00 às 05h30
201	Cais Sodré -> Linda-A-Velha	2,0	1,0	2,0
202	Cais Sodré -> B.º Padre Cruz	2,0	1,0	2,0
206	Cais Sodré -> Sr. Roubado - Metro	2,0	1,0	2,0
207	Cais Sodré -> Fetais	2,0	1,0	2,0
208	Cais Sodré -> Estação Oriente	2,0	1,0	2,0
210	Cais Sodré -> Prior Velho	2,0	1,0	2,0

Frequências por Tipo de Dia e período do dia – Fins de semana, Modo Elétrico

Frequências em Sábados																		
INVERNO										VERÃO								
		4,00	7,00	9,30	13,00	16,30	19,00	21,30	0,00		4,00	7,00	9,30	13,00	16,30	19,00	21,30	0,00
		7,00	9,30	13,00	16,30	19,00	21,30	24,00	1,30		7,00	9,30	13,00	16,30	19,00	21,30	24,00	1,30
12E	Pç. Figueira -> Pç. Figueira	0,0	2,5	3,3	4,6	3,8	2,6	0,0	0,0	0,0	2,5	3,3	4,6	3,8	2,6	0,0	0,0	0,0
15E	Pç. Figueira -> Algés	3,2	4,1	4,4	4,8	4,7	5,1	6,7	5,1	3,2	4,1	4,4	4,8	4,7	5,1	6,7	5,1	5,1
18E	C. Sodré -> Cemitério Ajuda	2,0	2,0	2,0	2,2	0,0	0,0	0,0	0,0	2,0	2,0	2,0	2,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
25E	R. Alfândega -> Prazeres																	
28E	Prazeres -> Martim Moniz	4,0	5,6	6,3	6,1	5,7	3,7	3,1	0,0	4,0	5,9	6,7	6,7	6,7	4,0	3,0	0,0	0,0

Frequências em Domingos																		
INVERNO										VERÃO								
		4,00	7,00	9,30	13,00	16,30	19,00	21,30	0,00		4,00	7,00	9,30	13,00	16,30	19,00	21,30	0,00
		7,00	9,30	13,00	16,30	19,00	21,30	24,00	1,30		7,00	9,30	13,00	16,30	19,00	21,30	24,00	1,30
12E	Pç. Figueira -> Pç. Figueira	0,0	2,5	3,3	4,6	3,8	2,6	0,0	0,0	0,0	2,5	3,3	4,6	3,8	2,6	0,0	0,0	0,0
15E	Pç. Figueira -> Algés	3,3	3,8	3,7	4,5	4,9	4,3	3,8	3,3	3,3	3,8	3,7	4,5	4,9	4,3	3,8	3,8	3,3
18E	C. Sodré -> Cemitério Ajuda																	
25E	R. Alfândega -> Prazeres																	
28E	Prazeres -> Martim Moniz	3,8	3,9	5,5	5,9	6,0	3,7	3,1	0,0	3,8	4,0	6,7	7,2	7,5	4,1	3,0	0,0	0,0

Períodos de funcionamento (1ª e última viagem):

1ªs e últimas viagens									
DU				Sábados				Domingos	
		1ª viagem	última viagem			1ª viagem	última viagem	1ª viagem	última viagem
701	Campo Grande-Metro -> Campo Ourique	5:15	21:20			5:20	21:20	6:25	21:20
702	Marquês Pombal -> Serafina (Igreja)	5:00	0:20			5:30	0:20	6:40	0:20
703	Charneca -> B. S. Cruz	5:50	1:00			5:50	1:00	6:15	1:00
705	Estação Oriente -> Estação Roma-Areeiro	6:40	20:40						
706	Cais Sodré -> Est. Sta Apolónia	5:42	0:15			6:05	0:15	7:10	0:15
708	M. Moniz -> Parque Nações Norte	5:26	23:55			5:27	23:55	6:25	23:55
709	Restauradores -> Campo Ourique	5:55	21:30			6:40	13:20		
711	Terreiro Paço -> Alto Damaia	5:35	21:30			5:35	21:30	6:20	21:30
712	Estação Sta. Apolónia -> Alcântara-Mar	5:25	22:10			5:35	22:00	6:15	22:00
713	Alameda D. A. Henriques -> Estação Campolide	5:05	21:25						
714	Pç. Figueira -> Outurela	5:00	22:20			5:18	22:19	6:35	22:04
716	Alameda D. A. Henriques -> Benfica	5:00	21:40						
717	Pç. Chile -> Fetais	4:55	0:05			5:05	0:05	5:05	0:05
718	ISEL -> Alameda D. A. Henriques	6:00	21:30			6:00	21:30	6:40	21:30
720	Picheleira -> Calvário	5:05	0:42			5:05	0:42	5:05	0:42
722	Pç. Londres -> Portela	6:15	20:45			7:00	20:45		
723	Desterro -> Algés	6:00	22:30			6:05	21:30	6:30	21:30
724	Alcântara -> Pontinha	5:00	0:50			5:00	0:50	7:00	0:50
725	Estação Oriente -> Prior Velho	5:25	21:00			5:25	21:00	7:10	21:00
726	Sapadores -> Pontinha Centro	5:00	1:20			5:00	1:20	5:00	1:20
727	Estação Roma-Areeiro -> Restelo	5:30	0:40			6:30	0:40	6:45	0:40
728	Restelo -> Portela	5:25	0:05			5:45	0:05	6:35	0:05
729	Bº Padre Cruz -> Algés	5:35	23:30			5:35	23:30	5:45	23:30
730	Picheleira -> Picoas	6:00	21:10			6:00	21:00	7:00	21:00
731	Av. José Malhoa -> Moscavide-centro	5:30	0:00			5:30	22:30	6:00	22:30
732	M. Pombal -> Caselas	6:30	21:15			6:35	13:30		
734	Martim Moniz -> Estação Sta. Apolónia	7:30	22:30						
735	Cais Sodré -> Hospital Sta. Maria	5:50	0:00			5:50	0:00	6:20	0:00
736	Cais Sodré -> Odivelas	4:45	0:10			4:45	0:10	4:45	0:10
737	Pç. Figueira -> Castelo	7:40	21:00			8:30	21:15	10:00	21:15
738	Qta. Barros -> Alto S. Amaro	6:20	21:40			6:45	21:30	6:50	21:30
742	B. Madre Deus -> Ajuda (Casalinho)	5:00	1:00			5:10	1:00	6:20	1:00
744	Marquês Pombal -> Moscavide	5:35	21:30			5:35	21:15	6:30	21:15
746	Marquês Pombal -> Estação Damaia	5:10	0:00			5:20	0:30	5:50	0:30
747	C. Grande-Metro -> Pontinha-Metro	6:30	0:15			6:30	0:15	7:00	0:15
748	Marquês Pombal -> Linda-A-Velha	5:10	0:25						
749	ISEL -> Est. Entrecampos	6:25	21:05						

1ªs e últimas viagens									
DU				Sábados				Domingos	
		1ª viagem	última viagem			1ª viagem	última viagem	1ª viagem	última viagem
750	Estação Oriente -> Algés	5:25	1:00			5:35	1:00	5:40	1:00
751	Estação Campolide -> Linda-a-Velha	5:01	0:35			5:01	0:00	5:30	0:00
753	Pç. José Fontana -> Centro Sul	5:35	22:50						
754	C. Pequeno -> Alfragide	6:30	21:15			6:35	19:50	8:00	19:50
755	Poço Bispo -> Sete Rios	5:00	1:00			5:20	1:00	5:55	1:00
756	Olaia -> R. Junqueira (Centro Congressos)	5:35	21:05			6:10	13:30		
757	Alto Chapelheiro -> Campo das Amoreiras	7:00	19:30						
758	Cais Sodré -> Portas Benfica	5:35	0:05			5:35	0:05	5:35	0:05
759	Terreiro Paço -> Estação Oriente	5:05	0:55			5:05	0:55	6:20	0:55
760	Gomes Freire -> Cemitério Ajuda	5:05	0:10			5:05	0:10	5:25	0:10
764	Cid. Universitária -> Damaia de Cima	5:50	21:15			5:50	21:30	6:20	21:30
765	Colégio Militar-Metro -> Benfica (Cemitério)	6:20	20:50						
767	C.Mártires da Patria -> Reboleira (Metro)	6:00	0:40			6:00	0:40	6:45	0:40
768	Cidade Universitária -> Quinta Alcoutins	5:50	21:15						
770	Sete Rios -> Sete Rios	6:45	20:15			7:15	13:30		
773	Rato -> Alcântara	5:15	21:30			5:15	21:30	5:15	21:30
774	Campo Ourique -> Gomes Freire	6:00	1:00			5:55	1:00	6:25	1:00
776	Algés -> Cruz Quebrada	5:15	0:15			5:15	0:15	6:00	0:15
778	Campo Grande-Metro -> Paço Lumiar	6:00	21:30						
779	Olivais Sul -> Olivais Sul	7:00	20:00			7:30	14:00		
781	Cais Sodré -> Prior Velho	6:10	20:40						
782	Cais Sodré -> Moscavide	7:00	20:15						
783	Amoreiras -> Prior Velho	5:05	0:47			5:05	0:20	6:00	0:20
793	Marvila -> Estação Roma-Areeiro	5:20	21:30			5:20	21:30	7:00	21:30
794	Terreiro do Paço -> Estação Oriente	5:15	0:00			5:15	0:45	5:25	0:45
796	Campo Grande-Metro -> Galinheiras	5:20	1:05			5:20	20:30	7:00	20:20
797	Sapadores -> Pç Chile	6:00	0:00			7:10	20:40	7:10	20:40
798	Campo Grande-Metro -> Galinheiras	5:10	21:30						
799	Colégio Militar-Metro -> Alfragide Norte	6:30	21:35						

A) Políticas de Oferta

A oferta descrita acima tem por base as carreiras e serviços em exploração em 1 de fevereiro de 2017, sem prejuízo de eventuais alterações que estas linhas possam vir a sofrer no futuro, seja pela inclusão de novas linhas, pela suspensão de alguma das existentes ou pela alteração dos percursos, que serão decididas pela Concessionária em função dos níveis de procura verificados em cada momento e/ou das instruções que lhe sejam transmitidas pelo Concedente a cada momento.

Durante o ano de 2017, está previsto dar início à operação das carreiras de bairro. As carreiras de bairro são um conceito de carreira de proximidade, que visa oferecer mobilidade a uma determinada freguesia, passando pelos principais pontos da referência (centro de saúde, escola, mercado, etc.) da mesma. A criação da rede de carreiras de bairro é uma imposição do Concedente.

Fica entendido que as instruções do Concedente relativas ao volume de oferta anual têm um valor máximo de veículos/Km/ano igual ao valor de veículos/km/ano efetivamente realizados pela Carris no ano de 2016, acrescido de 50%, sem prejuízo da possibilidade de o Concedente ordenar o aumento da oferta em valor superior, no caso de a procura e/ou as políticas de mobilidade do Município assim o determinarem.

1. Horários de funcionamento

Os horários de funcionamento das carreiras devem satisfazer as necessidades da procura, potencial e verificada, garantindo um período de operação tão alargado quanto o possível. Poderão verificar-se ajustamentos pontuais, face a alterações de horários escolares ou alterações por necessidade de ligações a outros polos de procura.

2. Paragens e percursos

As paragens e os percursos deverão ser ajustados às necessidades da procura atual/potencial, ao aparecimento de novos polos de procura e também respeitar as orientações do Município de Lisboa e as sugestões das autoridades competentes, seja de trânsito ou de outro tipo.

3. Frequência comercial

De um modo geral, as frequências das linhas devem ser organizadas de acordo com a curva da procura de cada linha em específico ao longo de cada dia.

4. Material circulante

A Concessionária deverá respeitar as instruções do Concedente no que respeita ao tipo de material circulante que utiliza, designadamente no que se refere à fonte energética utilizado e ao tempo de vida útil dos veículos.

O cumprimento das instruções do Concedente no que se refere à frota a utilizar pela Concessionária encontra-se integrado no cumprimento das Obrigações de Serviço Público da Carris.

B) Indicadores

Os indicadores que serão utilizados para avaliar a qualidade da oferta do serviço prestado pela Concessionária, relativamente à operação em Modo Autocarro e em Modo Elétrico, são os seguintes:

Taxa de cumprimento do serviço em Veíc*km SP (TCS VK SP)

Este indicador relaciona a Oferta realizada e a Oferta programada em quilómetros, de acordo com o Plano de Operação em vigor.

$$TCS \text{ em VK SP} = Veic * km \text{ SP Realizados} / Veic * Km \text{ SP Programados}$$

Em que,

Veic*Km SP realizados – corresponde aos quilómetros efetuados pelas carreiras de serviço público no decorrer da sua operação num determinado período de tempo.

Veic*Km SP programados – corresponde aos quilómetros programados para as carreiras de serviço público, num determinado período de tempo.

Este indicador contempla ajustes de horários e/ou percursos das carreiras nesse período de tempo.

$$\text{Taxa de cumprimento do serviço em Veic*hora SP (TCS VH SP)}$$

Este indicador relaciona a Oferta realizada e a Oferta programada em Horas de Operação, de acordo com o Plano de Operação em vigor.

$$TCS \text{ em VH SP} = Veic * hora \text{ SP Realizados} / Veic * hora \text{ SP Programados}$$

Em que,

Veic*hora SP realizados – corresponde às horas de operação das carreiras de serviço público no decorrer da sua operação num determinado período de tempo.

Veic*Km SP programados – corresponde aos quilómetros programados para as carreiras de serviço público, para um determinado período de tempo.

Este indicador contempla ajustes de horários e/ou percursos das carreiras nesse período de tempo.

Serão excecionadas, para cálculo dos vários indicadores, os veic*km e veic*hora não realizados em consequência da ocorrência de força maior, tal como o termo é definido no Contrato de Concessão assinado com o Município de Lisboa.

PARTE C

TARIFÁRIO

I - SUPORTES ELETRÓNICOS

Cartão Lisboa Viva

É o cartão de suporte para carregamento de passes, aceite por todos os operadores de transporte da Região de Lisboa, permitindo também o carregamento de Zapping.

Comportam a possibilidade de ter 4 contratos carregados em simultâneo, sendo 4 passes ou 3 passes e Zapping.



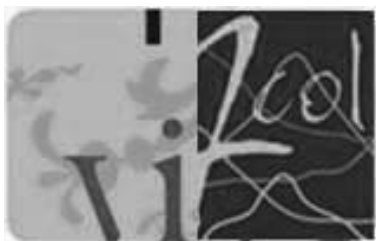
Cartões 7 Colinas e Viva Viagem

Estes cartões foram especialmente criados para carregamento de bilhetes para responder às necessidades dos Clientes menos frequentes.

O 7 Colinas e o Viva Viagem têm exatamente as mesmas funções e o mesmo tipo de utilização, diferindo apenas no nome e imagem. Podem igualmente ser utilizados como complemento do cartão personalizado Lisboa Viva.

São válidos durante um ano após o primeiro carregamento. Após o período de validade, os clientes podem continuar a utilizar os títulos que tiverem carregados até os esgotar.

Apenas comportam um tipo de título de cada vez, mas na quantidade desejada pelo cliente.



Cartão Bancário

O primeiro cartão de débito bancário que permite pagar automaticamente viagens na Carris, Metro, Transtejo/Soflusa, Fertagus, MTS e CP.



II - TIPOS DE TÍTULOS

PASSES (Suporte Lisboa Viva):

- Intermodais
- Combinados

TÍTULOS OCASIONAIS

- PRÉ-COMPRADOS (Suporte 7 Colinas ou Viva Viagem):
 - Combinados ou Multimodais
 - Bilhete Viagem Carris/Metro
 - Zapping (também em Lisboa Viva)
 - Bilhete Carris/Metro 24 horas
 - Bilhete Carris/Metro/TT – Cacilhas 24horas
 - Bilhete Carris/Metro/CP 24horas
 - Lisboa Card
 - Cartão Bancário

- BILHETES

- Tarifa de Bordo:

- Rede de Autocarros
- Rede de Elétricos
- Rede de Ascensores
- Elevador de Santa Justa

III - MODALIDADES DE PASSES

(Consoante o tipo de passe)

Normal – Para clientes que não se enquadram nas outras modalidades. Não têm qualquer desconto.

Criança – Passes com cerca de 25 % de desconto para crianças com idade igual ou superior a 4 anos e até aos 12 anos inclusive. A modalidade abrange os passes L1, L12, L123, 12, 123, 23 (não é válido nem comercializado na Carris), e combinados Fertagus.

4_18 A - Passes com 60% de desconto para estudantes do ensino básico e secundário beneficiários do Escalão “A” do Apoio Social Escolar. A modalidade abrange os tipos de passe intermodais e combinados.

4_18 B – Passes com 25% de desconto para estudantes do ensino básico e secundário com idades compreendidas entre os 4 e os 18 anos, que tenham direito ao escalão B da Ação Social Escolar, ou que pertençam a agregados familiares com direito ao passe Social+. A modalidade abrange os tipos de passe intermodais e combinados.

Sub23 A - Passes com 60% de desconto para estudantes do ensino superior, com idade inferior ou igual a 23 anos, beneficiários da Ação Social Direta no Ensino Superior. A modalidade abrange os tipos de passe intermodais e combinados.

Sub23 B – Passes com 25% Desconto para estudantes do ensino superior com idade inferior ou igual a 23 anos e que se encontrem inseridos em agregados familiares com direito à modalidade Social+. A modalidade abrange os tipos de passe intermodais e combinados.

3ª Idade – Passes com cerca de 25% de desconto para clientes com idade igual ou superior a 65 anos. A modalidade abrange os passes Navegante Rede, L1, L12, L123 (incluindo a opção Fim de Semana) e combinados Fertagus.

Reformado/Pensionista – Passes com cerca de 25% de desconto para reformados ou pensionistas cujo rendimento do agregado familiar seja igual ou inferior ao salário mínimo nacional. A modalidade abrange os passes Navegante Rede, L1, L12, L123 (incluindo a opção Fim de Semana) e combinados Fertagus.

Social+ - Passes com 25% de Desconto destinados a:

Benefício individual:

- Reformados e Pensionistas com reforma mensal igual ou inferior a 1,2 vezes o valor do IAS (Indexante de Apoios Sociais);
- Beneficiários do Subsídio de Desemprego de montante mensal igual ou inferior a 1,2 vezes o valor do IAS;

Benefício familiar:

- Clientes que integrem agregados familiares cujo rendimento médio mensal equivalente seja igual ou inferior a 1,2 vezes o valor do IAS.

O apuramento do rendimento bruto mensal deste grupo de beneficiários é efetuado com a seguinte fórmula:

$$\frac{\text{Rendimento anual do agregado familiar}}{14 \times (\text{n}^\circ \text{ sujeitos passivos} + 0.25 \times \text{n}^\circ \text{ de elementos dependentes})} \leq 1,2 \times \text{IAS}$$

A modalidade abrange os passes Navegante Urbano e Rede, L1, L12, L123, L123 SX, L123 MA, 12, 123.

Social+ A - Passes com 50% de Desconto destinados a:

- Beneficiários do Rendimento Social de Inserção ou
- Beneficiários do Complemento Solidário de Idosos.

A modalidade abrange os passes Navegante Urbano e Rede, L1, L12, L123, L123 SX, L123 MA, 12, 123.

Perfil de Operador:

A modalidade Navegante Operador (apenas para Operadores de Transporte) é equivalente ao Navegante Rede mas com descontos.

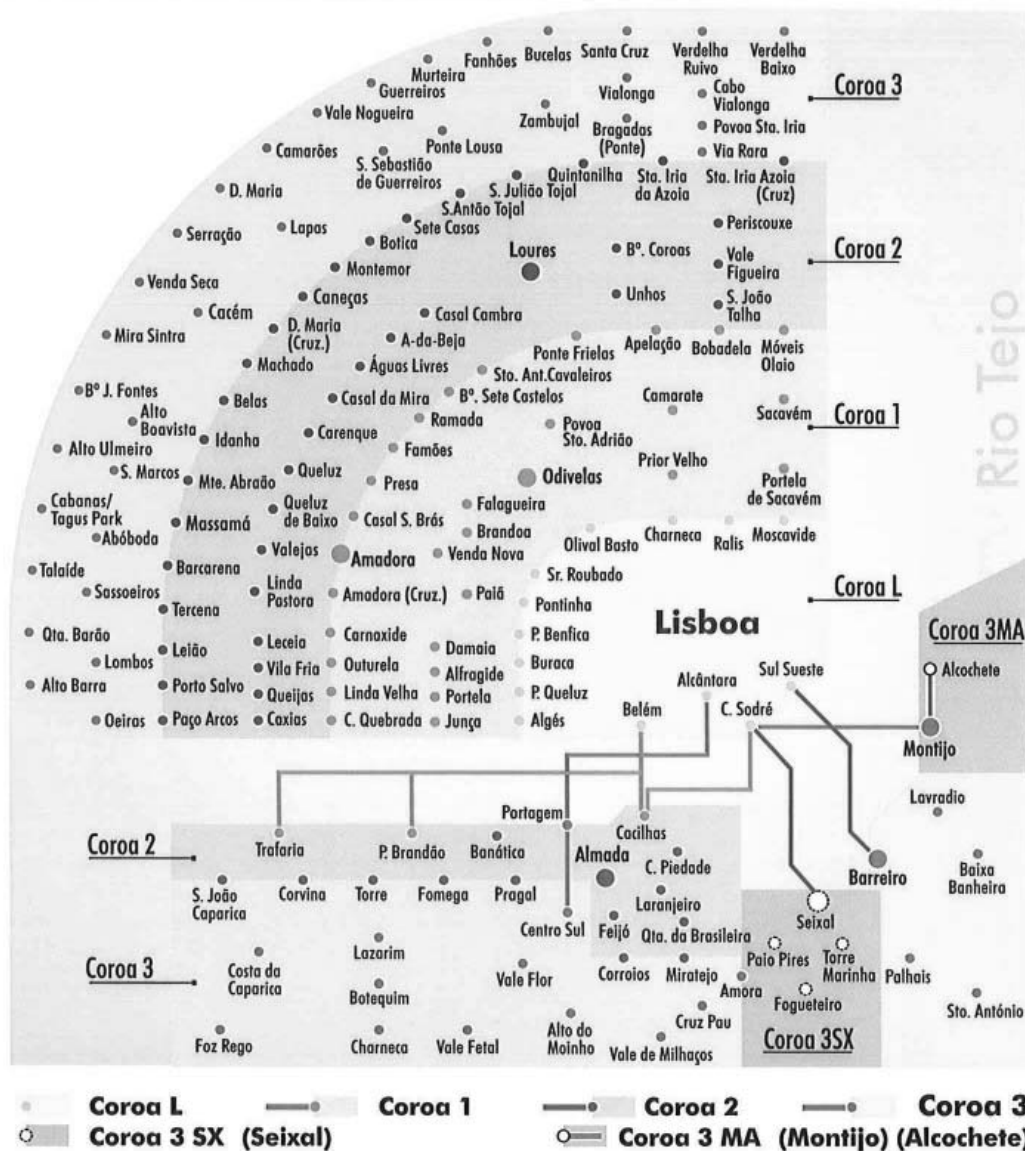
- Navegante Operador Reformado, equivalente ao Navegante Rede, mas com desconto de 75%.
- Navegante Operador Familiar, equivalente ao Navegante Rede, mas com desconto de 50%.

Os passes podem ser adquiridos por Reformados ou familiares, na Carris com os seguintes perfis:

- Familiar de Funcionário (Conjuge)
- Familiar de Funcionário (Filho)
- Familiar de Funcionário (Filho deficiente)
- Filho de Membro de Órgão Social
- Cônjuge de Membro de Órgão Social
- Funcionário Reformado
- Sobrevivente de Funcionário e de Reformado

O cartão Lisboa Viva tem um perfil adequado a cada modalidade.

COROAS DO SISTEMA DE PASSES DA REGIÃO DE LISBOA



Atendimento nos Espaços Cliente CARRIS Metro
(Aeroporto, Arco Cego, Campo Grande,
Marquês Pombal e Santo Amaro)



21 350 01 15



www.carris.pt
www.metrolisboa.pt



atendimento@carrismetro.pt

ICL/MCT/2014/0

TÍTULOS VÁLIDOS NA CARRIS

TÍTULOS OCASIONAIS

TÍTULO	VALIDADE
VIAGEM CA/ML	<p>Válido em toda a rede da Carris e do Metro para efetuar um número ilimitado de viagens durante 60 minutos, contado entre a primeira e a última validação de entrada.</p> <p>Não são permitidas utilizações consecutivas no Metro, isto é, os clientes não podem fazer duas entradas consecutivas na rede do Metro, como é possível fazer na Carris.</p>
BILHETE 24 HORAS CA/ML	Válido para um número ilimitado de viagens em toda a rede da Carris e do Metro durante 24 horas, contadas a partir da primeira validação.
BILHETE 24 HORAS CA/ML/TT	Válido durante 24 horas, para um número ilimitado de viagens em toda a rede da Carris e do Metro e na ligação Cacilhas - Cais do Sodré da Transtejo, contadas a partir da primeira validação.
BILHETE 24 HORAS CA/ML/CP	Válido durante 24 horas, para um número ilimitado de viagens após a primeira validação, em toda a rede da Carris e do Metro e em toda a rede de serviço urbano de Lisboa da CP, que inclui as Linhas de Sintra, Azambuja, Cascais e Sado.
ZAPPING	<p>Válido em toda a rede da Carris para efetuar um número ilimitado de viagens durante 60 minutos, contado entre a primeira e a última validação de entrada</p> <p>A mudança de Operador, implica a perda de validade no Operador anterior, passando a vigorar o preço e validade horária no novo Operador.</p>

LISBOA CARD	<p>Consiste num produto conjunto do Turismo de Lisboa, do IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, do IMC – Instituto dos Museus e da Conservação, da Carris, Metro e CP.</p> <p>Confere acesso gratuito às redes da Carris e Metro e às linhas de Sintra e Cascais da CP e ainda a Museus e Monumentos com descontos até 50%.</p> <p>Existe em 3 tipos consoante a validade temporal: 24H, 48H e 72H e em duas modalidades; adulto e criança.</p>
CARTÃO BANCÁRIO	Válido em toda a rede da Carris para efetuar um número ilimitado de viagens durante 60 minutos, contado entre a primeira e a última validação de entrada

BILHETES

Em suporte papel térmico nas máquinas de venda a bordo (EVB).
Continuam em vigor os bilhetes em cartolina como situação pontual de recurso.

TÍTULO	VALIDADE
TARIFA DE BORDO DE AUTOCARROS	Válida para uma viagem em qualquer percurso na rede de Autocarros do serviço regular da Carris. Vendida pelos Tripulantes a bordo dos veículos.
TARIFA DE BORDO DE ELÉTRICOS	Válida para uma viagem em qualquer percurso no serviço regular da rede de Elétricos da Carris. Vendida pelos Tripulantes a bordo dos veículos. Nos Elétricos Articulados é vendida em máquinas localizadas no interior dos veículos na zona central.
TARIFA DE BORDO DE ASCENSORES	Válida para a realização de até duas viagens nos Ascensores. Vendida pelos Tripulantes a bordo dos veículos.
TARIFA DE BORDO DE ELEVADOR (Bilhete de Santa Justa)	<p>Válida para a realização de até duas viagens exclusivamente no Elevador de Santa Justa Vendida a bordo.</p> <p>Apenas com esta Tarifa de Bordo podem os clientes subir ao Terraço do Elevador sem pagar o valor do Bilhete de Acesso ao Terraço.</p>

Bilhetes CARRISTUR válidos na Carris

Dada a implementação do sistema de vendas a bordo nos circuitos Carristur, estes bilhetes são emitidos em papel térmico. Continuam em vigor os bilhetes em cartolina como situação pontual de recurso.

Assim, todos os bilhetes Carristur (excepto o Aerobus) são válidos na Carris na rede de Eléctricos, Ascensores e Sta. Justa, não sendo válidos na rede de autocarros. A validade temporal é idêntica à do bilhete Carristur.

PASSES INTERMODAIS

Modalidades:

- Normal
- Criança
- 4_18 A; 4_18 B e Sub23 A; Sub23 B
- 3º Idade
- Ref. Pens.
- Social + e Social+ A

TIPO DE PASSE	EMPRESAS	PERCursos ABRANGIDOS
Navegante Urbano 30 dias	CARRIS METRO CP	Válido na rede urbana da Carris e do Metro (incluindo carreiras de bairro) e nos percursos urbanos de Lisboa da CP, incluindo as estações de Benfica, Belém e Moscavide, durante 30 dias consecutivos contados a partir da data do carregamento. Não inclui a travessia da Ponte 25 de Abril.
Navegante Rede 30 dias	CARRIS METRO CP	Válido em toda a rede (áreas urbana e suburbana) da Carris e do Metro e no serviço CP da cidade de Lisboa, incluindo as estações de Algés, Amadora, Sacavém e Bobadela, durante 30 dias consecutivos contados a partir da data do carregamento. Inclui a travessia da ponte 25 de Abril na Carris.
L1	CARRIS METRO ROD. LISBOA CP TRANSTEJO LISBOA TRANSPORTES	Válido em toda a rede da Carris, incluindo os prolongamentos suburbanos (exclui a travessia da ponte 25 de Abril), na rede do Metro, na Transtejo em todas as ligações fluviais entre Lisboa e Cacilhas, Porto – Brandão e Trafaria, na CP (incluindo a linha de cintura), na Lisboa Transportes e Rodoviária de Lisboa, em todos os percursos desde Lisboa até ao limite exterior da coroa 1. Não é válido na Vimeca.
L12	CARRIS METRO ROD. LISBOA CP TRANSTEJO SOFLUSA LISBOA TRANSPORTES T. SUL TEJO	Válido em toda a rede da Carris, incluindo os prolongamentos suburbanos (exclui a travessia da ponte 25 de Abril), na rede do Metro, na Transtejo em todas as ligações fluviais entre Lisboa e Cacilhas, Porto – Brandão, Trafaria e Seixal, na Soflusa na ligação fluvial entre Lisboa e o Barreiro, na CP (incluindo a linha de cintura), na Lisboa Transportes e Rodoviária de Lisboa, em todos os percursos desde Lisboa até ao limite exterior da coroa 2. Nos Transportes Sul Tejo nos percursos na margem sul delimitados pela coroa 2. Não é válido na Vimeca.

L123	CARRIS METRO ROD. LISBOA CP TRANSTEJO SOFLUSA LISBOA TRANSPORTES T. SUL TEJO SCOTTURB TC BARREIRO	Válido em toda a rede da Carris, incluindo os prolongamentos suburbanos (inclui a travessia da ponte 25 de Abril), na rede do Metro, na Transtejo em todas as ligações fluviais entre Lisboa e Cacilhas, Porto – Brandão, Trafaria, Seixal e Montijo, na Soflusa na ligação fluvial entre Lisboa e o Barreiro, na CP (incluindo a linha de cintura), na Lisboa Transportes, Scotturb, Rodoviária de Lisboa e Transportes Sul Tejo em todos os percursos desde Lisboa até ao limite exterior da coroa 3. Na rede dos Transportes Colectivos do Barreiro. <u>Não é válido na Vimica. Nota: válido para a CP desde Mira Sintra/Meleças e Rossio desde 14/06/2015)</u>
------	--	--

NOTA – Serviço CP incluído nos Navegantes:

- Navegante Urbano - Belém-Cais do Sodré (linha de Cascais), Benfica-Rossio e Benfica-Oriente/Moscavide (linha de Sintra), Moscavide/Oriente-Santa Apolónia (linha de Azambuja) e Alcântara Terra-Oriente/Moscavide (linha de cintura).
- Navegante Rede – Mesmas estações do Navegante Urbano e ainda Amadora, Algés, Sacavém e Bobadela.

PASSES INTERMODAIS

Modalidades:

- Normal
- Criança
- 4_18 A; 4_18 B e Sub23 A; Sub23 B
- Social + e Social+ A

TIPO DE PASSE	EMPRESAS	PERCursos ABRANGIDOS
12	CARRIS ROD. LISBOA T. SUL TEJO CP SOFLUSA TRANSTEJO LISBOA TRANSPORTES	Válido nos prolongamentos suburbanos da Carris (exclui a travessia da ponte 25 de Abril) e do Metro. Válido na Rodoviária de Lisboa, Lisboa Transportes e CP nos percursos incluídos nas coroa 1 e 2. Válido nos Transportes Sul do Tejo nos percursos da margem sul delimitados pela coroa 2 e na Transtejo em todas as ligações fluviais entre Lisboa e Cacilhas, Porto – Brandão, Trafaria e Seixal. Na Soflusa na ligação fluvial entre Lisboa e Barreiro. <u>Não é válido na Vimeca.</u>
123	CARRIS ROD. LISBOA T. SUL TEJO CP SOFLUSA TRANSTEJO LISBOA TRANSPORTES SCOTTURB	Válido nos prolongamentos suburbanos da Carris (exclui a travessia da ponte 25 de Abril) e do Metro. Válido na Rodoviária de Lisboa, Lisboa Transportes e CP nos percursos incluídos nas coroa 1, 2 e 3. Válido nos Transportes Sul do Tejo nos percursos da margem sul delimitados pela coroa 3 e na Transtejo em todas as ligações fluviais entre Lisboa e Cacilhas, Porto – Brandão, Trafaria, Seixal e Montijo. Na Soflusa na ligação fluvial entre Lisboa e Barreiro. <u>Não é válido na Vimeca.</u>
L123 SX (SEIXAL)	CARRIS METRO ROD. LISBOA CP TRANSTEJO SOFLUSA LISBOA TRANSPORTES T. SUL TEJO SCOTTURB TC BARREIRO	Com o mesmo âmbito de validade do passe L123 e também na Península do Seixal servida pela Transportes Sul do Tejo
L123 MA (MONTIJO- ALCOCHETE)	CARRIS METRO ROD. LISBOA CP TRANSTEJO LISBOA TRANSPORTES T. SUL TEJO TC BARREIRO	Com o mesmo âmbito de validade do passe L123 e também nas zonas do Montijo e Alcochete servidas pela Transportes Sul do Tejo e Transportes Coletivos do Barreiro.

PASSES INTERMODAIS FIM-DE-SEMANA

Modalidades:

- 3º Idade
- Ref. Pens.

TIPO DE PASSE	EMPRESAS	PERCURSOS ABRANGIDOS
L123 REF/PENS Fim Semana	CARRIS METRO ROD. LISBOA CP TRANSTEJO SOFLUSA LISBOA TRANSPORTES T. SUL TEJO SCOTTURB TC BARREIRO	Com o mesmo âmbito de validade do passe L123.
L123 3ª IDADE Fim Semana	CARRIS METRO ROD. LISBOA CP TRANSTEJO SOFLUSA LISBOA TRANSPORTES T. SUL TEJO SCOTTURB TC BARREIRO	Com o mesmo âmbito de validade do passe L123.

PASSES COMBINADOS COM PARQUE DE ESTACIONAMENTO:

CARRIS/Metro Urbano + Parque 30 dias; passe integrado de estacionamento nos parques da EMEL e EMPARK, e de utilização da rede de transportes públicos da CARRIS e do Metropolitano de Lisboa.

A quem se destina: utilizadores de parques de estacionamento e de transportes públicos na cidade de Lisboa, portadores do cartão Lisboa Viva

Como adquirir: o interessado dirige-se à CARRIS ou ao Metropolitano de Lisboa, num dos postos de venda disponibilizados por estes operadores onde, com o cartão Lisboa Viva, poderá adquirir o título Carris/Metro Urbano+ Parque 30 dias, condicionado aos lugares disponíveis nos parques; após a aquisição do título, o interessado dirige-se ao parque da EMEL ou da EMPARK onde, mediante a apresentação do recibo de aquisição do título, ser-lhe-á emitido o cartão de acesso ao parque, por um período de 30 dias, equivalente ao carregamento do título.

Existe um conjunto de parques abrangidos.

PASSES COMBINADOS L/OPERADORES

Passes L/PRIVADOS

Modalidades:

- Normal
- 4_18 A; 4_18 B
- Sub23 A; Sub23 B

TIPO DE PASSE	EMPRESAS	PERCursos ABRANGIDOS
LA/VIMECA	CARRIS METRO VIMECA	Válido na rede urbana da Carris (inclui Carreiras de Bairro) e do Metro. Na Vimeca nos percursos desde Lisboa até ao limite exterior da coroa 1. <u>Não é válido na Lisboa Transportes</u>
LB/VIMECA	CARRIS METRO VIMECA	Válido na rede urbana da Carris (inclui Carreiras de Bairro) e do Metro. Na Vimeca nos percursos desde Lisboa até ao limite exterior da coroa 2. <u>Não é válido na Lisboa Transportes</u>
LC/VIMECA	CARRIS METRO VIMECA	Válido na rede urbana da Carris (inclui Carreiras de Bairro) e do Metro. Na Vimeca nos percursos desde Lisboa até ao limite exterior da coroa 3. <u>Não é válido na Lisboa Transportes</u>
LA/I. DUARTE	CARRIS METRO I. DUARTE	Válido na rede urbana da Carris (inclui Carreiras de Bairro) e do Metro. Na Isidoro Duarte nos percursos desde Lisboa até ao limite exterior da coroa 1.
LB/I. DUARTE	CARRIS METRO I. DUARTE	Válido na rede urbana da Carris (inclui Carreiras de Bairro) e do Metro. Na Isidoro Duarte nos percursos desde Lisboa até ao limite exterior da coroa 2.
LC/I. DUARTE	CARRIS METRO I. DUARTE	Válido na rede urbana da Carris (inclui Carreiras de Bairro) e do Metro. Na Isidoro Duarte nos percursos desde Lisboa até ao limite exterior da coroa 3.

LA/BARRAQUEIRO	CARRIS METRO BARRAQUEIRO	Válido na rede urbana da Carris (inclui Carreiras de Bairro) e do Metro. Na Barraqueiro nos percursos desde Lisboa até ao limite exterior da coroa 1.
LB/BARRAQUEIRO	CARRIS METRO BARRAQUEIRO	Válido na rede urbana da Carris (inclui Carreiras de Bairro) e do Metro. Na Barraqueiro nos percursos desde Lisboa até ao limite exterior da coroa 2.
LC/BARRAQUEIRO	CARRIS METRO BARRAQUEIRO	Válido na rede urbana da Carris (inclui Carreiras de Bairro) e do Metro. Na Barraqueiro nos percursos desde Lisboa até ao limite exterior da coroa 3.

PASSES L/CP

Modalidades:

- Normal
- 4_18 A e 4_18 B
- Sub23 A e Sub23 B

Válidos na rede urbana da Carris (inclui Carreiras de Bairro) e do Metro e nas ligações ferroviárias exploradas pela CP e fluviais exploradas pela Soflusa consoante a modalidade de passe.

Os passes da linha de Cascais e Praias Sado não são válidos na linha de cintura da CP (Gare do Oriente / Marvila / Chelas / Areeiro / Entrecampos / Sete Rios).

Os passes da linha de Sintra e da Azambuja são válidos na linha de cintura.

Válidos por 30 dias.

LINHA DE SINTRA - Válidos na Linha de Cintura (Rossio / Oriente / Alcântara Terra)

L/CP – Rio de Mouro
L/CP – Sintra

LINHA DE CASCAIS

L/CP – Oeiras
L/CP – Cascais

LINHA DA AZAMBUJA

L/CP – Alverca
L/CP – Vila Franca de Xira
L/CP – Azambuja

LINHA PRAIAS DO SADO

L/SL/CP – V. Alcaide
L/SL/CP – P. Quebedo
L/SL/CP – Penteado

PASSES LX

Modalidades:

- Normal
- 4_18 A; 4_18 B
- Sub23 A; Sub23 B

VALIDADE: Rede urbana da Carris (inclui Carreiras de Bairro), rede urbana do Metro e nos percursos de ligação entre Lisboa e as localidades situadas para além da área da coroa 3, servidas pelas empresas aderentes, ou em percursos que se desenvolvam total ou parcialmente fora daquela área que afluam a estações ferroviárias ou fluviais.

EMPRESAS: RODOVIÁRIA DE LISBOA, TRANSPORTES SUL TEJO, RODOVIÁRIA ESTREMADURA, RODOTEJO, SCOTTURB

RL	TST	RE	RT	SCOT
Até 4 km 5 a 8 km 9 a 12 km 13 a 16 km 17 a 20 km 21 a 24 km 25 a 28 km	Até 4 km 5 a 8 km 9 a 12 km 13 a 16 km 17 a 20 km 21 a 24 km 25 a 28 km 29 a 32 km 33 a 36 km 37 a 40 km 41 a 44 km 45 a 48 km 49 a 52 km 53 a 56 km 57 a 60 km 61 a 80 km 81 a 100 km 101 a 150 km	Até 4 km 5 a 8 km 9 a 12 km 13 a 16 km 17 a 20 km 21 a 24 km 25 a 28 km 29 a 32 km 33 a 36 km 37 a 40 km 41 a 44 km 45 a 48 km 49 a 52 km 53 a 56 km 57 a 60 km 61 a 80 km 81 a 100 km 101 a 150 km	61 a 80 km 81 a 100 km 101 a 150 km	Até 4 km 5 a 8 km 9 a 12 km 13 a 16 km

OUTROS PASSES COMBINADOS

Estes passes são válidos na rede urbana (inclui Carreiras de Bairro) e suburbana da Carris (e eventualmente Metro), e num ou dois Operadores Suburbanos.

Modalidades:

- Normal
- 4_18 A; 4_18 B
- Sub23 A; Sub23 B

CARRIS/RODOVIÁRIA DE LISBOA

TIPO DE PASSE	VALIDADE
CARRIS/RL1	Válido em toda a rede da Carris (inclui a travessia da ponte 25 de Abril). Na Rodoviária de Lisboa, nos percursos desde Lisboa até ao limite exterior da coroa 1.
CARRIS/RL2	Válido em toda a rede da Carris (inclui a travessia da ponte 25 de Abril). Na Rodoviária de Lisboa, nos percursos desde Lisboa até ao limite exterior da coroa 2.
CARRIS/RL3	Válido em toda a rede da Carris (inclui a travessia da ponte 25 de Abril). Na Rodoviária de Lisboa, nos percursos desde Lisboa até ao limite exterior da coroa 3.

CARRIS/METRO/RODOVIÁRIA DE LISBOA

Estes passes foram retirados do sistema a partir de 26/03/2017 devido a denúncia unilateral da Rodoviária de Lisboa.

TIPO DE PASSE	VALIDADE
CARRIS/ML/RL1	Válido em toda a rede da Carris (inclui a travessia da ponte 25 de Abril) e em toda a rede do Metro. Na Rodoviária de Lisboa, nos percursos desde qualquer interface da RL em Lisboa até ao limite exterior da coroa 1.
CARRIS/ML/RL2	Válido em toda a rede da Carris (inclui a travessia da ponte 25 de Abril) e em toda a rede do Metro. Na Rodoviária de Lisboa, nos percursos desde qualquer interface da RL em Lisboa até ao limite exterior da coroa 2.
CARRIS/ML/RL3	Válido em toda a rede da Carris (inclui a travessia da ponte 25 de Abril) e em toda a rede do Metro. Na Rodoviária de Lisboa, nos percursos desde qualquer interface da RL em Lisboa até ao limite exterior da coroa 3.

CARRIS/TRANSPORTES SUL DO TEJO

TIPO DE PASSE	VALIDADE
CARRIS/TST A	Válido na rede urbana da Carris (inclui Carreiras de Bairro, exclui a travessia da ponte 25 de Abril). Nos Transportes Sul do Tejo nas ligações entre Lisboa e a Margem Sul do Tejo em todos os percursos incluídos na área limitada por Cacilhas, Almada, Cova da Piedade, Eixo da Portagem, Centro Sul, Laranjeiro, Feijó e ainda nas carreiras urbanas de Almada
CARRIS/TST A1	Válido na rede urbana da Carris (inclui Carreiras de Bairro, exclui a travessia da ponte 25 de Abril). Nos Transportes Sul do Tejo nas ligações entre Lisboa e a Margem Sul do Tejo em todos os percursos até ao limite exterior da coroa 3
CARRIS/TST A1SX	Válido na rede urbana da Carris (inclui Carreiras de Bairro, exclui a travessia da ponte 25 de Abril). Nos Transportes Sul do Tejo nas ligações entre Lisboa e a Margem Sul do Tejo em todos os percursos até ao limite exterior da coroa 3 e na Península do Seixal.

CARRIS/TRANSTEJO/TRANSPORTES SUL DO TEJO

TIPO DE PASSE	VALIDADE
CARRIS/TT/TST (ABC)	Válido na rede urbana da Carris (inclui Carreiras de Bairro, exclui a travessia da ponte 25 de Abril). Na Transtejo na ligação fluvial entre Lisboa e Cacilhas. Nos Transportes Sul do Tejo nas ligações entre Cacilhas, Eixo da Portagem, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro e na rede urbana de Almada

CARRIS/TT/TST (A2BC)	Válido na rede urbana da Carris (inclui Carreiras de Bairro, exclui a travessia da ponte 25 de Abril). Na Transtejo na ligação fluvial entre Lisboa e Cacilhas, Porto Brandão e Trafaria. Nos Transportes Sul do Tejo em todos os percursos na Margem Sul do Tejo até ao limite exterior da coroa 2.
CARRIS/TT/TST (A23BC)	Válido na rede urbana da Carris (inclui Carreiras de Bairro, exclui a travessia da ponte 25 de Abril). Na Transtejo na ligação fluvial entre Lisboa e Cacilhas, Porto Brandão e Trafaria. Nos Transportes Sul do Tejo em todos os percursos na Margem Sul do Tejo até ao limite exterior da coroa 3.

CARRIS/TRANSTEJO

TIPO DE PASSE	VALIDADE
CARRIS/TT Ca 30 dias	Válido em toda a rede da Carris (inclui a travessia da ponte 25 de Abril). Na Transtejo nas ligações de Cacilhas ao Cais do Sodré e ao Cais da Alfândega.

CARRIS/VIMECA

TIPO DE PASSE	VALIDADE
CARRIS/V1	Válido em toda a rede da Carris (inclui a travessia da ponte 25 de Abril). Na Vimeca nos percursos desde Lisboa até ao limite exterior da coroa 1, em toda a área de concessão da Vimeca (Vimeca e Lisboa Transportes).
CARRIS/V2	Válido em toda a rede da Carris (inclui a travessia da ponte 25 de Abril). Na Vimeca nos percursos desde Lisboa até ao limite exterior da coroa 2, em toda a área de concessão da Vimeca (Vimeca e Lisboa Transportes).

CARRIS/V3	Válido em toda a rede da Carris (inclui a travessia da ponte 25 de Abril). Na Vimca nos percursos desde Lisboa até ao limite exterior da coroa 3, em toda a área de concessão da Vimca (Vimeca e Lisboa Transportes).
-----------	---

CARRIS/CP

Válido em toda a rede da Carris (inclui a travessia da ponte 25 de Abril) e nas ligações ferroviárias exploradas pela CP e fluviais exploradas pela Soflusa consoante a modalidade de passe. Válidos por 30 dias.
--

LINHA DE SINTRA

CA/CP - Queluz
CA/CP – Rio de Mouro
CA/CP – Sintra

LINHA DE CASCAIS

CA/CP – Oeiras
CA/CP – Cascais

LINHA DA AZAMBUJA

CA/CP – Alverca
CA/CP – Vila Franca de Xira
CA/CP – Azambuja

LINHA DA PRAIAS SADO

CA/SL/CP – Barreiro
CA/SL/CP – Penteado
CA/SL/CP – Venda Alcaide
CA/SL/CP – P. Quebedo

NAVEGANTES

Modalidades:

- Normal
- 4_18 A; 4_18 B
- Sub23 A; Sub23 B

TIPO DE PASSE	EMPRESAS	PERCursos ABRANGIDOS
Navegante/TT Ca 30 dias	CARRIS METRO CP TRANSTEJO	Válido na rede da Carris e do Metro e no serviço da CP em Lisboa. Na Transtejo em todas as ligações fluviais entre Lisboa e Cacilhas, Porto - Brandão e Trafaria. (Inclui a travessia da ponte 25 de Abril na Carris).
Navegante/SL Br 30 dias	CARRIS METRO CP SOFLUSA	Válido na rede da Carris e do Metro e no serviço da CP em Lisboa. Na Soflusa na ligação Lisboa-Barreiro. (Inclui a travessia da ponte 25 de Abril na Carris).
Navegante/SL/TCB 30 dias	CARRIS METRO CP SOFLUSA TCB	Válido em toda a rede da Carris (inclui a travessia da ponte 25 de Abril) e do Metro e no serviço CP em, Lisboa, na Soflusa na ligação fluvial ao Barreiro, em toda a rede dos Transportes Coletivos do Barreiro.
Navegante/TT SX-MT 30 dias	CARRIS METRO CP TRANSTEJO	Válido na rede da Carris e do Metro e no serviço da CP em Lisboa e na Transtejo na ligação Lisboa – Seixal e Lisboa Montijo. (Inclui a travessia da ponte 25 de Abril na Carris).

NOTA – Serviço CP incluído nos Navegantes Combinados (limites):

- Amadora (Linha de Sintra);
- Algés (Linha de Cascais);
- Bobadela (Linha da Azambuja).

PASSES COMBINADOS COM A FERTAGUS

Modalidades:

- Normal
- Criança
- 4_18 A; 4_18 B
- Sub23 A; Sub23 B
- 3º Idade
- Ref. Pens.

CARRIS/FERTAGUS

TIPO PASSE	VALIDADE
LISBOA → PRAGAL LISBOA → CORROIOS LISBOA → F. AMORA LISBOA → FOGUETEIRO LISBOA → COINA LISBOA → PENALVA LISBOA → P. NOVO LISBOA → V. ALCAIDE LISBOA → PALMELA LISBOA → SETÚBAL	Válido em toda a rede da Carris (inclui a travessia da ponte 25 de Abril). Na Fertagus nos percursos desde Lisboa até às estações na Margem Sul, conforme a modalidade de passe.

CARRIS/SULFERTAGUS

TIPO PASSE	VALIDADE
LISBOA → PRAGAL LISBOA → CORROIOS LISBOA → F. AMORA LISBOA → FOGUETEIRO LISBOA → COINA	Válido em toda a rede da Carris (inclui a travessia da ponte 25 de Abril). Na Fertagus nas ligações ferroviárias entre Lisboa e a Margem Sul e nas carreiras Rodoviárias da Sulfertagus que asseguram as ligações às Estações.

CARRIS/METRO/FERTAGUS

TIPO PASSE	VALIDADE
LISBOA → PRAGAL LISBOA → CORROIOS LISBOA → F. AMORA LISBOA → FOGUETEIRO LISBOA → COINA LISBOA → PENALVA LISBOA → P. NOVO LISBOA → V. ALCAIDE LISBOA → PALMELA LISBOA → SETÚBAL	Válido em toda a rede da Carris (inclui a travessia da ponte 25 de Abril) e do Metro. Na Fertagus nos percursos desde Lisboa até às estações da Margem Sul conforme a modalidade de passe.

CARRIS/METRO/SULFERTAGUS

TIPO PASSE	VALIDADE
LISBOA → PRAGAL LISBOA → CORROIOS LISBOA → F. AMORA LISBOA → FOGUETEIRO LISBOA → COINA	Válido em toda a rede da Carris (inclui a travessia da ponte 25 de Abril) e do Metro. Na Fertagus nas ligações ferroviárias entre Lisboa e a Margem Sul e nas carreiras Rodoviárias da Sulfertagus que asseguram as ligações às várias estações, conforme a modalidade de passe.

CARRIS/FERTAGUS/TRANSPORTES SUL DO TEJO

TIPO PASSE	VALIDADE
LISBOA → PRAGAL LISBOA → CORROIOS LISBOA → F. AMORA LISBOA → FOGUETEIRO	Válido em toda a rede da Carris (inclui a travessia da ponte 25 de Abril). Na Fertagus nos percursos desde Lisboa até às estações na Margem Sul, conforme a modalidade de passe. Nos TST nas carreiras de ligação às estações, conforme a modalidade de passe ou a coroa escolhida pelo cliente.

CARRIS/METRO/FERTAGUS/TRANSPORTES SUL DO TEJO

TIPO PASSE	VALIDADE
LISBOA → PRAGAL LISBOA → CORROIOS LISBOA → F. AMORA LISBOA → FOGUETEIRO	Válido em toda a rede da Carris (inclui a travessia da ponte 25 de Abril) e do Metro. Na Fertagus nos percursos desde Lisboa até às estações na Margem Sul, conforme a modalidade de passe. Nos TST nas carreiras de ligação às estações, conforme a modalidade de passe.

OUTROS PASSES

TIPO PASSE	VALIDADE
CARREIRAS DE BAIRRO	Válido em todas as Carreiras de Bairro da CARRIS durante 30 dias consecutivos contados a partir da data do carregamento.

PREÇOS EM VIGOR 2017

Títulos válidos na Carris	Preço
unidade: euros	
BILHETES (Tarifa de Bordo)	
TARIFA DE BORDO AUTOCARROS	1,85
TARIFA DE BORDO ELÉCTRICOS	2,90
TARIFA DE BORDO ASCENSORES (Até 2 viagens)	3,70
TARIFA DE BORDO SANTA JUSTA (Até 2 viagens)	5,15
BILHETES COMBINADOS	
BILHETE VIAGEM CA/ML	1,45
ZAPPING	1,30
Bilhete 24 Horas CA/ML	6,15
B24 Horas CA/ML/TT	9,15
B24 Horas CA/ML/CP	10,15
PASSES INTERMODAIS	
NAVEGANTE URBANO	
Navegante URBANO 30 DIAS	36,20
Navegante URBANO 30 DIAS 4_18/Sub_23	27,15
Navegante URBANO 30 DIAS 4_18/Sub_23 A	14,50
NaveganteURBANO 30 DIAS Social+	27,15
NaveganteURBANO 30 DIAS Social+ A	18,10
Navegante URBANO 30 DIAS CRIANÇA (gratuito desde 01/02/2017)	27,15
Navegante URBANO 30 DIAS 3ª IDADE	14,50
Navegante URBANO 30 DIAS REF/PENS	14,50
CA/ML URBANO 30 DIAS Parque	53,25
NAVEGANTE REDE	
Navegante REDE 30 DIAS	42,65
Navegante REDE 30 DIAS 4_18/Sub_23	32,00
Navegante REDE 30 DIAS 4_18 A	17,05
Navegante REDE 30 DIAS Social+	32,00
Navegante REDE 30 DIAS Social+ A	21,35
Navegante REDE 30 DIAS CRIANÇA (gratuito desde 01/02/2017)	32,00
Navegante REDE 30 DIAS 3ª IDADE	32,00
Navegante REDE 30 DIAS REF/PENS	32,00

L1	50,05
L1 4_18/Sub_23	37,55
L1 4_18 A	20,00
L1 _Social+	37,55
L1 _Social+ A	25,05
L1/CRIANÇA	37,55
L1/3ªIDADE	37,55
L1/REF.PENS.	37,55
L12	60,35
L12 4_18/Sub_23	45,25
L12 4_18 A	24,15
L12 Social+	45,25
L12 Social+ A	30,20
L12/CRIANÇA	45,25
L12/3ªIDADE	45,25
L12/REF.PENS.	45,25
L123	68,70
L123 4_18/Sub_23	51,55
L123 4_18 A	27,50
L123 Social +	51,55
L123 Social + A	34,35
L123/CRIANÇA	51,55
L123/3ªIDADE	51,55
L123/REF.PENS.	51,55
12	36,65
12 4_18/Sub_23	27,50
12 4_18 A	14,65
12 Social+	27,50
12 Social+A	18,30
12/CRIANÇA	27,50
123	49,20
123 4_18/Sub_23	36,90
123 4_18 A	19,70
123 Social+	36,90
123 Social+ A	24,60
123/CRIANÇA	36,90

L123/SEIXAL	88,25
L123/SEIXAL 4_18/Sub_23	66,20
L123/SEIXAL 4_18 A	35,30
L123/SEIXAL SOCIAL +	66,20
L123/SEIXAL SOCIAL+ A	44,15
L123/MA	89,15
L123/MA 4_18/Sub_23	66,85
L123/MA 4_18 A	35,65
L123/MA SOCIAL +	66,85
L123/MA SOCIAL+ A	44,60
L123/3ª Idade -Fim Semana	7,10
L123/REF.PENS. - Fim Semana	7,10
PASSES L/PRIVADOS	
L/A VIMECA	48,70
L/A VIMECA 4_18/Sub_23	36,55
L/A VIMECA 4_18 A	19,50
L/B VIMECA	58,20
L/B VIMECA 4_18/Sub_23	43,65
L/B VIMECA 4_18 A	23,30
L/C VIMECA	63,15
L/C VIMECA 4_18/Sub_23	47,35
L/C VIMECA 4_18 A	25,25
L/A I.DUARTE	52,15
L/A I.DUARTE 4_18/Sub_23	39,10
L/A I.DUARTE 4_18 A	20,85
L/B I.DUARTE	62,30
L/B I.DUARTE 4_18/Sub_23	46,75
L/B I.DUARTE 4_18 A	24,90
L/C I.DUARTE	66,15
L/C I.DUARTE 4_18/Sub_23	49,60
L/C I.DUARTE4_18 A	26,45
L/A BARRAQ.	52,15
L/A BARRAQ 4_18/Sub_23	39,10
L/A BARRAQ 4_18 A	20,85
L/B BARRAQ.	62,30
L/B BARRAQ. 4_18/Sub_23	46,75
L/B BARRAQ 4_18 A	24,90

L/C BARRAQ.	66,15
L/C BARRAQ. 4_18/Sub_23	49,60
L/C BARRAQ 4_18 A	26,45
L/CP	
LINHA DE SINTRA	
L/CP R.MOURO 30 dias	68,35
L/CP R.MOURO 30 dias 4_18/Sub_23	51,25
L/CP R.MOURO 30 dias 4_18 A	27,35
L/CP SINTRA 30 dias	80,25
L/CP SINTRA 30 dias 4_18/Sub_23	60,20
L/CP SINTRA 30 dias 4_18 A	32,10
LINHA DE CASCAIS	
L/CP C3-OEIRAS 30 dias	65,95
L/CP C3-OEIRAS 30 dias 4_18/Sub_23	49,45
L/CP C3-OEIRAS 30 dias 4_18 A	26,40
L/CP CASCAIS 30 dias	78,75
L/CP CASCAIS 30 dias 4_18/Sub_23	59,05
L/CP CASCAIS 30 dias 4_18 A	31,50
LINHA PRAIAS SADO	
L/CP/SL PENTEADO 30 DIAS	74,10
L/CP/SL PENTEADO 30 DIAS 4_18/Sub_23	55,60
L/CP/SL PENTEADO 30 DIAS 4_18 A	29,65
L/CP/SL V.ALCAIDE 30 DIAS	91,05
L/CP/SL V.ALCAIDE 30 DIAS 4_18/Sub_23	68,30
L/CP/SL V.ALCAIDE 30 DIAS 4_18 A	36,40
L/CP/SL P.QUEBEDO 30 DIAS	106,65
L/CP/SL P.QUEBEDO 30 DIAS 4_18/Sub_23	80,00
L/CP/SL P.QUEBEDO 30 DIAS 4_18 A	42,65
LINHA AZAMBUJA	
L/CP ALVERCA 30 DIAS	68,55
L/CP ALVERCA 30 DIAS 4_18/Sub_23	51,40
L/CP ALVERCA 30 DIAS 4_18 A	27,40
L/CP V.FRANCA 30 DIAS	80,85
L/CP V.FRANCA 30 DIAS 4_18/Sub_23	60,65
L/CP V.FRANCA 30 DIAS 4_18 A	32,35
L/CP AZAMBUJA 30 DIAS	93,10
L/CP AZAMBUJA 30 DIAS 4_18/Sub_23	69,85
L/CP AZAMBUJA 30 DIAS 4_18 A	37,25
Transportes Sul do Tejo	
LX 01 Até 4 km	44,60
LX 02 - 5 a 8 km	57,10
LX 03/04 - 9 a 12 km	69,05

LX 05 - 13 a 16 km	80,40
LX 06 - 17 a 20 km	93,20
LX 07 - 21 a 24 km	103,10
LX 08 - 25 a 28 km	114,60
LX 09 - 29 a 32 km	124,85
LX 10 - 33 a 36 km	132,75
LX 11 - 37 a 40 km	139,45
LX 12 - 41 a 44 km	146,55
LX 13/14 - 45 a 48 km	157,50
LX 15 - 49 a 52 km	162,20
LX 16 - 53 a 56 km	168,25
LX 17 - 57 a 60 km	174,85
LX 18/26 - 61 a 80 km	181,10
LX 27 - 81 a 100 km	183,60
LX 28 - 101 a 150km	186,55
Rodoviária de Lisboa	
LX 01 Até 4 km	44,95
LX 02 - 5 a 8 km	57,05
LX 03/04 - 9 a 12 km	69,00
LX 05 - 13 a 16 km	79,95
LX 06 - 17 a 20 km	91,50
LX 07 - 21 a 24 km	102,50
LX 08 - 25 a 28 km	113,00
Scotturb	
LX 01 Até 4 km	45,00
LX 02 - 5 a 8 km	57,05
LX 03/04 - 9 a 12 km	68,95
LX 05 - 13 a 16 km	80,75
Rodoviária da Estremadura	
LX 01 Até 4 km	45,35
LX 02 - 5 a 8 km	57,85
LX 03/04 - 9 a 12 km	69,80
LX 05 - 13 a 16 km	82,40
LX 06 - 17 a 20 km	93,80
LX 07 - 21 a 24 km	106,05
LX 08 - 25 a 28 km	115,80
LX 09 - 29 a 32 km	126,15
LX 10 - 33 a 36 km	135,75
LX 11 - 37 a 40 km	142,70
LX 12 - 41 a 44 km	151,05
LX 13/14 - 45 a 48 km	157,55
LX 15 - 49 a 52 km	159,25

LX 16 - 53 a 56 km	161,80
LX 17 - 57 a 60 km	169,30
LX 18/26 - 61 a 80 km	176,05
LX 27 - 81 a 100 km	177,75
LX 28 - 101 a 150km	177,75
RodoTejo	
RT - LX 18/26 - 61 a 80 km	180,50
RT - LX 27 - 81 a 100 km	183,00
RT - LX 28 - 101 a 150km	184,50

PASSES INTERMODAIS LX – MODALIDADES BONIFICADAS DE ESTUDANTE

INTERMODAIS LX	Preço	
	4_18/Sub23 B	4_18/Sub23 A
Transportes Sul do Tejo		
LX 01 Até 4 km	33,45	17,85
LX 02 - 5 a 8 km	42,85	22,85
LX 03/04 - 9 a 12 km	51,80	27,60
LX 05 - 13 a 16 km	60,30	32,15
LX 06 - 17 a 20 km	69,90	37,30
LX 07 - 21 a 24 km	77,35	41,25
LX 08 - 25 a 28 km	85,95	45,85
LX 09 - 29 a 32 km	93,65	49,95
LX 10 - 33 a 36 km	99,55	53,10
LX 11 - 37 a 40 km	104,60	55,80
LX 12 - 41 a 44 km	109,90	58,60
LX 13/14 - 45 a 48 km	118,15	63,00
LX 15 - 49 a 52 km	121,65	64,90
LX 16 - 53 a 56 km	126,20	67,30
LX 17 - 57 a 60 km	131,15	69,95
LX 18/26 - 61 a 80 km	135,85	72,45
LX 27 - 81 a 100 km	137,70	73,45
LX 28 - 101 a 150km	139,90	74,60
Rodoviária de Lisboa		
LX 01 Até 4 km	33,70	18,00
LX 02 - 5 a 8 km	42,80	22,80
LX 03/04 - 9 a 12 km	51,75	27,60
LX 05 - 13 a 16 km	59,95	32,00
LX 06 - 17 a 20 km	68,65	36,60
LX 07 - 21 a 24 km	76,90	41,00
LX 08 - 25 a 28 km	84,75	45,20
Scotturb		
LX 01 Até 4 km	33,75	18,00
LX 02 - 5 a 8 km	42,80	22,80

LX 03/04 - 9 a 12 km	51,70	27,60
LX 05 - 13 a 16 km	60,55	32,30
Rodoviária Estremadura		
LX 01 Até 4 km	34,00	18,15
LX 02 - 5 a 8 km	43,40	23,15
LX 03/04 - 9 a 12 km	52,35	27,90
LX 05 - 13 a 16 km	61,80	32,95
LX 06 - 17 a 20 km	70,35	37,50
LX 07 - 21 a 24 km	79,55	42,40
LX 08 - 25 a 28 km	86,85	46,30
LX 09 - 29 a 32 km	94,60	50,45
LX 10 - 33 a 36 km	101,80	54,30
LX 11 - 37 a 40 km	107,05	57,10
LX 12 - 41 a 44 km	113,30	60,40
LX 13/14 - 45 a 48 km	118,15	63,00
LX 15 - 49 a 52 km	119,45	63,70
LX 16 - 53 a 56 km	121,35	64,70
LX 17 - 57 a 60 km	127,00	67,70
LX 18/26 - 61 a 80 km	132,05	70,40
LX 27 - 81 a 100 km	133,30	71,10
LX 28 - 101 a 150km	133,30	71,10
RodoTejo		
RT - LX 18/26 - 61 a 80 km	135,40	72,20
RT - LX 27 - 81 a 100 km	137,25	73,20
RT - LX 28 - 101 a 150km	138,40	73,80
PASSES COMBINADOS		
CARRIS/RL		
CARRIS/RL1		45,10
CARRIS/RL1 4_18/Sub_23		33,85
CARRIS/RL1 4_18 A		18,05
CARRIS/RL2		50,35
CARRIS/RL2 4_18/Sub_23		37,75
CARRIS/RL2 4_18 A		20,15
CARRIS/RL3		59,00
CARRIS/RL3 4_18/Sub_23		44,25
CARRIS/RL3 4_18 A		23,60
CARRIS/ML/RL (retirados do Sistema a partir de 26/03/2017)		
CARRIS/ML/ RL1		45,45
CARRIS/ML/ RL1 4_18/Sub_23		34,10
CARRIS/ML/ RL1 4_18 A		18,20
CARRIS/ML/ RL2		55,65
CARRIS/ML/ RL2 4_18/Sub_23		41,75

CARRIS/ML/ RL2 4_18 A	22,25
CARRIS/ML/ RL3	63,55
CARRIS/ML/ RL3 4_18/Sub_23	47,65
CARRIS/ML/ RL3 4_18 A	25,40
CARRIS/TST	
CARRIS/TST A	50,55
CARRIS/TST A 4_18/Sub_23	37,90
CARRIS/TST A 4_18 A	20,20
CARRIS/TST A1	58,55
CARRIS/TST A1 4_18/Sub_23	43,90
CARRIS/TST A1 4_18 A	23,40
CARRIS/TST A1 SX	79,50
CARRIS/TST A1 SX 4_18/Sub_23	59,65
CARRIS/TST A1 SX 4_18 A	31,80
CARRIS/TT	
CARRIS/TT- Ca-Tra 30 DIAS	39,70
CARRIS/TT-Ca-Tra 30 DIAS 4_18/Sub_23	29,80
CARRIS/TT-Ca 30 DIAS 4_18 A	15,90
PASSES COMBINADOS	
CARRIS/CP	
LINHA DE SINTRA	
CARRIS/QUELUZ 30 DIAS	49,60
CARRIS/QUELUZ 30 DIAS 4_18/Sub_23	37,20
CARRIS/QUELUZ 30 DIAS 4_18 A	19,85
CARRIS/RIO DE MOURO 30 DIAS	58,75
CARRIS/RIO DE MOURO 30 DIAS 4_18/Sub_23	44,05
CARRIS/RIO DE MOURO 30 DIAS 4_18 A	23,50
CARRIS/SINTRA 30 DIAS	72,70
CARRIS/SINTRA 30 DIAS 4_18/Sub_23	54,55
CARRIS/SINTRA 30 DIAS 4_18 A	29,10
LINHA DE CASCAIS	
CARRIS/CP OEIRAS 30 DIAS	58,75
CARRIS/CP OEIRAS 30 DIAS 4_18/Sub_23	44,05
CARRIS/CP OEIRAS 30 DIAS 4_18 A	23,50
CARRIS/CP CASCAIS 30 DIAS	70,60
CARRIS/CP CASCAIS 30 DIAS 4_18/Sub_23	52,95
CARRIS/CP CASCAIS 30 DIAS 4_18 A	28,25
LINHA DE AZAMBUJA	
CARRIS/CP ALVERCA 30 DIAS	58,75
CARRIS/CP ALVERCA 30 DIAS 4_18/Sub_23	44,05
CARRIS/CP ALVERCA 30 DIAS 4_18 A	23,50
CARRIS/CP VILA FRANCA 30 DIAS	72,50

CARRIS/CP VILA FRANCA 30 DIAS 4_18/Sub_23	54,40
CARRIS/CP VILA FRANCA 30 DIAS 4_18 A	29,00
CARRIS/CP CARREGADO 30 DIAS	83,45
CARRIS/CP CARREGADO 30 DIAS 4_18/Sub_23	62,60
CARRIS/CP CARREGADO 30 DIAS 4_18 A	33,40
CARRIS/CP AZAMBUJA 30 DIAS	86,90
CARRIS/CP AZAMBUJA 30 DIAS 4_18/Sub_23	65,20
CARRIS/CP AZAMBUJA 30 DIAS 4_18 A	34,75
LINHA DE PRAIAS SADO	
CARRIS/SL BARREIRO 30 DIAS	50,65
CARRIS/SL BARREIRO 30 DIAS 4_18/Sub_23	38,00
CARRIS/SL BARREIRO 30 DIAS 4_18 A	20,25
CARRIS/CP/SL PENTEADO 30 DIAS	65,75
CARRIS/CP/SL PENTEADO 30 DIAS 4_18/Sub_23	49,30
CARRIS/CP/SL PENTEADO 30 DIAS 4_18 A	26,30
CARRIS/CP/SL V. ALCAIDE 30 DIAS	83,80
CARRIS/CP/SL V. ALCAIDE30 DIAS 4_18/Sub_23	62,85
CARRIS/CP/SL V. ALCAIDE30 DIAS 4_18 A	33,50
CARRIS/CP/SL P. QUEBEDO 30 DIAS	99,45
CARRIS/CP/SL P. QUEBEDO 30 DIAS 4_18/Sub_23	74,60
CARRIS/CP/SL P. QUEBEDO 30 DIAS 4_18 A	39,80
PASSES COMBINADOS	
CARRIS/VT	
CARRIS/VT V1	44,70
CARRIS/VT V1 4_18/Sub_23	33,55
CARRIS/VT V1 4_18 A	17,90
CARRIS/VT V2	49,70
CARRIS/VT V2 4_18/Sub_23	37,30
CARRIS/VT V2 4_18 A	19,90
CARRIS/VT V3	58,05
CARRIS/VT V3 4_18/Sub_23	43,55
CARRIS/VT V3 4_18 A	23,20
CARRIS/TST/TT	
CARRIS/TST/TT ABC	47,75
CARRIS/TST/TT ABC 4_18/Sub_23	35,80
CARRIS/TST/TT ABC 4_18 A	19,10
CARRIS/TST/TT A2BC	49,80
CARRIS/TST/TT A2BC 4_18/Sub_23	37,35
CARRIS/TST/TT A2BC 4_18 A	19,90
CARRIS/TST/TT A23BC	60,60
CARRIS/TST/TT A23BC 4_18/Sub_23	45,45
CARRIS/TST/TT A23BC 4_18 A	24,25

PASSES COMBINADOS NAVEGANTE	
Navegante/TT- SX-MT 30 DIAS	51,20
Navegante/TT-SX-MT 30 DIAS 4_18/Sub_23	38,40
Navegante/TT-SX-MT 30 DIAS 4_18 A	20,50
Navegante/SL-Br 30 dias	58,05
Navegante/SL-Br 30 DIAS 4_18/Sub_23	43,55
Navegante/SL-Br 30 DIAS 4_18 A	23,20
Navegante/TT Ca	46,55
NavegantE/TT CA 30 DIAS 4_18/Sub_23	34,90
NavegantE/TT Ca-Tra 30 DIAS 4_18 A	18,60
Navegante/SL/TCB 30 DIAS	60,90
Navegante/SL/TCB 30 DIAS 4_18/Sub_23	45,70
Navegante/SL/TCB 30 DIAS 4_18 A	24,35
COMBINADOS FERTAGUS-NORMAL, CRIANÇA, 3ª IDADE E R/P	
Passe Combinado Fertagus/TST/Carris/ML, Normal	
Fogueteiro - Lisboa	109,85
F. Amora - Lisboa	99,05
Corroios - Lisboa	88,70
Pragal - Lisboa	77,90
Passe Combinado Fertagus/TST/Carris/ML, Criança	
Fogueteiro - Lisboa	82,35
F. Amora - Lisboa	74,25
Corroios - Lisboa	66,50
Pragal - Lisboa	58,40
Passe Combinado Fertagus/TST/Carris/ML, 3ª Idade e Ref. e Pens.	
Fogueteiro - Lisboa	82,35
F. Amora - Lisboa	74,25
Corroios - Lisboa	66,50
Pragal - Lisboa	58,40
Passe Combinado SulFertagus Z1/Carris/ML, Normal	
Coina - Lisboa	117,55
Fogueteiro - Lisboa	105,05
F. Amora - Lisboa	94,25
Corroios - Lisboa	83,30
Pragal - Lisboa	72,85
Passe Combinado SulFertagus Z1/Carris/ML, Criança	
Coina - Lisboa	88,15
Fogueteiro - Lisboa	78,75

F. Amora - Lisboa	70,65
Corroios - Lisboa	62,45
Pragal - Lisboa	54,60
Passe Combinado SulFertagus Z1/Carris/ML, 3ª Idade e Ref. e Pens.	
Coina - Lisboa	88,15
Fogueteiro - Lisboa	78,75
F. Amora - Lisboa	70,65
Corroios - Lisboa	62,45
Pragal - Lisboa	54,60
Passe Combinado Fertagus/Carris/ML, Normal	
Setúbal - Lisboa	155,95
Palmela - Lisboa/ V. Alcaide - Lisboa	145,55
P. Novo - Lisboa	131,70
Penalva - Lisboa	119,45
Coina - Lisboa	108,15
Fogueteiro - Lisboa	96,10
F. Amora - Lisboa	85,75
Corroios - Lisboa	75,05
Pragal - Lisboa	64,20
COMBINADOS FERTAGUS-NORMAL, CRIANÇA, 3ª IDADE E R/P	
Passe Combinado Fertagus/Carris/ML, Criança	
Setúbal - Lisboa	116,95
Palmela - Lisboa/ V. Alcaide - Lisboa	109,15
P. Novo - Lisboa	98,75
Penalva - Lisboa	89,55
Coina - Lisboa	81,10
Fogueteiro - Lisboa	72,05
F. Amora - Lisboa	64,30
Corroios - Lisboa	56,25
Pragal - Lisboa	48,15
Passe Combinado Fertagus/Carris/ML, 3ª Idade e Ref. e Pens.	
Setúbal - Lisboa	116,95
Palmela - Lisboa/ V. Alcaide - Lisboa	109,15
P. Novo - Lisboa	98,75
Penalva - Lisboa	89,55
Coina - Lisboa	81,10
Fogueteiro - Lisboa	72,05
F. Amora - Lisboa	64,30
Corroios - Lisboa	56,25
Pragal - Lisboa	48,15
Passe Combinado Fertagus/Carris, Normal	
Setúbal - Lisboa	148,15

Palmela - Lisboa/ V. Alcaide - Lisboa	137,70
P. Novo - Lisboa	123,85
Penalva - Lisboa	111,55
Coina - Lisboa	100,30
Fogueteiro - Lisboa	88,10
F. Amora - Lisboa	77,25
Corroios - Lisboa	66,75
Pragal - Lisboa	55,85
Passe Combinado Fertagus/Carris, Criança	
Setúbal - Lisboa	111,10
Palmela - Lisboa/ V. Alcaide - Lisboa	103,30
P. Novo - Lisboa	92,90
Penalva - Lisboa	83,65
Coina - Lisboa	75,25
Fogueteiro - Lisboa	66,10
F. Amora - Lisboa	57,95
Corroios - Lisboa	50,05
Pragal - Lisboa	41,90
COMBINADOS FERTAGUS-NORMAL, CRIANÇA, 3ª IDADE E R/P	
Passe Combinado Fertagus/Carris, 3ª Idade e Ref. e Pens.	
Setúbal - Lisboa	111,10
Palmela - Lisboa/ V. Alcaide - Lisboa	103,25
P. Novo - Lisboa	92,90
Penalva - Lisboa	83,65
Coina - Lisboa	75,20
Fogueteiro - Lisboa	66,05
F. Amora - Lisboa	57,95
Corroios - Lisboa	50,05
Pragal - Lisboa	41,90
Passe Combinado SulFertagus Z1/Carris, Normal	
Coina - Lisboa	103,55
Fogueteiro - Lisboa	91,10
F. Amora - Lisboa	80,20
Corroios - Lisboa	69,50
Pragal - Lisboa	58,60
Passe Combinado SulFertagus Z1/Carris, Criança	
Coina - Lisboa	77,65
Fogueteiro - Lisboa	68,35
F. Amora - Lisboa	60,15
Corroios - Lisboa	52,15
Pragal - Lisboa	43,95

Passe Combinado SulFertagus Z1/Carris, 3ª Idade e Ref. e Pens.	
Coina - Lisboa	77,65
Fogueteiro - Lisboa	68,30
F. Amora - Lisboa	60,15
Corroios - Lisboa	52,15
Pragal - Lisboa	43,95
Passe Combinado Fertagus/TST/Carris, Normal	
Fogueteiro - Lisboa	101,05
F. Amora - Lisboa	89,95
Corroios - Lisboa	79,75
Pragal - Lisboa	68,80
Passe Combinado Fertagus/TST/Carris, Criança	
Fogueteiro - Lisboa	75,80
F. Amora - Lisboa	67,45
Corroios - Lisboa	59,85
Pragal - Lisboa	51,60
Passe Combinado Fertagus/TST/Carris, 3ª Idade e Ref. e Pens.	
Fogueteiro - Lisboa	75,80
F. Amora - Lisboa	67,45
Corroios - Lisboa	59,80
Pragal - Lisboa	51,60
COMBINADOS FERTAGUS - 4_18/Sub 23 B	
Passe Combinado Fertagus/TST/Carris/ML	
Fogueteiro - Lisboa	82,35
F. Amora - Lisboa	74,25
Corroios - Lisboa	66,50
Pragal - Lisboa	58,40
Passe Combinado SulFertagus/Carris/ML	
Coina - Lisboa	88,15
Fogueteiro - Lisboa	78,75
F. Amora - Lisboa	70,65
Corroios - Lisboa	62,45
Pragal - Lisboa	54,60
Passe Combinado Fertagus/Carris/ML	
Setúbal - Lisboa	116,95
Palmela - Lisboa/ V. Alcaide - Lisboa	109,15
P. Novo - Lisboa	98,75
Penalva - Lisboa	89,55
Coina - Lisboa	81,10
Fogueteiro - Lisboa	72,05
F. Amora - Lisboa	64,30
Corroios - Lisboa	56,25

Pragal - Lisboa	48,15
Passe Combinado Fertagus/Carris	
Setúbal - Lisboa	111,10
Palmela - Lisboa/ V. Alcaide - Lisboa	103,25
P. Novo - Lisboa	92,90
Penalva - Lisboa	83,65
Coina - Lisboa	75,20
Fogueteiro - Lisboa	66,05
F. Amora - Lisboa	57,95
Corroios - Lisboa	50,05
Pragal - Lisboa	41,90
Passe Combinado SulFertagus/Carris	
Coina - Lisboa	77,65
Fogueteiro - Lisboa	68,30
F. Amora - Lisboa	60,15
Corroios - Lisboa	52,15
Pragal - Lisboa	43,95
Passe Combinado Fertagus/TST/Carris	
Fogueteiro - Lisboa	75,80
F. Amora - Lisboa	67,45
Corroios - Lisboa	59,80
Pragal - Lisboa	51,60
COMBINADOS FERTAGUS - 4_18/Sub23 A	
Passe Combinado Fertagus/TST/Carris/ML	
Fogueteiro - Lisboa	43,95
F. Amora - Lisboa	39,60
Corroios - Lisboa	35,50
Pragal - Lisboa	31,15
Passe Combinado SulFertagus/Carris/ML	
Coina - Lisboa	47,00
Fogueteiro - Lisboa	42,00
F. Amora - Lisboa	37,70
Corroios - Lisboa	33,30
Pragal - Lisboa	29,15
Passe Combinado Fertagus/Carris/ML	
Setúbal - Lisboa	62,40
Palmela - Lisboa/ V. Alcaide - Lisboa	58,20
P. Novo - Lisboa	52,70
Penalva - Lisboa	47,80
Coina - Lisboa	43,25
Fogueteiro - Lisboa	38,45
F. Amora - Lisboa	34,30

Corroios - Lisboa	30,00
Pragal - Lisboa	25,70
Passe Combinado Fertagus/Carris	
Setúbal - Lisboa	59,25
Palmela - Lisboa/ V. Alcaide - Lisboa	55,10
P. Novo - Lisboa	49,55
Penalva - Lisboa	44,60
Coina - Lisboa	40,10
Fogueteiro - Lisboa	35,25
F. Amora - Lisboa	30,90
Corroios - Lisboa	26,70
Pragal - Lisboa	22,35
Passe Combinado SulFertagus/Carris	
Coina - Lisboa	41,40
Fogueteiro - Lisboa	36,45
F. Amora - Lisboa	32,10
Corroios - Lisboa	27,80
Pragal - Lisboa	23,45
Passe Combinado Fertagus/TST/Carris	
Fogueteiro - Lisboa	40,40
F. Amora - Lisboa	36,00
Corroios - Lisboa	31,90
Pragal - Lisboa	27,50

OUTROS PASSES

Carreiras de Bairro	10,00
---------------------	-------

ANEXO 2

BASES FINANCEIRAS

PARTE A

IDENTIFICAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE SERVIÇO PÚBLICO (OSP)

Com o objetivo de identificar quais os serviços da Concessionária que integram a noção de cumprimento de OSP, foi calculada a taxa de cobertura, de acordo com a fórmula seguinte:

$$\text{Taxa de cobertura} = \frac{\Sigma \text{Receitas tarifárias líquidas (sem compensações de OSP)}}{\Sigma \text{Gastos operacionais directos e indirectos}}$$

onde

Gastos operacionais directos = Combustíveis e lubrificantes, pneus, gastos com pessoal tripulante, SAEIP (Sistema de Apoio à Exploração) e bilhética,

Gastos operacionais indirectos = Manutenção, comunicação e marketing, direcção comercial e custos de estrutura

A taxa de cobertura foi calculada por tipo de serviço (autocarros e eléctricos), linhas, período do dia (06h00-20h59, 21h00-00h29 e 00h30-05h59) e tipo de dia (útil, sábados e domingos).

Foram utilizados os valores reais do ano de 2016, que é o último ano completo com informação real.

Os resultados obtidos foram os seguintes, indicando as células a vermelho todas as linhas, horas e dias que se consideram corresponderem ao cumprimento de OSP:

Taxa de cobertura															
Linha	Dia útil				Total	Sábados				Total	Domingos				Total
	06:00 - 20:59		21:00 - 00:29			00:30 - 5:59		06:00 - 20:59			21:00 - 00:29		00:30 - 5:59		
201			0,00	0,32		0,29				0,00	0,49	0,43	0,00	0,69	0,51
202			0,00	0,35		0,29			0,00	0,49		0,43	0,00	0,48	0,37
206			0,00	0,33		0,27			0,00	0,43		0,38	0,00	0,44	0,34
207			0,00	0,39		0,32			0,00	0,49		0,43	0,00	0,50	0,38
208			0,00	0,38		0,31			0,00	0,48		0,42	0,00	0,50	0,39
210			0,00	0,22		0,19			0,00	0,32		0,28	0,00	0,33	0,26
400 (*)			0,00			1,21									
701	1,26	1,21	0,39	0,75		1,17	0,64	0,32	0,37		0,63	0,53	0,32		0,53
702	1,25	1,14	0,48	0,52		1,14	0,87	0,45	0,29		0,79	0,70	0,43		0,66
703	1,04	0,35	0,35	0,26		0,95	0,76	0,42	0,20		0,70	0,62	0,34	0,20	0,57
705						0,77									
706	1,56	0,46	0,46	1,64		1,48	0,92	0,41				0,87	0,40		0,78
708	1,03	0,32	0,32	0,52		0,95	0,70	0,26	0,16			0,64	0,23		0,58
709	1,62	0,56	0,56	0,40		1,58	0,69					0,69			
711	0,79	0,61	0,61	0,83		0,79	0,62	0,46	0,36		0,61	0,58	0,37		0,58
712	0,97	0,49	0,49	0,35		0,92	1,27	0,50	0,16		1,15	1,06	0,58		1,02
713	1,11	0,56	0,56	0,28		1,06									
714	1,07	0,52	0,52	0,32		1,01	0,86	0,49				0,84	0,58		0,79
716	1,19	0,62	0,62	0,46		1,10									
717	1,03	0,50	0,50	0,51		0,95	0,78	0,49	0,58		0,75	0,67	0,43	0,32	0,64
718	1,09	0,42	0,42			1,07	0,71	0,34			0,69	0,63	0,31		0,62
720	1,36	0,61	0,61	0,78		1,23	0,79	0,50	0,34		0,72	0,66	0,44	0,17	0,60
722	0,67					0,68	0,28				0,28	0,20			0,20
723	0,85	0,34	0,34			0,83	0,63	0,61			0,63	0,47	0,54		0,47
724	0,69	0,26	0,26	0,40		0,65	0,48	0,23	0,22		0,44	0,40	0,21	0,29	0,38
725	1,01	0,45	0,45	0,49		0,98	0,78	0,35	0,19		0,76	0,68	0,37		0,67
726	1,37	0,52	0,52	0,70		1,25	0,76	0,37	0,61		0,71	0,63	0,39	0,24	0,58
727	1,24	0,62	0,62	0,34		1,18	0,86	0,52	0,80		0,81	0,86	0,46	0,58	0,79
728	1,34	0,65	0,65	0,66		1,26	1,04	0,60	0,62		0,98	0,95	0,53		0,91
729	1,02	0,47	0,47	0,43		0,98	0,87	0,34	0,24		0,82	0,71	0,32	0,17	0,68
730	1,02	0,34				1,00	0,26	0,11			0,26				
731	0,92	0,31	0,31	1,60		0,89	0,55	0,22	1,48		0,54	0,54	0,23		0,52
732	1,08	0,82				1,08	0,46				0,46				
734	0,72	0,33				0,69									
735	1,43	0,82	0,82	2,88		1,39	1,26	0,85	0,87		1,22	0,94	0,77	0,00	0,91
736	1,56	0,54	0,54	1,11		1,39	2,13	1,36	1,16		1,96	1,65	1,28	0,76	1,55
737	3,77	0,47				3,74	2,80	1,04			2,75	2,29	0,82		2,25
738	1,34	0,63				1,32	0,51	0,41			0,51	0,41	0,38		0,40
742	1,60	0,82	1,48	0,52		1,48	1,35	0,88	0,52		1,25	1,23	0,75	0,61	1,14
744	1,31	0,74	2,32			1,30	0,48	0,40	0,60		0,48	0,31	0,17		0,31
746	1,45	0,64	1,33	1,00		1,33	1,18	0,64	0,49		1,08	0,95	0,60	0,44	0,89
747	1,47	0,54				1,34	1,11	0,56			1,02	0,91	0,48		0,84

Taxa de cobertura												
Linha	Dia útil			Total	Sábados			Total	Domingos			Total
	06:00 - 20:59	21:00 - 00:29	00:30 - 5:59		06:00 - 20:59	21:00 - 00:29	00:30 - 5:59		06:00 - 20:59	21:00 - 00:29	00:30 - 5:59	
748	0,95	0,40	0,39	0,89								
749	0,59	0,17		0,58								
750	1,00	0,59	0,90	0,96	0,76	0,50	0,62	0,72	0,68	0,50	0,50	0,65
751	1,15	0,41	0,25	1,06	0,81	0,35	0,21	0,73	0,65	0,32	0,19	0,59
753	1,12	0,40	2,50	1,08								
754	0,92	0,86		0,92	0,57			0,57	0,44			0,44
755	1,02	0,32	0,42	0,91	0,68	0,25	0,40	0,60	0,62	0,23	0,21	0,55
756	1,13	0,71	0,86	1,13	0,48			0,48				
757	0,31			0,31								
758	2,21	1,28	0,93	2,14	1,88	1,18	1,16	1,81	1,51	1,15	0,46	1,46
759	0,93	0,38	0,45	0,85	0,66	0,34	0,38	0,61	0,71	0,29	2,70	0,63
760	1,37	0,64	0,30	1,30	1,02	0,51	0,25	0,96	0,85	0,45	0,18	0,81
764	1,15	0,93	0,38	1,13	1,02	0,65	0,55	0,99	0,86	0,54		0,85
765	1,55			1,55								
767	1,30	0,57	0,66	1,22	0,97	0,54	0,92	0,92	0,78	0,43	5,41	0,73
768	0,92	0,97	1,23	0,92								
770	0,56			0,56	0,36			0,36				
773	0,82	0,29	0,24	0,78	0,54	0,25	0,14	0,51	0,47	0,22	0,04	0,44
774	1,00	0,49	0,17	0,90	0,88	0,49	0,30	0,81	0,74	0,42	0,31	0,68
776	1,53	0,32	0,16	1,34	1,09	0,29	0,18	0,93	0,98	0,23		0,84
778	1,00	0,21		0,97								
779	0,57			0,57	0,37			0,37				
781	0,69			0,69								
782	1,00			1,00								
783	1,36	0,58	0,96	1,26	0,66	0,46	0,69	0,63	0,55	0,41		0,53
793	0,66	0,27	0,37	0,64	0,20	0,08	0,08	0,19	0,81	0,46		0,80
794	0,65	0,25	0,25	0,59	0,51	0,23	0,21	0,46	0,51	0,20	0,12	0,45
796	1,32	0,59	0,43	1,21	1,38		0,78	1,36	1,05			1,05
797	0,97	0,36		0,90	0,73			0,73	0,58			0,58
798	0,76	0,36	0,85	0,75								
799	1,08	0,44		1,06								
TOTAL AUT				1,07								
12E	2,93			2,93	2,73			0,78				0,70
15E	1,27	0,53	0,25	1,09	1,20	0,43	0,34	2,73	2,23			2,23
18E	0,42	0,00		0,41	0,31			0,97	1,18	0,53	0,43	1,04
25E	0,63	0,42	0,00	0,63				0,31				
28E	2,20	1,15	0,65	2,09	1,13	0,94		1,12	1,45	0,86		1,40
TOTAL ELECT				1,26				1,06				1,23

Foram usados os seguintes pressupostos no cálculo acima identificado:

- Parâmetros de *input* do modelo: all-in de custo da dívida, taxa de remuneração do excesso de liquidez, custos unitários da frota, por tipo de veículo, subsídios comunitários à frota, período de amortização dos investimentos, taxa de inflação, duração da concessão e taxa de IRC;
- Custos históricos da Carris: com base nos custos históricos, particularmente no ano de 2016, foram construídas as previsões de custo futuras, assumindo como *proxy* a variação da oferta medida em veículos.kilómetros. Foram designadamente utilizados os valores referentes às grandes reparações, custos de estrutura da empresa, custos com subestações, linha, rede aérea, rede de cabos subterrâneos, ferramentas e equipamentos utilizados nas oficinas, custos com informática, construção e remodelação de edifícios, custos com instalações sociais e com o cumprimento das condições de segurança e higiene no trabalho, os custos laborais e os custos com a frota de apoio;
- Previsões de evolução de oferta;
- Previsões de evolução de procura;
- Plano de investimentos da Carris, designadamente na renovação da frota.

PARTE B

FORMA DE CÁLCULO DO VALOR DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DE SERVIÇO PÚBLICO DA CARRIS

A fixação do valor monetário da compensação pelo cumprimento das Obrigações de Serviço Público da Carris para cada ano civil é realizada, ano a ano e nas datas determinadas pelo Contrato de Concessão, pela consideração dos valores monetários registados em cada Balanço anual da Concessionária que sejam correspondentes aos itens ali indicados, permitindo comparar a totalidade de custos e receitas da Carris num cenário de existência das Obrigações de Serviço Público da Carris com os decorrentes de um cenário sem existência de tais obrigações e em que os serviços abrangidos seriam explorados em condições de mercado.

A Concessionária deverá, antes de realizar o cálculo anual a que se refere o parágrafo anterior, actualizar a tabela da Parte A deste Anexo 2, com os dados de mais recentes disponíveis referentes a gastos operacionais directos e indirectos, por forma a determinar a taxa de cobertura aplicável a cada linha, período horário e dia da semana.

O cálculo deve isolar e ignorar as receitas provenientes da disponibilização pela Carris de títulos de transporte intermodais, nomeadamente os passes sociais, nos termos do regime legal vigente em cada momento, uma vez que o seu efeito é suportado pelo Estado, nos termos do artigo 3.º, n.º 2, do Regulamento.

O cálculo deve identificar separadamente a prática pela Carris, por imposição do Concedente, nos termos do artigo 3.º, n.º 2, do Regulamento, de tarifários bonificados, designadamente por razões sociais, dos efeitos das OSP sem esse efeito.

Deve ser considerado, para efeitos de apuramento das incidências positivas e negativas resultantes das Obrigações de Serviço Público da Carris relativas a tarifas, que a elasticidade da procura ao preço é negativa, com o valor de menos um meio, nos termos do Contrato de Concessão.

Deve ser considerada uma TIR de 3,5% (três e meio por cento), tal como indicado na cláusula 22.6 do Contrato de Concessão.

Ano	$Comp_{tarif_n}$	VSP_n	OR_n	G_n	$A\&D_n$	IR_n	VCC_n	$CAPEX_n$	BF_n	CF_n
2017	$OSP_{tarif_{2017}}$	VSP_{2017}	OR_{2017}	G_{2017}	$A\&D_{2017}$	IR_{2017}	VCC_{2017}	$CAPEX_{2017}$	BF_{2017}	CF_{2017}
2018	$OSP_{tarif_{2018}}$	VSP_{2018}	OR_{2018}	G_{2018}	$A\&D_{2018}$	IR_{2018}	VCC_{2018}	$CAPEX_{2018}$	BF_{2018}	CF_{2018}
2019	$OSP_{tarif_{2019}}$	VSP_{2019}	OR_{2019}	G_{2019}	$A\&D_{2019}$	IR_{2019}	VCC_{2019}	$CAPEX_{2019}$	BF_{2019}	CF_{2019}
2020	$OSP_{tarif_{2020}}$	VSP_{2020}	OR_{2020}	G_{2020}	$A\&D_{2020}$	IR_{2020}	VCC_{2020}	$CAPEX_{2020}$	BF_{2020}	CF_{2020}
2021	$OSP_{tarif_{2021}}$	VSP_{2021}	OR_{2021}	G_{2021}	$A\&D_{2021}$	IR_{2021}	VCC_{2021}	$CAPEX_{2021}$	BF_{2021}	CF_{2021}
2022	$OSP_{tarif_{2022}}$	VSP_{2022}	OR_{2022}	G_{2022}	$A\&D_{2022}$	IR_{2022}	VCC_{2022}	$CAPEX_{2022}$	BF_{2022}	CF_{2022}
2023	$OSP_{tarif_{2023}}$	VSP_{2023}	OR_{2023}	G_{2023}	$A\&D_{2023}$	IR_{2023}	VCC_{2023}	$CAPEX_{2023}$	BF_{2023}	CF_{2023}
2024	$OSP_{tarif_{2024}}$	VSP_{2024}	OR_{2024}	G_{2024}	$A\&D_{2024}$	IR_{2024}	VCC_{2024}	$CAPEX_{2024}$	BF_{2024}	CF_{2024}
2025	$OSP_{tarif_{2025}}$	VSP_{2025}	OR_{2025}	G_{2025}	$A\&D_{2025}$	IR_{2025}	VCC_{2025}	$CAPEX_{2025}$	BF_{2025}	CF_{2025}
2026	$OSP_{tarif_{2026}}$	VSP_{2026}	OR_{2026}	G_{2026}	$A\&D_{2026}$	IR_{2026}	VCC_{2026}	$CAPEX_{2026}$	BF_{2026}	CF_{2026}
2027	$OSP_{tarif_{2027}}$	VSP_{2027}	OR_{2027}	G_{2027}	$A\&D_{2027}$	IR_{2027}	VCC_{2027}	$CAPEX_{2027}$	BF_{2027}	CF_{2027}
2028	$OSP_{tarif_{2028}}$	VSP_{2028}	OR_{2028}	G_{2028}	$A\&D_{2028}$	IR_{2028}	VCC_{2028}	$CAPEX_{2028}$	BF_{2028}	CF_{2028}
2029	$OSP_{tarif_{2029}}$	VSP_{2029}	OR_{2029}	G_{2029}	$A\&D_{2029}$	IR_{2029}	VCC_{2029}	$CAPEX_{2029}$	BF_{2029}	CF_{2029}
2030	$OSP_{tarif_{2030}}$	VSP_{2030}	OR_{2030}	G_{2030}	$A\&D_{2030}$	IR_{2030}	VCC_{2030}	$CAPEX_{2030}$	BF_{2030}	CF_{2030}
2031	$OSP_{tarif_{2031}}$	VSP_{2031}	OR_{2031}	G_{2031}	$A\&D_{2031}$	IR_{2031}	VCC_{2031}	$CAPEX_{2031}$	BF_{2031}	CF_{2031}
2032	$OSP_{tarif_{2032}}$	VSP_{2032}	OR_{2032}	G_{2032}	$A\&D_{2032}$	IR_{2032}	VCC_{2032}	$CAPEX_{2032}$	BF_{2032}	CF_{2032}
2033	$OSP_{tarif_{2033}}$	VSP_{2033}	OR_{2033}	G_{2033}	$A\&D_{2033}$	IR_{2033}	VCC_{2033}	$CAPEX_{2033}$	BF_{2033}	CF_{2033}
2034	$OSP_{tarif_{2034}}$	VSP_{2034}	OR_{2034}	G_{2034}	$A\&D_{2034}$	IR_{2034}	VCC_{2034}	$CAPEX_{2034}$	BF_{2034}	CF_{2034}
2035	$OSP_{tarif_{2035}}$	VSP_{2035}	OR_{2035}	G_{2035}	$A\&D_{2035}$	IR_{2035}	VCC_{2035}	$CAPEX_{2035}$	BF_{2035}	CF_{2035}
2036	$OSP_{tarif_{2036}}$	VSP_{2036}	OR_{2036}	G_{2036}	$A\&D_{2036}$	IR_{2036}	VCC_{2036}	$CAPEX_{2036}$	BF_{2036}	CF_{2036}
2037	$OSP_{tarif_{2037}}$	VSP_{2037}	OR_{2037}	G_{2037}	$A\&D_{2037}$	IR_{2037}	VCC_{2037}	$CAPEX_{2037}$	BF_{2037}	CF_{2037}

Onde,

$Comp_{tarif_n}$ Compensações devidas pelos passes intermodais e pelos descontos 4-18/sub23 no ano n

VSP_n Receitas da prestação do serviço público de transporte coletivo à superfície de passageiros, nomeadamente as receitas provenientes dos títulos de transporte, na parte que couber à Concessionária, e receitas provenientes da venda de cartões de suporte dos títulos de transporte

OR_n Outras Receitas no ano n

G_n Gastos no ano n

$A\&D_n$ Amortizações e depreciações no ano n

IR_n Imposto sobre o rendimento no ano n

VCC_n Variação do capital circulante no ano n

$CAPEX_n$ Investimento no ano n

BF_n Benefícios fiscais no ano n

CF_n é o cash-flow no ano n , dado pela fórmula:

$$CF_n = (OSP_{transp_n} + OSP_{tarif_n} + VSP_n + OR_n) - G_n - A\&D_n - IR_n + A\&D_n - VCC_n - CAPEX_n + BF_n$$

Constitui limitação à determinação anual do valor da compensação pelo cumprimento das Obrigações de Serviço Público da Carris a obrigação de que, em resultado do cumprimento de tais obrigações, (i) não se verifiquem resultados líquido negativos na Concessionária por períodos superiores a dois anos consecutivos e, bem assim, a obrigação de que, também em resultado do cumprimento daquelas obrigações (ii) a Concessionária não apresente resultados operacionais negativos por períodos superiores a dois anos consecutivos, subtraídas a este as amortizações e depreciações, mas considerando como receita do exercício o valor da compensação pelo cumprimento das Obrigações de Serviço Público da Carris referente a esse ano.

Publica-se às 5.as-feiras

ISSN: 0873-0296 Depósito Legal n.º 76 213/94 Tiragem 11

O *Boletim Municipal* está disponível no sítio da Internet oficial da Câmara Municipal de Lisboa (<http://www.cm-lisboa.pt/municipio/boletim-municipal>)

O *Boletim Municipal* pode ser adquirido nos Serviços Municipais através de impressão/fotocópia e pago de acordo com o preço definido na Tabela de Taxas, Preços e Outras Receitas Municipais

[Deliberação n.º 35/CM/2008 (Proposta n.º 35/2008) - Aprovada na Reunião de Câmara de 30 de janeiro de 2008]

Composto e Impresso na Imprensa Municipal

Toda a correspondência relativa ao Boletim Municipal deve ser dirigida à CML - Imprensa Municipal
Estrada de Chelas, 101 – 1900-150 Lisboa **Telef.** 21 816 14 20 **E-mail:** boletim.municipal@cm-lisboa.pt